



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

A Educação Musical e o Ensino Articulado da Música

Estudo de caso no distrito de Viana do Castelo

Álvaro Filipe Loureiro e Silva



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Álvaro Filipe Loureiro e Silva

A Educação Musical e o Ensino Articulado da Música

Mestrado em Educação Artística

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professor Doutor Carlos Alberto dos Santos Almeida

Fevereiro de 2025

“Sem a música a vida seria um erro.”

Friedrich Nietzsche

Agradecimentos

O meu obrigado ao meu orientador, pela persistência, pelo conselho amigo, mas acima de tudo por ter aceite o desafio.

À minha esposa por nunca desistir e me empurrar na busca de melhor para a nossa caminhada, obrigado!

A todos aqueles que de alguma forma, mais ou menos relevante, me acompanharam e deram o seu contributo para que este trabalho visse a luz do dia, obrigado!

Obrigado aos meus filhos por tudo o que significam para mim.

Dedico este trabalho...

... ao meu pai, Álvaro Silva.

... ao meu avô, Barinho Relho.

... às minhas irmãs Lara e Eduarda.

... às minhas mães, Teresa, Florinda, Emília, Isabel.

... à minha esposa Helena e aos nossos filhos Beatriz e Álvaro José.

... e a toda a minha família por quem tenho um carinho muito especial.

Resumo

Esta dissertação investiga a relação entre os docentes da disciplina de Educação Musical no ensino básico e os docentes do Ensino Articulado da Música no contexto das escolas do distrito de Viana do Castelo. A expansão do Ensino Articulado da Música trouxe desafios organizacionais e pedagógicos, exigindo adaptações na gestão de horários, espaços e atividades escolares. Estas mudanças influenciam a dinâmica entre os docentes e a estrutura dos agrupamentos de escolas, tornando essencial compreender os desafios e oportunidades decorrentes desta convivência.

O principal objetivo deste estudo visa analisar a interação entre estas duas modalidades de ensino, identificar os principais constrangimentos enfrentados pelos docentes e pelas escolas e propor estratégias para melhorar a articulação entre ambas.

Metodologicamente, o estudo assenta numa abordagem qualitativa, baseada num estudo de caso centrado nos agrupamentos de escolas e academias/conservatórios do distrito de Viana do Castelo. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas a diretores de agrupamento e inquéritos por questionário dirigidos a docentes das duas modalidades, permitindo uma análise aprofundada das perceções e desafios vivenciados.

Os resultados indicam que, embora a relação entre os docentes seja, em geral, positiva, persistem desafios significativos, como dificuldades na organização e gestão dos horários, na utilização dos espaços físicos e na articulação das atividades previstas no Plano Anual de Atividades. Além disso, a crescente adesão ao Ensino Articulado da Música tem contribuído para a redução do número de alunos na disciplina de Educação Musical no ensino regular, levantando preocupações quanto à estabilidade profissional dos docentes e à valorização do ensino musical no contexto escolar.

A conclusão destaca que a coexistência das duas modalidades de ensino pode trazer mais-valias significativas, permitindo rentabilizar as sinergias de cada sistema e potenciar a motivação e o interesse dos alunos, bem como a valorização das práticas educativas e dos resultados escolares. A complementaridade entre Educação Musical e Ensino Articulado da Música pode contribuir para um ensino mais dinâmico e enriquecedor, promovendo o desenvolvimento artístico e académico dos alunos. Para maximizar esses benefícios, sugere-se o reforço da cooperação entre docentes, a realização de formações conjuntas, a inclusão de representantes do Ensino Articulado da Música nos órgãos de gestão pedagógica e a valorização da Educação Musical no currículo.

As reflexões apresentadas contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades no ensino da música, fornecendo bases para futuras investigações e para a implementação de estratégias que promovam uma integração mais eficaz entre os dois sistemas.

Palavras chave: Educação Musical, Ensino Articulado da Música, Ensino Regular, Ensino Básico.

Abstract

This dissertation investigates the relationship between teachers of Music Education in primary education and teachers of Specialized Music Education in the context of schools in the district of Viana do Castelo. The expansion of Specialized Music Education has brought organizational and pedagogical challenges, requiring adjustments in the management of schedules, spaces, and school activities. These changes influence the dynamics between teachers and the structure of school clusters, making it essential to understand the challenges and opportunities arising from this coexistence.

The main objective of this study is to analyze the interaction between these two teaching modalities, identify the main constraints faced by teachers and schools, and propose strategies to improve the articulation between them.

Methodologically, the study is based on a qualitative approach, focused on a case study centered on school clusters and academies/conservatories in the district of Viana do Castelo. Data collection was carried out through interviews with cluster directors and questionnaire surveys directed at teachers of the two modalities, allowing an in-depth analysis of perceptions and challenges experienced.

The results indicate that, although the relationship between teachers is generally positive, significant challenges persist, such as difficulties in organizing and managing schedules, using physical spaces, and articulating activities planned in the Annual Activity Plan. Moreover, the growing adherence to Specialized Music Education has contributed to a reduction in the number of students in Music Education in regular education, raising concerns about the professional stability of teachers and the appreciation of music education in the school context.

The conclusion highlights that the coexistence of the two teaching modalities can bring significant benefits, allowing the synergies of each system to be leveraged and enhancing student motivation and interest, as well as the appreciation of educational practices and school results. The complementarity between Music Education and Specialized Music Education can contribute to more dynamic and enriching teaching, promoting the artistic and academic development of students. To maximize these benefits, it is suggested to strengthen cooperation between teachers, conduct joint training sessions, include representatives of Specialized Music Education in pedagogical management bodies, and enhance the value of Music Education in the curriculum.

The reflections presented contribute to a deeper understanding of the challenges and opportunities in music education, providing a basis for future research and for the implementation of strategies that promote more effective integration between the two systems.

Keywords: Music Education, Specialized Music Education, Regular Education, Primary Education.

Índice

Índice	1
Índice de tabelas	3
Índice de gráficos	3
Capítulo I	5
Introdução	5
Problema de investigação	5
Contexto de investigação	7
Objetivos	8
Questões de investigação	8
Finalidades/contributos	8
Sumário	9
Capítulo II	11
Enquadramento teórico	11
O ensino básico em Portugal.....	11
A Educação Musical.....	13
Ensino Articulado da Música	18
Sumário	21
Capítulo III	23
Método de investigação.....	23
Estudo de caso	23
Vantagens e desvantagens.....	24
Técnica e Instrumentos de recolhas de dados.....	25
Entrevista e inquérito por questionário.....	25
Vantagens e desvantagens.....	25
Participantes.....	26
Caracterização das academias/conservatórios envolvidos.....	27
Caracterização dos agrupamentos de escolas envolvidos	31
Papel do investigador.....	45
Desenho da pesquisa (plano de ação).....	46
Triangulação de dados	47
Questões éticas	48
Sumário	48

Capítulo IV	49
Descrição e análise dos resultados	49
Entrevistas.....	49
Análise às entrevistas.....	57
Inquéritos por questionário	59
Análise aos inquéritos por questionário	86
Sumário	88
Capítulo V	89
Conclusões	89
Implicações educativas	91
Implicações pessoais/profissionais	92
Novas linhas de investigação	92
Referências bibliográfica	93
Anexos.....	97
Anexo I – Consentimento informado	99
Anexo II – Entrevista.....	103
Anexo III - Inquérito por questionário.....	107

Índice de tabelas

Tabela 1 - Enquadramento	49
--------------------------------	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Idade	59
Gráfico 2 - Sexo	59
Gráfico 3 - Habilitações	60
Gráfico 4 - Vínculo	60
Gráfico 5 – Tempo de serviço.....	61
Gráfico 6 – Disciplinas que lecionam	61
Gráfico 7 – Disciplinas lecionadas	62
Gráfico 8 – Conhecimento sobre o Ensino Articulado da Música.....	63
Gráfico 9 – Vantagens da Educação Musical.....	63
Gráfico 10 – Desvantagens da Educação Musical	64
Gráfico 11 - Vantagens do Ensino Articulado da Música	65
Gráfico 12 – Desvantagens do Ensino Articulado da Música	66
Gráfico 13 – Propostas de melhoria da relação entre Educação Musical e Ensino Articulado da Música	67
Gráfico 14 – Plano Anual de Atividades	69
Gráfico 15 – Atividades conjuntas entre a disciplina de Educação Musical e Ensino Articulado da Música	69
Gráfico 16 – Participação em atividades conjuntas	70
Gráfico 17 – Integração do Ensino Articulado da Música	71
Gráfico 18 – Exigência no Ensino Articulado da Música	72
Gráfico 19 – Exigência da Educação Musical no ensino básico.....	72
Gráfico 20 – Projeto Educativo comum	73
Gráfico 21 – Conhecimento do Projeto Educativo do agrupamento	75
Gráfico 22 - Conhecimento do Projeto Educativo da academia/conservatório	76
Gráfico 23 – Ensino Articulado da Música ou Educação Musical.....	77
Gráfico 24 - Disciplinas fundamentais.....	78
Gráfico 25 – Educação Tecnológica.....	79
Gráfico 26 – Opção de inscrição no Ensino Articulado da Música	80
Gráfico 27 – Pressão para melhores resultados no Ensino Articulado da Música	81
Gráfico 28 – Empenho dos alunos no Ensino Articulado da Música.....	81
Gráfico 29 – Incentivo para melhores resultados dos alunos do Ensino Articulado da Música ..	83
Gráfico 30 – Complexidade dos serviços administrativos do Ensino Articulado da Música	83
Gráfico 31 – Massificação do Ensino Articulado da Música	84
Gráfico 32 – Apoio ao Ensino Articulado da Música	84
Gráfico 33 – Docentes da disciplina de Educação Musical e a receptividade do Ensino Articulado da Música	85

Capítulo I

Introdução

Neste primeiro capítulo iremos apresentar as linhas que motivaram a realização deste estudo. O problema de investigação, a pertinência e a sua relevância, o contexto e as questões de investigação, as finalidades e contributos e os objetivos orientadores.

Problema de investigação

A problemática a investigar está diretamente relacionada com a relação entre o ensino da Educação Musical e o Ensino Articulado da Música no ensino básico.

Nos atuais agrupamentos de escolas, os alunos que frequentam o ensino básico têm a possibilidade de optar entre a frequência da disciplina de Educação Musical ou a frequência do Ensino Articulado da Música. Esta opção implica que a escola se adapte, quer ao nível da organização de horários, quer ao nível da constituição de grupos/turmas e da gestão de espaços.

A participação e a apresentação de propostas para o Plano Anual de Atividades, bem como a simultaneidade de tempos letivos entre as duas modalidades de ensino, levantam igualmente diferentes perceções e sentimentos entre a comunidade educativa. Dada a importância destas questões na vida dos agrupamentos e na gestão pedagógica e organizacional associada a estes dois modelos de ensino, é relevante compreender de que forma o Projeto Educativo é percecionado e até que ponto mantém a sua autonomia face às dinâmicas criadas por esta coexistência. Através do diálogo com colegas de ambos os grupos disciplinares, da vivência pessoal e da observação quotidiana em contexto escolar, constata-se que a relação entre a Educação Musical e o Ensino Articulado da Música evidencia por vezes, constrangimentos significativos ao nível da gestão de espaços, da realização de atividades e da própria gestão de alunos. Acrescem ainda outros desafios, como a redução do número de alunos – consequência da diminuição demográfica – e a crescente adesão ao Ensino Articulado da Música, entre outros fatores, que se configuram como elementos centrais da presente investigação.

Dada a diversidade das problemáticas identificadas, torna-se fundamental proceder a uma delimitação do objeto de estudo, afunilando o foco da investigação e definindo questões concretas que orientem o estudo e permitam obter respostas e propor soluções viáveis.

Segundo Ribeiro (2013),

“a reforma de 83 teve inúmeras dificuldades de aplicação e não foi, de forma nenhuma, pacífica. Bem pelo contrário. Mostrou-se desde o início muito conturbada e ainda hoje suscita polémica, muito por culpa, naturalmente, da devida regulamentação posterior que nunca foi feita mas, também, pela falta de abertura e capacidade de aceitação da mudança por parte dos vários atores e intervenientes que, muitos deles, se viram defraudados com a perda de regalias.” (Ribeiro A. J., 2013, p. 66)

Assim, com este trabalho, pretende-se compreender o sentimento dos docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical no ensino básico e dos docentes do Ensino Articulado da Música, identificar os principais constrangimentos apontados por ambos, bem como recolher o contributo, igualmente relevante, dos diretores de agrupamento de escolas no que diz respeito aos constrangimentos organizacionais e à sua perspetiva sobre a relação entre estas duas modalidades de ensino.

Pertinência

Educação Musical e Ensino Articulado da Música: dois mundos que, cada vez mais, se cruzam no quotidiano das escolas públicas. A expansão do Ensino Articulado da Música no nosso país trouxe para o mesmo espaço educativo professores de duas áreas de ensino distintas, mas simultaneamente próximas. Contudo, ao longo dos últimos anos, a vivência diária em contexto escolar tem evidenciado que essa proximidade nem sempre se traduz em colaboração efetiva, seja na dinamização de atividades, seja na planificação e realização de ações conjuntas.

Verifica-se também que a existência de horários, nomeadamente para as classes de conjunto ou aulas de instrumento, nas instalações do agrupamento, tem gerado constrangimentos e exigido ajustes que nem sempre são consensuais entre os elementos da comunidade educativa.

A presente proposta de dissertação assume-se como pertinente, na medida em que poderá funcionar como indicador do estado atual da relação entre estas duas modalidades de ensino, ainda que circunscrito ao distrito de Viana do Castelo. Este estudo poderá, no futuro, servir de base para a definição de estratégias, a delineação de objetivos e a promoção de parcerias que contribuam para melhorar a articulação e o funcionamento da Educação Musical e do Ensino Articulado da Música no ensino básico.

Adicionalmente, este estudo poderá constituir um ponto de partida para investigações futuras, quer no alargamento da análise a outros distritos, quer na realização de um estudo mais abrangente a nível nacional.

Contexto de investigação

A presente investigação assume a forma de um estudo de caso, tendo como delimitação geográfica o distrito de Viana do Castelo.

O estudo desenvolve-se em contexto escolar, envolvendo a participação de diretores de agrupamentos de escolas com Ensino Articulado da Música, bem como docentes do Ensino Articulado da Música e docentes da disciplina de Educação Musical do ensino básico.

Participam neste estudo os diretores dos seguintes agrupamentos de escolas: António Feijó, Ponte da Barca, Arcozelo – Ponte de Lima, Santa Maria Maior, Pintor José de Brito, Monte da Ola e Monserrate.

No que diz respeito aos docentes do Ensino Articulado da Música, foram enviados questionários aos professores das seguintes academias e conservatórios: Academia de Música Fernandes Fão, Academia de Música de Viana do Castelo, Conservatório de Música de Arcos de Valdevez, Academia de Música de Vila Verde, Academia de Música de Valença e Academia de Música de Monção.

Também foram enviados questionários para todos os docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical nos agrupamentos de escolas da Abelheira, Monserrate, Barroselas, Monte da Ola, Arga e Lima, Caminha, Muralhas do Minho, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura, Valdevez, Ponte da Barca, António Feijó, Arcozelo, Ponte de Lima, Freixo, Santa Maria Maior, Pintor José de Brito, Monção e Colégio do Minho.

É relevante referir que um dos agrupamentos de escolas envolvido possui protocolo com uma academia cuja sede se localiza fora do distrito em análise. No entanto, dado que tanto o agrupamento como os respetivos professores desenvolvem a sua atividade na área geográfica em estudo foram incluídos na investigação.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo principal contribuir para que a comunidade académica disponha de um levantamento sistematizado de factos, registos e propostas para que permitam compreender a relação entre o ensino da Educação Musical no ensino básico e o Ensino Articulado da Música. Pretende-se identificar os principais constrangimentos registados, bem como recolher propostas e sugestões que possam contribuir para a melhoria da articulação entre estas duas modalidades de ensino.

Questões de investigação

As questões de investigação funcionam como orientações fundamentais que permitem ao investigador conduzir o estudo de forma estruturada, facilitando a obtenção de respostas para as problemáticas identificadas. No âmbito deste estudo, foram definidas três questões orientadoras, diretamente relacionadas com o tema em análise:

- De que forma os docentes de Educação Musical e de Ensino Articulado da Música percecionam a relação entre estas duas modalidades de ensino no contexto do ensino básico?
- Quais são os principais constrangimentos organizacionais e pedagógicos identificados pelos docentes e diretores de agrupamentos de escolas relativamente à coexistência entre a Educação Musical e o Ensino Articulado da Música?
- Que estratégias poderemos traçar para melhorar a relação entre ensino da Educação Musical no ensino regular e o Ensino Articulado da Música?

Finalidades/contributos

A problemática em estudo está diretamente relacionada com a articulação entre o ensino da Educação Musical e o Ensino Articulado da Música no ensino básico. Esta problemática motivou uma pesquisa de fundamentação teórica, com o objetivo de encontrar respostas para sustentar, questionar ou esclarecer as dificuldades identificadas, bem como apresentar sugestões ou orientações. Para a melhoria da articulação entre estas duas modalidades de ensino.

Deste modo, enunciam-se as seguintes finalidades deste estudo:

- Compreender a relação entre o ensino da Educação Musical no ensino regular e o Ensino Articulado da Música no distrito de Viana do Castelo.
- Identificar os principais constrangimentos que afetam a gestão dos Projeto Educativo e Plano Anual de Atividades nos agrupamentos de escolas com Ensino Articulado da Música no distrito de Viana do Castelo.
- Propor estratégias e medidas que possam contribuir para uma melhorar articulação e cooperação entre a Educação Musical no ensino regular e o Ensino Articulado da Música.

Sumário

No primeiro capítulo são abordados aspetos relacionados com a problemática em estudo e a sua pertinência. Apresenta-se o contexto da investigação, as questões orientadoras, e os objetivos do estudo, desenvolvido em academias/conservatórios e agrupamentos de escolas do distrito de Viana do Castelo. O capítulo encerra com a apresentação das finalidades e contributos esperados deste estudo.

Capítulo II

Enquadramento teórico

O segundo capítulo, tem por base as palavras-chave, apresentaremos o enquadramento teórico efetuado e a revisão da literatura. Assim, pretende-se aprofundar o conhecimento teórico da temática em estudo neste trabalho de investigação.

O ensino básico em Portugal

A evolução do ensino básico em Portugal é um tema relevante para o desenvolvimento e enquadramento deste trabalho. O sistema educativo português passou por variadíssimas reformas e transformações, que refletiram mudanças sociais, políticas e, por conseguinte, económicas para o país.

Segundo Amando (2017), podemos dividir a evolução do ensino básico em Portugal em 5 grandes momentos até 1950. Da Idade Média ao Século das Luzes, A Reforma Pombalina, Liberalismo: a diversidade das reformas, A República e O Estado Novo e a Escola Nacionalista.

Podemos afirmar que desde o início do movimento expansionista de 1415 que começa o ensino em Portugal. No séc. XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal, viriam a ser apresentadas reformas e a tentativa de projetar uma rede de escolas primárias públicas.

Por sua vez no séc. XIX a importância da escolarização da população chega pela mão do Liberalismo. Contudo, o ambiente político conturbado que se vivia, que viria a culminar com a implementação da República em 1910, fizeram com que muitas das reformas educativas se viessem a concretizar. (Europeia, 2023)

A 28 de maio de 1926 através de um golpe militar Portugal entra num período que viria a mudar a sua história, uma ditadura e “Assim se cria a chamada “escola nacionalista”, baseada em forte doutrinação de carácter moral, que se prolongará até aos anos do pós-guerra.” (Amado A. I., 2017)

Assim surge o Ministério da Educação Nacional, Mocidade Portuguesa e Obra das Mães pela Educação Nacional. As reformas são essencialmente curriculares, com uma simplificação dos programas e a separação da via liceal e do ensino técnico. Portugal viria a atravessar 3 fases com este regime, a última das quais viria a ter início com a revolução. A acomodação do sistema

vigente, dá lugar à tomada de consciência do atraso educacional da população e por fim o surgimento de novos desafios trazidos pela democracia.

“No Ensino Básico, criam-se novos programas e os quatro primeiros anos do ensino primário (CITE 1) são organizados, a partir de 1974-75, em fases com a duração de dois anos, funcionando em regime experimental. A avaliação escolar passa a realizar-se no final de cada fase, sem possibilidade de reprovação no final do 1.º e dos 3.º anos de escolaridade. O 5.º e 6.º anos (CITE 2), integrados no ensino obrigatório, estão organizados em três ramos (ciclo complementar primário, ensino preparatório direto e ensino preparatório TV), com vista a alargar a frequência a um maior número de alunos, muitos com carências económicas graves, e também de aproveitar os recursos existentes. O cumprimento efetivo da escolaridade obrigatória é apoiado por várias novas medidas, como sejam o transporte escolar, a criação de cantinas, o suplemento alimentar, o alojamento, a alimentação e, sempre que necessário, o auxílio económico às famílias.” (Europeia, 2023, para. 4)

Assim, chegados à era democrática, temos o período de normalização do sistema com características e preocupações muito próprias, como o privilegiar os aspetos curriculares, técnicos e profissionais, em detrimento das ideologias, que a expansão do sistema educativo pode criar efeitos perversos, nomeadamente em relação à qualidade desse ensino e o bloqueio estrutural da economia portuguesa poderia impedir sucessivamente a reforma do sistema educativo.

Em 1986 com a publicação da Lei n.º 46/86 de 14 de outubro surge a Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta lei viria a ter quatro modificações relevantes, em 1997, 2005, 2009 e 2023.

Desta forma fica estabelecido que o “sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.” (Lei n.º 46/86, 1986)

A Educação Musical

A Educação Musical é um componente vital de uma educação completa. Ela oferece aos alunos a oportunidade de desenvolver a sua criatividade, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas. Além disso, a Educação Musical demonstrou ter um impacto positivo no desempenho académico, nas habilidades sociais e no bem-estar geral dos alunos.

“A educação musical favorece a ativação dos chamados neurônios em espelho, localizados em áreas frontais e parietais do cérebro, e essenciais para a chamada cognição social humana, um conjunto de processos cognitivos e emocionais responsáveis pelas funções de empatia, ressonância afetiva e compreensão de ambiguidades na linguagem verbal e não verbal.” (Molina, Jordão, Allucci, & Terahata, 2012, p. 69)

É nesta perspetiva que ao longo dos anos, a disciplina de Educação Musical é parte integrante do currículo do ensino básico. Desenvolver as crianças, desenvolver o intelecto, desenvolver o individuo num todo. Podemos então considerar, que com a publicação do Decreto-Lei n.º 27:279 do Ministério da Educação Nacional a 24 de novembro de 1936, está aberta a porta para o ensino da música na escola pública. Este diploma refere que o currículo do ensino primário obrigatório, é composto por: “Língua portuguesa; Aritmética e sistema métrico; Moral; Educação Física; Canto Coral” (Figueiredo, 2015, p. 45).

Assim, a presença da música na educação obrigatória estava circunscrita ao Canto Coral e dessa forma permaneceu por cerca de cem anos. Em 1967, através do Decreto-Lei n.º 47 480 de 2 de janeiro é criado o “Ciclo Preparatório do Ensino Secundário” que viria a conduzir à primeira grande reforma do ensino da música nas escolas oficiais do ensino genérico.

O Decreto-Lei n.º 48 572 de 9 de setembro de 1968, aprova o Estatuto do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e apresenta a disciplina de Educação Musical como substituta da anterior Canto Coral, desta feita com a duração de uma hora semanal, com um programa próprio e de frequência obrigatória. Dessa forma também viria a ser publicado o programa de Educação Musical, com a Portaria n.º 23 601 de 9 de setembro, este estava organizado da seguinte forma: Solfejo – Educação rítmica (prática); Educação auditiva (prática); Escrita e leitura; Canto Coral – Reportório; Educação estética e Educação vocal. Era clara a preocupação em enfatizar o carácter prático da vivência musical em detrimento da sua componente teórica.

A Lei n.º 5/73, de 25 de julho, traz a perspetiva de uma visão de educação básica pluridisciplinar no sentido de um “ensino básico”. Esta lei, dá um destaque especial ao desenvolvimento estético e artístico dos alunos, no entanto, como nos diz Ferreira (2003, p. 43), “não houve avanços significativos entre 1968 e 1973”.

A Educação Musical pós 25 de abril de 1974, tal como o sistema educativo em que se insere, viria a sofrer várias alterações que culminaram na publicação da Lei de bases do sistema educativo, Lei 46/86. Mota (2007) salienta que com a criação de cursos de formação de professores de Educação Musical nas Escolas Superiores de Educação dos Institutos Politécnicos podemos assistir ao aumentar dos debates e discussões mais aprofundadas sobre o que se entende por uma Educação Musical. Para isso contribuíram vários autores anglo-americanos (Swanwick, 1979; Thomas, 1979; Reimer, 1989). Surge a necessidade de alterar o paradigma e enfatizar que a Educação Musical, deveria ter em conta as experiências musicais dos alunos e que o currículo teria de ser construído valorizando as áreas da audição, interpretação e composição. Talvez seja importante registar o facto que o Ministério da Educação, tenha revertido a prática da Educação Musical, prevista na legislação, que a mesma estaria presente no currículo nacional para todas as crianças até ao final da escolaridade básica, remetendo-a na prática, para uma posição ambígua que proporcionou que esta disciplina não tenha, até aos dias de hoje, de estar presente em todos os anos de escolaridade conforme previsto. (Mota, 2007)

Chegados ao ano de 1986 e com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, assistimos a uma reorganização do sistema educativo dividindo-o em educação pré-escolar, escolar e extraescolar. No que concerne à Educação Musical, (Iria, 2011) e Decreto-Lei n.º 6/2001, é realçado que no ensino pré-escolar, o ensino artístico encontra-se inserido no âmbito das expressões artísticas, e no 1.º Ciclo, passa a ser tido em consideração o desenvolvimento das expressões plástica, dramática, musical e motora das crianças. Por sua vez, no 2.º Ciclo destaca-se a existência da disciplina de Educação Musical, englobada na componente curricular da Educação Artística e Tecnológica, enquanto, no 3.º Ciclo assistimos a um uso da música como parte integrante de uma intervenção da Educação Artística ao longo do ciclo, não tendo lugar no programa como uma disciplina.

Em 2001 é publicado pelo então Ministério da Educação e Ciência o Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais, documento orientador das competências que os alunos deveriam atingir, substituindo os até então utilizados, programas disciplinares.

Este documento, foi apresentado em duas partes, a primeira com a definição das competências gerais e a segunda com as competências específicas por áreas do conhecimento. A Educação Musical é apresentada como parte integrante da área “Educação Artística” sendo apelidada de “Música” e elaborando uma sequência de aprendizagens por ciclos.

Com a publicação do Despacho n.º 17169/2011, “O documento Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais deixa de constituir documento orientador do Ensino Básico

em Portugal” sendo substituído com a publicação do Despacho n.º 6944-A/2018, que viria a implementar os referenciais ainda hoje utilizados, a saber, “Aprendizagens Essenciais”.

Desta forma é apresentada uma visão das alterações e enquadramento das práticas da disciplina de Educação Musical que até 2021 coexistia um programa e as competências essenciais, que com a publicação do Despacho n.º 6605-A/2021, consolida não só o “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” como também “As Aprendizagens Essenciais”.

“O “currículo em espiral”. Se respeitarmos os modos de pensar da criança em crescimento, se tivermos o cuidado de traduzir o material para as suas formas lógicas, e se este for suficientemente interessante para a desafiar a prosseguir, então é possível apresentar-lhe, desde muito cedo, as noções e os métodos que, mais tarde, farão dela uma pessoa instruída.” (Bruner, 1998, p. 64).

Assim, esta perspetiva do ensino da Educação Musical, cai por terra e dá lugar a uma dimensão em que “As competências artístico-musicais desenvolvem-se através de processos diversificados de apropriação de sentidos, de técnicas, de experiências de reprodução, de criação e reflexão, de acordo com os níveis de desenvolvimento das crianças e dos jovens.” (Educação, 2001, p. 165)

Na vontade de uma procura, em criar condições para um saber globalizante, em que a integração dos saberes e a sua complementaridade, bem como a transferência de conhecimentos, para Mota (2007) representam, neste caso, uma possibilidade de a Música, pese embora, se tenha tornado evidente que o seu lugar no currículo, não está claramente definido. O documento “*Competências Essenciais do Currículo Nacional do Ensino Básico*”, parece ter trazido alguma clarividência quanto ao lugar que a Música deve assumir no currículo, ou seja, deve ser colocada em pé de igualdade em paridade com as demais disciplinas.

É evidente, a preocupação em criar um percurso no que concerne à Educação Musical, com um fio condutor, que por um lado, interliga todos os níveis de ensino, e por outro, com todas as áreas curriculares. O documento “*Competências Essenciais do Currículo Nacional do Ensino Básico*” (Educação, 2001, p. 169), apresenta um diagrama claro onde podemos verificar as potencialidades que a Música tem para contribuir para as demais áreas curriculares, onde se podem salientar a interdisciplinaridade com as Ciências Humanas e Sociais, as Línguas, as Ciências Físicas e Naturais, a Matemática e as Tecnologias.

Para além desta pertença de colocar a Música no currículo, esta viragem de paradigma estabelece um desenho no que concerne aos grandes organizadores: Interpretação e comunicação; Criação e experimentação; Percepção sonora e musical e Culturas musicais nos contextos. É, a partir destes organizadores, que tudo se deve desenvolver, não tendo sido esquecido que, estes são

transversais a todo o ensino básico, de forma que cada aluno seja capaz de no final do ensino básico, ter desenvolvido as competências delineadas para a Música.

Por sua vez, o Ministério da Educação (2017), na busca de adaptar a escola às exigências da sociedade, mais aberta à modernidade e mais autónoma é necessária uma flexibilização curricular que assuma, que todos são capazes de fazer e aprender a mesma coisa, ao mesmo tempo. Assim em 2017 com a publicação do “Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória” são apresentados os referenciais das aprendizagens essenciais que se viriam a consolidar em 2018 com a publicação do Despacho n.º 69_A/2018, de 19 de julho, onde são apresentadas as “Aprendizagens Essenciais” por disciplina/área curricular.

Com esta alteração o Ministério da Educação propõe que para a sua qualificação individual e para a cidadania democrática, considerando o aluno como o principal interessado no currículo, poderá e deverá fazê-lo, “através da formação de um cidadão munido de diferentes literacias que lhe permitam questionar e analisar criticamente o mundo envolvente, selecionar e avaliar a informação, formular juízos e hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia” (Reigado, 2018, p. 13).

Em contraposição aos grandes organizadores existentes até então: Interpretação e comunicação; Criação e experimentação; Perceção sonora e musical e Culturas musicais nos contextos, o Ministério da Educação apresenta, também transversais a todos os ciclos do Ensino Básico, os novos organizadores: Experimentação e criação; Interpretação e comunicação; Apropriação e reflexão.

É neste espaço que a escola, como um ambiente benéfico ao desenvolvimento de competências e à aprendizagem, onde os alunos podem adquirir múltiplas literacias para que possam mobilizar saberes, necessita de se reconfigurar para responder às exigências dos nossos dias e das mudanças cada vez mais rápidas, pois “A teoria de aprendizagem musical dirige-se ao processo, não ao produto da aprendizagem” (Gordon, 2015, p. 119).

Só assim, com o

“... desenvolvimento de experiências concretas em interação com os outros que as crianças e jovens podem desenvolver modos de ser e de pensar abertos ao mundo, e são capazes de dar resposta aos desafios que se lhes colocam nos dias de hoje. No criar e fazer música, as crianças estabelecem inter-relações com os outros e com o mundo que têm exatamente esse caráter de imprevisibilidade, complexidade e mudança. É assim que podemos olhar para a música, como um veículo extraordinário no desenvolvimento de capacidades pessoais e sociais imprescindíveis às vidas das crianças. Desta forma, propõe-se que, à medida que progridem, os alunos aprofundem a sua apreciação, compreensão e

desempenho musicais, permitindo criar, recriar e ouvir através do desenvolvimento de competências de experimentação, de improvisação, de composição, de escuta, de reflexão, de movimento, de interpretação (no sentido de performance), contribuindo para a sua formação como sujeitos criadores e fruidores de Música.” (Educação, 2018, p. 2)

Portanto, esta nova perspectiva sobre a organização curricular, pretende ser muito mais que novos textos, agrupados em documentos e normativos à espera de que alguém lhes dê utilidade. Com eles, a escola e os professores poderão adotar novas estratégias, novas propostas, deixando de estar reféns de um programa, podendo garantir percursos formativos que levem todos ao sucesso. “Assumamos então um novo papel para a criança, ou se quisermos, de uma nova criança, aprendente, que esperará (exigirá) da escola processos e ambientes de aprendizagem concordantes com esse papel (Reigado, 2018, p. 20).

Ensino Articulado da Música

Música é algo que acompanha e está presente em todas as fases da evolução humana.

“É comum encontrarem-se ícones e gravuras de instrumentos musicais em vasos, mosaicos e outros elementos que testemunham a atividade musical no passado, nos museus de arte antiga.

A mitologia grega atribuía à música origem divina e designava como seus inventores e primeiros intérpretes deuses e semideuses, como Apolo, Anfião e Orfeu” (Grout & Palisca, 1994, p. 17)

No nosso país, o ensino da música de forma oficial e no ensino obrigatório surge nas reformas de meados do séc. XIX, sendo referenciada como canto coral, pois haviam sido submetidas a “várias modificações em todas as reformas de ensino, relativamente ao currículo, programa e habilitações dos respectivos professores, mas sempre com incidência na actividade coral”. (Torres, 1998, p. 20)

Para Vieira (2002) Portugal revela uma ausência da instrução pública, nomeadamente, no que concerne ao ensino oficial da música, existindo apenas, o Conservatório de Lisboa. Nesse sentido, aquela que podemos apelidar de primeira grande reforma do ensino da música nas escolas oficiais de ensino obrigatório ocorre a 1968, embora só com a reforma estrutural de 1983, com o Decreto-Lei n.º 310, de 1 de julho, se viriam a sentir as primeiras dificuldades de implantação do regime de frequência articulado, pois veio interferir num espaço criado em 1968, “quando a disciplina passou a ser ministrada sob o carácter da obrigatoriedade no quinto e sexto anos, com um programa determinado, passando a designar-se Educação Musical” (Ribeiro A. J., 2024, p. 4) embora apenas tenha sido integrada em todos os seis anos de escolaridade obrigatória, apenas funcionou formalmente nos quinto e sexto anos com professor especializado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, a disciplina de Educação Musical passa a fazer parte integrante até ao sexto ano como disciplina obrigatória, e posteriormente alargada até ao décimo segundo como disciplina de opção.

Em 1983 e com a publicação do Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de julho, abrem-se novos caminhos, são inseridas as artes no sistema geral de ensino e criadas as áreas vocacionais de Música e de Dança no ensino preparatório e secundário (Ribeiro & Vieira, 2016, p. 2).

A publicação deste diploma legal possibilita então

“A frequência nos cursos de ensino artístico especializado (básico e secundário) passou a ser possível num dos seguintes regimes de frequência: *integrado*, *articulado* (Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de julho) e *supletivo* (Despacho nº 76/SEAM/85, de 9 de outubro). O regime de frequência integrado consiste na leção de todas as disciplinas do plano de estudos no mesmo

estabelecimento de ensino artístico especializado da música; o regime de frequência articulado desenvolve-se envolvendo dois estabelecimentos de ensino diferentes: os alunos frequentam as disciplinas da componente de ensino artístico especializado numa escola de ensino artístico especializado de música e as restantes componentes numa escola de ensino genérico básico e secundário; no regime supletivo os alunos frequentam as disciplinas do ensino artístico especializado numa escola de ensino artístico especializado de música, independentemente das habilitações que possuam.” (Ribeiro A. J., 2023, p. 4)

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, está finalmente clarificada e consolidada a entrada nos agrupamentos de escolas o ensino articulado. Posteriormente, as Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto e a Portaria n.º 65/2022, de 1 de fevereiro vêm consolidar não só o ensino articulado da música, mas também o Teatro.

Assim ficam definidos os três regimes:

- Regime Integrado - os alunos frequentam todas as componentes do currículo no mesmo estabelecimento de ensino;
- Regime Articulado - a lecionação das disciplinas das componentes de ensino artístico especializado é assegurada por uma escola de ensino artístico especializado e as restantes componentes por uma escola de ensino geral;
- Regime Supletivo - a frequência é restrita à componente de formação artística especializada dos planos de estudo dos cursos básicos de música ou às componentes de formação científica e técnica artística no caso dos cursos secundários de música.

Havendo atualmente uma relação entre as escolas do ensino artístico especializado e as escolas do ensino geral, através do ensino articulado, a articulação entre ambas assume uma maior importância, dando lugar a uma complementaridade no que concerne à formação integral do cidadão enquanto estudante. A educação e a formação artística e musical estão, portanto, interligados.

O “estabelecimento de articulações curriculares e ações de cooperação concretas com o ensino genérico, com o intuito de contribuir para a construção do projeto educativo da escola” (Ribeiro & Vieira, 2019, p. 30) pode contribuir para um entendimento e melhor funcionamento dos dois regimes.

Atualmente “a educação artística e artístico-musical apresenta-se (...) com uma formulação generalista em que se considera a educação e o ensino artístico como um elemento importante para a integral formação do ser humano” (Vasconcelos, 2011, p. 134). Nos dias de hoje

encontramos nos agrupamentos de escolas uma relação entre as escolas do ensino artístico especializado e as escolas do ensino geral, trazendo para a vida escolar, uma complementaridade no que concerne à formação integral do cidadão enquanto estudante, e, por conseguinte, interligando a educação e a formação artística e musical.

A evolução nem sempre foi linear no que concerne ao ensino articulado da música. As questões económicas sempre nortearam os assuntos ligados à cultura, e também em 13 de agosto de 2007 com a publicação do normativo emanado pela DREN, Ofício-circular nº 51/07, o ensino articulado da música viria a sofrer um revés. Esse normativo indicava a criação de restrições para os números de entrada e saída de alunos neste regime, limitando assim a evolução ou o alargamento a mais turmas uma vez que os contratos não contemplariam verbas suficientes. Com a aprovação de um novo modelo de financiamento, as escolas passariam a poder optar pelo regime que lhes fosse mais favorável, tendo-se verificado um aumento substancial do número de alunos a frequentar esta modalidade de ensino. Esta alteração viria a ter impacto também no número de docentes e no aumento das suas qualificações profissionais, pois a qualificação profissional viria ser obrigatória. (Ribeiro & Vieira, 2016, pp. 240, 241)

Para Ribeiro & Vieira (2016)

“O trabalho desenvolvido em torno da reestruturação do ensino artístico especializado da música ficou, assim, interrompido, inviabilizando a desejada reforma. A credibilidade deste subsistema de ensino continua a ser posta em causa por políticas destrutivas e com falta de visão de longo prazo, e a comunidade educativa continua imersa na desconfiança, nos receios e na ausência de perspectivas de uma construção verdadeiramente estruturada do sistema de ensino da música português.” (Ribeiro & Vieira, 2016, p. 251)

Por sua vez Ribeiro (2013) já se apresentava crítico, referindo que “o ensino vocacional e o ensino genérico ocupam lugares ambíguos cujos limites não são suficientemente claros, sem se saber exatamente onde começa um e acaba o outro” e dessa forma impossibilita respostas adequadas e precisas condicionando assim a expectativa de pais e alunos.

Desta forma o pensamento de Ribeiro & Vieira (2019) indica que estes dois universos legislativamente diferentes apresentam uma enorme dificuldade de identidade e afirmação, pois não têm definidos espaços e propósitos de ação, ou seja, o ensino vocacional da música apresenta dificuldade em se estabilizar como especializado e vocacional e o ensino genérico da música não permite a possibilidade de optar por uma via vocacional. A resposta ao problema convoca o desfazer do paradoxo em uma linha sustentada na vontade própria de cada um, vontade essa construída com base em uma escolaridade obrigatória comum de qualidade que possa garantir qualquer opção vocacional. “O ensino da música nas escolas especializadas ou ditas vocacionais

assenta ainda em consubstanciados preconceitos relacionados com outros estilos e gêneros musicais.” (Ribeiro & Vieira, 2019, pp. 32, 33) Neste sentido é urgente que as escolas de música procurem um espírito renovado para procurar novos rumos e novas afirmações em prol dos que procuram este regime de frequência de ensino da música.

Sumário

Neste capítulo foram abordadas as palavras-chave traçadas para este estudo. Verificamos que a revisão da literatura é importante pois possibilita ao investigador, a familiarização com as aprendizagens adquiridas ao longo do curso de Mestrado e dessa forma, rever bibliografia e cruzar informação importante para perceber o contexto investigativo.

Capítulo III

Este terceiro capítulo, será dedicado à apresentação da metodologia da investigação, onde será apresentado o método escolhido, como se procedeu, não só à seleção e caracterização do método, mas também as suas vantagens e desvantagens.

São apresentadas as técnicas e instrumentos de recolha de dados escolhido, os participantes, o papel do investigador. O desenho da pesquisa (plano de ação), triangulação de dados e questões éticas terminarão o capítulo.

Método de investigação

Neste capítulo são descritas as opções metodológicas do estudo, e as razões da escolha do método de investigação. São referidas as vantagens e/ou desvantagens, a escolha da técnica e respetivos instrumentos de recolha de dados, bem como, os participantes e a sua caracterização, papel do investigador, desenho da pesquisa, triangulação e questões éticas.

Estudo de caso

Apresentamos as razões que levaram à opção tomada no que concerne à escolha do método de investigação para levar a cabo este estudo de investigação.

Refletir sobre a importância de escolher um bom método, criação de instrumentos capazes de dar respostas sólidas às perguntas levantadas e concertar sugestões que indiquem novos rumos, possam ajudar a redefinir caminhos e ao mesmo tempo possam despertar na comunidade científica vontade de continuar o trabalho desenvolvido devem ser objetivos orientados para a escolha do método a utilizar.

Ao iniciar o trabalho de campo, torna-se imperioso definir qual ou quais métodos de investigação utilizar. “Muito do que nós próprios não conseguimos observar já foi ou está a ser observado por outro. Dois dos usos mais importantes dos estudos de caso são para obter as descrições e as interpretações de outros” (Stake, 2016, p. 81). Neste momento e dado o universo, pertinência e problemática em estudo, o método de investigação que nos parece mais adequado é, o estudo de caso.

Adequado porque a problemática está circunscrita a um grupo bem delineado e delimitado a um distrito, o distrito de Viana do Castelo.

“O verdadeiro objetivo do estudo de caso é a particularização, não a generalização. Pegamos num caso particular e ficamos a conhecê-lo bem, numa primeira fase não por aquilo em que difere dos outros, mas pelo que é, pelo que faz. A ênfase é colocada na singularidade e isso implica o conhecimento de outros casos diferentes, mas a primeira ênfase é posta na compreensão do próprio caso.” (Stake, 2016, p. 24)

Daí que será muito importante perceber de que forma podemos extrair um conhecimento mais aprofundado dos factos e fenómenos reais de forma estável e quantificável, mantendo como base o devido distanciamento entre o investigador e a investigação (Meirinhos & Osório, 2010). No método de “estudo de caso, a recolha de dados é emergente e a análise é indutiva e deve acompanhar o mais possível, mesmo que seja de forma algo informal, o desenvolvimento da investigação.” (Amado J. , 2017, p. 138). Desta forma, consideramos o “estudo de caso” o método mais adequado para dar resposta às questões de investigação apresentadas.

Vantagens e desvantagens

O estudo de caso, consiste num “método de pesquisa que faz uso de dados oriundos de uma realidade específica e real, com o fim de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais em um contexto específico” (Traqueia, et al., 2021, p. 15). Nesse sentido, é um método que possibilita alcançar informação pertinente para questões “como” e “por que”, contudo, o facto do investigador, ser também interveniente, pode ser uma desvantagem, pelo que deve sempre que possível, afastar-se da ação.

A capacidade de expor e explicar situações da vida real, sem interferir no seu dia a dia, deverá também ser um norteador ao qual o investigador deve dedicar especial atenção.

O investigador tem a possibilidade de se concentrar num caso específico e de identificar, os diversos processos em estudo, mas não pode generalizar, todavia, pode proporcionar uma percepção maior, pelo relato de exemplos, situações ou acontecimentos.

Realmente, uma das maiores desvantagens para alguns, é a impossibilidade de generalizar, mas ao mesmo tempo permite que a comunidade verifique de forma detalhada o que se conseguiu registar e observar num determinado caso e posteriormente delinear estratégias e definir novos estudo que possam vir a generalizar o estado da problemática.

Técnica e Instrumentos de recolhas de dados

Entrevista e inquérito por questionário

Inquérito por questionário e/ou entrevista?

Neste estudo, os instrumentos de recolha de dados selecionados, têm como intenção que sejam complementares e não uma opção entre um ou o outro, uma vez que ambos são de igual importância para a recolha e posterior triangulação dos dados recolhidos.

O inquérito por questionário, é o método mais comum e o mais utilizado para estudos em grande escala, permite uma análise abrangente e quantificar os dados obtidos proceder a inferências e realizar algumas generalizações, mas ao mesmo tempo observar o sentimento de pequenos grupos. Por outro lado, a entrevista semiestruturada é um método de estudo com um carácter mais interpretativo utilizado numa perspetiva qualitativa para recolha de dados e posterior análise da informação obtida, dado o seu carácter descritivo, pormenorizado e pessoal dos dados obtidos. (Alves, et al., 2021, pp. 14 - 15)

Vantagens e desvantagens

Todos os instrumentos de recolha de dados devem ser escolhidos em função do estudo que se pretende levar a cabo. Como tal, há a necessidade de aferir as suas vantagens e as suas desvantagens.

Segundo Bell, (2010) o instrumento de recolha de dados – entrevista, é um instrumento que possui a vantagem de poder ser adaptado a cada momento. traz uma grande vantagem que é a sua adaptabilidade.

Para Bogdan e Biklen (1994) a entrevista é um instrumento que possibilita um encontro interpessoal, uma conversa intencional, desenvolvida num determinado contexto, onde o entrevistador procura obter do entrevistado, informações sobre determinados assuntos ou temas.

Ao utilizar uma entrevista semiestruturada o entrevistador pode revelar algumas capacidades para obter informação que o entrevistado possa estar a não fornecer. Durante a entrevista há sinais que podem ser elementos de informação importante, o tom da voz, a expressão facial e corporal, entre outras, que apenas a presença na entrevista permite obter.

É uma forma de recolha de informação que pode demorar o seu tempo, uma vez que é presencial e a falta de agenda dos entrevistados, a necessidade de transcrever a entrevista pode ser uma desvantagem para o tempo de investigação que o investigador detém.

Foi elaborada uma estrutura de guião de entrevista, que serviu de orientação, contudo, não foi utilizado como um documento fechado, foi ajustado às necessidades que surgiram ao longo da entrevista. Os encontros foram agendados com os entrevistados, foi comunicada a duração prevista e entregue o consentimento informado (anexo I) a cada entrevistado e foram realizadas com o recurso à gravação em suporte digital. Constrangimentos de agenda dos diretores e a não divulgação, por parte de alguns responsáveis diretivos, do inquérito por questionário, também condicionou a recolha de mais dados.

Nos dias de hoje, a internet e as ferramentas que esta nos proporciona, funcionam como um facilitador pois conseguimos chegar a mais gente, mais rapidamente e de forma mais económica. Segundo Gil (2002, p. 115) “pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”, contudo também pode ser de difícil alcance, no que concerne à obtenção de resultados, uma vez que pode ficar esquecido no email, não há documento impresso para recolher a resposta e, por conseguinte, não há presença física. Salienta ainda, que a entrevista é facilitadora quando se pretende aplicar a um maior número de pessoas.

Para este trabalho de investigação foram aplicados questionários online, que comparativamente à entrevista é, sem qualquer dúvida, uma vantagem para a obtenção de resultados, permite num curto espaço de tempo recolher os dados de forma relativamente barata (Bell, 2010, p. 27).

Participantes

Para este estudo foram escolhidos para além do investigador, docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical, docentes que lecionam no Ensino Articulado da Música, Diretores de Agrupamento das escolas que têm protocolo com as academias ou conservatórios que desenvolvem essa atividade de ensino articulado.

É fundamental a participação destes grupos de intervenientes pois a temática que se pretende investigar está diretamente ligada e interliga todos estes intervenientes. Para percebermos a

realidade de cada unidade, apresentamos uma breve caracterização de cada agrupamento de escolas e academia/conservatório.

Caracterização das academias/conservatórios envolvidos

A Academia Musical de Monção

A Banda Musical de Monção recebe da Direção Geral de Estabelecimentos Escolares a aprovação da constituição de uma nova Academia Musical em Monção. Essa academia passa através da Autorização de Funcionamento n.º 86/EPC/Norte, a funcionar como Estabelecimento de Ensino Especializado da Música. Desde o ano letivo de 2020/2021, passa a ser a responsável pela formação do Ensino Articulado da Música na EB23 de Monção, com início no 5.º ano de escolaridade.

Em 2 de fevereiro do ano de 2020, é-lhe então concedida, através de despacho exarado pela Senhora Diretora-geral da Administração Escolar, a autorização definitiva de funcionamento, com a designação de Academia Musical de Monção. É então, nos termos do art.º 29.º, do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, constituída a Academia Musical da Banda Musical de Monção. (Monção, Banda de Música de, s.d.)

Academia de música Fernandes Fão

No mês de agosto do ano de 1988, por ocasião das festas de Sta. Rita em Caminha e coincidente com uma atividade de carácter musical, desenvolvida no âmbito da geminação entre as cidades de Caminha e de Pontault-Combault, foi consolidada a manifestação de vontade de criação de uma academia. Dessa forma surge a Academia de Música Fernandes Fão (AMFF).

No ano letivo de 1988/1989, passa a funcionar a AMFF, assumindo assim, a data de 15 de outubro de 1988, um grupo de fundadores, como a data de referência para a fundação da academia, que seria vertida escritura pública, registada no Cartório Notarial de Caminha, em 3 de maio de 1989, data que ficaria como a data do nascimento como entidade jurídica.

Por força do movimento associativo do Município de Caminha, o seu processo de formação como coletividade, viria a sofrer alterações. Num convite alargado, passam então a integrar esta organização o Orfeão de Vila Praia de Âncora, NUCEARTES, Centro Cultural e Social de Vila Praia de Âncora e Banda Típica da Casa do Povo do Vale do Coura de Caminha.

Atualmente a área de influência pedagógica e de intervenção, ultrapassa o concelho da sua sede, Vila Praia de Âncora. Neste momento está presença nos municípios de Caminha, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e Melgaço, recebendo também alunos oriundos dos concelhos de Viana do Castelo, Ponte da Barca e Valença. (Fão, Academia de Música Fernandes, 2018)

Academia de Música de Viana do Castelo

No ano de 1977 é criada uma Associação com sede, cedida pelo Dr. Alberto Oliveira e Silva, então Governador Civil do Distrito, em instalações provisórias no Ex-Quartel do BC9, dando início ao seu trabalho em prol da formação na área da música.

Cerca de 4065 alunos, é o número de alunos que já frequentaram a Academia de Música de Viana do Castelo desde a sua fundação até final do ano letivo 2022/2023. Um número significativo destes alunos não só é proveniente das vilas e aldeias do Concelho de Viana do Castelo, mas também, e em particular, dos Concelhos de Caminha, Valença, Monção, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima.

O reconhecimento como associação de Utilidade Pública viria em 1981 pelo Primeiro Ministro de então, Francisco Pinto Balsemão. Em 1983 é então reconhecido o Paralelismo Pedagógico para Cursos Básicos e Complementares de Música e a autorização provisória de funcionamento, atribuído pela DREN – Direção Regional de Educação do Norte.

Por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, é então desenvolvido um projeto, entre 1986 e 1988, com o propósito específico de formar instrumentistas de cordas e sob a orientação pedagógica e artística do violinista suíço Tibor Varga, surge o Centro de Formação de Instrumentistas de Arcos (C.F.I.A.).

No ano de 1991 passa então a funcionar no Ex. Pavilhão Cirúrgico da Santa Casa da Misericórdia, gentilmente cedido pelo seu provedor, Dr. Alberto de Oliveira e Silva.

Onze anos passados e em 1992 é então criada a Escola Profissional de Música de Viana do Castelo (EPMVC), da qual a academia foi entidade promotora até ao ano de 1999, sendo atualmente a integrada no Conselho de Fundadores da Fundação Átrio da Música, entidade proprietária da referida Escola Profissional.

Concedida pela DREN –Direção Regional de Educação do Norte em 1995 a autorização definitiva de funcionamento, viria entre 1997 e 1999 a ser criado o Estúdio Jorge Peixinho com o apoio do Departamento do Ensino Secundário e financiado pelo do programa Prodep II.

No ano de 2000 nova mudança de Instalações desta feita para o edifício Átrio da Música, através de protocolo de utilização com a Fundação Átrio da Música – Escola Profissional de Música de Viana do Castelo.

O desenvolvimento do Programa de Generalização das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico, em parceria com os Municípios de Paredes de Coura e de Viana do Castelo surge em 2006 e no ano letivo de 2008/2009 dá-se a abertura do Curso Básico de Música em Paredes de Coura em articulação com o Agrupamento de Escolas Território Educativo de Coura.

O projeto Scholl4All viria a ser implementado no ano de 2017, com a oferta da Expressão em Jardins de Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico, em parceria com os Municípios de Paredes de Coura e de Viana do Castelo, financiado pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Plano de Combate ao Insucesso Escolar.

Em articulação com o Colégio do Minho, no ano letivo de 2019/2020 formaliza-se a abertura do Curso Básico de Música em Monção e em 2021 o início da implementação do projeto Música & Inclusão no Alto Minho, financiado pelo Fundo Social Europeu – Programa Operacional Regional do Norte 2020, destinado à promoção da coesão social de comunidades vulneráveis, no âmbito da iniciativa Cultura para todos. (Castelo, Academia de Música de Viana do, 2025)

Conservatório de Música de Arcos de Valdevez

O Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez, com designação alterada recentemente para CAV – Conservatório de Artes de Valdevez, apresenta como missão o ensino de excelência, promovendo o desenvolvimento humano através do ensino artístico.

Tem sido pedagogicamente orientado, desde a sua fundação, no sentido de, através de uma interação ativa e criativa, possibilitar a formação dos cursos oficiais em vigor, e dessa forma, munir os seus alunos com competências viradas para as exigências da sociedade e do mercado de trabalho atual. São apresentadas como principais preocupações a qualidade do seu ensino e a manutenção de vários grupos instrumentais, corais, de dança e de teatro.

Pretendem através do desenvolvimento do ensino artístico, promover a afirmação da escola e da sua eficácia, autonomia e capacidade de intervenção regional, nacional e comunitária, e dessa forma, proporcionar uma formação artística específica de qualidade, que no futuro possa permitir aos alunos participação na vida ativa e contribuir para o progresso da sociedade em articulação

com os seus interesses, capacidades e vocação. (Valdevez, Conservatório de Música e Dança de Arcos de, 2021)

Academia de Música de Vila Verde

A Associação Cultural e Musical de Vila Verde (ACMVV) tem na Academia de Música de Vila Verde (AMVV) o seu principal pilar, desenvolvendo há já largos anos projetos no âmbito da Música, da Formação Profissional e do Desporto.

Sob a alçada da Câmara Municipal de Vila Verde, e com mais de seiscentas inscrições, é fundada em 1982 a única Escola de Música do Concelho. Já em 1995, e de forma a ser independente, a Escola de Música, viria a ser constituída como Associação Cultural e Musical de Vila Verde, que assumindo a continuidade do ensino da música, através do ensino de vários instrumentos e formação musical. Rapidamente, este ensino viria a proliferar em todo o Concelho, a dessa forma, garantir o acesso aos seus habitantes ao ensino da música. Com polos em Pico S. Cristóvão, Goães, Covas de Aboim, Ponte, Atães, Lage e Freiriz, que mais tarde se viriam a tornar unidades autónomas, o número de alunos inscritos na escola da sede do concelho viria a reduzir.

Diversas alterações orgânicas e funcionais, ocorreram desde o início da fundação da Escola de Música do Concelho. Estas mudanças viriam a produzir o seu efeito de amadurecimento, e assim em 2005, através da atribuição da autorização definitiva DREN/ nº 186, por parte do Ministério da Educação, passou a assumir a denominação de Academia de Música de Vila Verde.

Entre 2005 e 2006, passam a funcionar e pleno os três regimes de ensino articulado, supletivo e livre. Dessa forma tornou-se necessário criar um corpo administrativo e pedagógico sólido, constituído por dezasseis professores e cinco colaboradores com contratos de Prestação de Serviços.

São parcerias fortes, a Câmara Municipal de Vila Verde, a Escola Básica 2, 3 de Vila Verde, a Escola Básica 2,3 Monsenhor Elísio Araújo, a Escola Básica 2,3 de Prado, a Escola Básica 2,3 de Moure, a Escola Básica 2,3 de Ribeira do Neiva, a Escola Secundária/3 de Vila Verde, o Colégio Teresiano de Braga, o Colégio João Paulo II, o Conservatório de Música de Porto, a Universidade do Minho, a Universidade Católica de Braga, a Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, a Escola Profissional Amar Terra Verde, a Proviver EM, Atahca – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, o Gabinete de Ação Social, a UNIVA da Câmara Municipal de Vila Verde, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Cruz Vermelha, o Centro Social da Paróquia da Lage, os Bombeiros Voluntários de Vila Verde, o

Colégio Didalvi, a Câmara Municipal de Terras de Bouro, a Câmara Municipal de Ponte da Barca, a Banda Musical de Carvalheira, o Colégio Carvalho de Araújo e o Hospital Escola de Braga. (Verde, Academia de Música de Vila, 2023)

Academia de Música da Fortaleza de Valença

A Academia de Música da Fortaleza de Valença é um estabelecimento de ensino especializado da música, integrado no Ensino Particular e Cooperativo, em conformidade com o Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro, agora, Decreto-lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, apoiado pelo Ministério da Educação e Ciência, em Regime de Contrato de Patrocínio, nos termos da Portaria n.º 224-A/2015, de 29 de julho.

Homologada pelo Ministério da Educação e Ciência em 21 de setembro de 2014, faz parte do sistema de ensino especializado da música desde então.

A sua missão consiste em “Promover o ensino especializado da música de acordo com os cursos oficiais do Ministério da Educação; contribuir para a formação integral dos seus alunos, como cidadãos e como músicos; implementar uma dinâmica cultural a nível nacional e internacional potenciando o projeto euro-cidade Valença-Tuy.” (Valença, Academia de Música da Fortaleza de, 2025)

Caracterização dos agrupamentos de escolas envolvidos

Agrupamento de Escolas da Abelheira

A então Escola C+S de Viana do Castelo inicia as suas atividades no ano letivo 1990/1991, permanecendo com esta designação até ao ano letivo de 1998/1999. Após proposta das diretoras do então Jardim de Infância de Viana do Castelo n.º 1, da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico n.º 4 de Viana do Castelo e da Presidente do Conselho Diretivo da Escola E.B. 2,3 de Viana do Castelo, recolhe o acordo e deliberação das respetivas Comunidades Escolares. Então por Despacho de 03 de maio de 1999, do Secretário de Estado da Administração Educativa, e de harmonia com o Decreto-Lei n.º 115/A/98, foi homologada a constituição do Agrupamento Vertical de Escolas da Abelheira, sendo constituído pela Escola E.B. 2, 3 de Viana do Castelo, a Escola E.B. 1 da Abelheira e o Jardim-de-Infância de Viana do Castelo n.º 1.

No ano letivo de, 1999/2000, viriam a juntar-se ao Agrupamento mais oito estabelecimentos de ensino, a Escola E.B. 1 da Igreja – Meadela, a Escola E.B. 1 do Calvário – Meadela, a Escola E.B. 1

de Portuzelo – Meadela, a Escola E.B. 1 de Outeiro, a Escola E.B. 1 de S. Gil – Perre, o Jardim-de-infância da Igreja – Meadela, o Jardim-de-infância do Calvário – Meadela e o Jardim-de-infância de Outeiro. No ano letivo de 2005/2006, passam a fazer parte do agrupamento a Escola E.B. 2,3 de Viana do Castelo, a Escola E.B. 1 da Abelheira, a Escola E.B. 1 da Igreja – Meadela, a Escola E.B. 1 do Calvário – Meadela, o Jardim-de-Infância de Viana do Castelo n.º 1 e o Jardim-de-Infância da Meadela. Recentemente, no ano letivo 2013/2014, o Jardim de Infância da Meadela passa a integrar a escola E.B. 1 da Igreja – Meadela e no ano letivo de 2014/2015, de acordo com a Portaria n.º 30/2014 de 5 de fevereiro, o Agrupamento de Escolas da Abelheira, Viana do Castelo, passa a ter a seguinte constituição: Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo; Escola Básica n.º 1 da Abelheira, Viana do Castelo; Escola Básica do Calvário, Meadela, Viana do Castelo; Escola Básica da Igreja, Meadela, Viana do Castelo e Jardim de Infância n.º 1 de Viana do Castelo. O Agrupamento presta, ainda, serviço educativo no Estabelecimento Prisional de Viana do Castelo.

O Agrupamento de escolas é considerado “escola de referência no domínio da visão” – designação atual – estatuto que mantém desde o ano letivo de 2007/2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. A escola de referência engloba o Jardim de Infância de Viana do Castelo n.º 1, a Escola Básica n.º 1 da Abelheira e a Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo.

O Centro de Recursos TIC para Educação Especial (CRTIC) viria a ser formado em 2008/2009 como resultado da criação de uma rede nacional, motivado por uma política de inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, de carácter prolongado, no ensino básico e da medida inserida no Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade. (Abelheira, Agrupamento de Escolas da, 2017)

Agrupamento de Escolas de Monserrate

Por despacho do Sr. Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, exarado no dia 1 de abril de 2013 é então criado o Agrupamento de Escolas de Monserrate.

Em resultado da agregação da Escola Secundária de Monserrate e do Agrupamento de Escolas Dr. Pedro Barbosa (anteriormente designado Agrupamento Vertical de Escolas do Atlântico), passa, esta unidade orgânica, a integrar os estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino da rede de oferta pública das freguesias de Afife, Areosa, Carreço e parte significativa da União das Freguesias de Viana do Castelo, concretamente as freguesias designadas por Monserrate e Santa Maria Maior.

Através da Lei da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, promulgada em 2013, o Agrupamento de Escolas de Monserrate passa a ser constituído por oito unidades educativas, um Jardim de Infância, cinco Escolas Básicas do 1.º Ciclo (duas com Jardim de Infância), uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e uma Escola Secundária, onde passa a ficar situada a sede do agrupamento.

Faz então cumprir a missão educativa da escola pública num território que abrange as freguesias de Afife, Carreço, Areosa e União das Freguesias de Viana do Castelo.

Atendendo à sua disposição geográfica, o Agrupamento recebe alunos de uma zona geográfica muito ampla. (Monserrate, Agrupamento de Escolas de, 2023)

Agrupamento de Escolas de Barroselas

Na região do Vale do Neiva, mais concretamente na margem esquerda do rio Lima, situa-se o Agrupamento de Escolas de Barroselas. A sua ação educativa e formativa estende-se pela área geográfica das freguesias de Barroselas, Carvoeiro, Mujães, Vila de Punhe e Portela Susã.

Esta região está dotada de um importante património natural, edificado e imaterial, que constitui um importante recurso educativo, que potencializa diversas oportunidades de aprendizagem diversificadas.

Agrupamento de Escolas de Barroselas na posse desta localização geográfica, também acolhe alunos oriundos das freguesias de Balugães, Tregosa, Durrães e Fragoso, também estes pertencentes ao concelho de Barcelos.

Predominantemente rural, o meio envolvente abrange uma área mais pequena que pode ser tida como semiurbana, pois possui oferta de serviços públicos, como instituições bancárias, centro de saúde, GNR, espaços comerciais e industriais, entre outros.

Agrupamento de Escolas de Barroselas na sua constituição alberga estabelecimentos de ensino que vão desde a Educação Pré-escolar até ao Ensino Secundário. Todos os estabelecimentos são dotados de Bibliotecas Escolares, 4 das quais estão integradas na Rede de Bibliotecas Escolares.

Ao longo do tempo o Agrupamento de Escolas de Barroselas tem produzido impacto no desenvolvimento local, melhorando as qualificações da população, promovendo projetos que se foram desenvolvendo ao longo dos anos, o que permitiu projetar o Agrupamento de Escolas de Barroselas na comunidade e aumentar a confiança no serviço de qualidade que é prestado.

“Acreditamos que uma Escola/Agrupamento que tem orgulho na sua história e preserva a sua memória é também capaz de olhar o futuro com esperança e de impulsionar as mudanças que se impõem num mundo em transformação. Conhecer a identidade de cada um dos estabelecimentos de educação e ensino é, por isso, importante para o fortalecimento do sentido de pertença que, por sua vez, induz processos de mudança.” (Barroselas, Agrupamento de Escolas de, 2025)

Agrupamento de Escolas da Monte da Ola

Constituído em janeiro de 2013, o Agrupamento de Escolas de Monte da Ola, agregou o anterior Agrupamento de Escolas de Monte da Ola com o Agrupamento de Escolas de Darque e com o Agrupamento de Escolas da Foz do Neiva. No concelho de Viana do Castelo, na margem sul do rio Lima, tem uma área de influência que estende por dez freguesias, com uma área com cerca de 72 km². Composto por 13 unidades orgânicas, com tipologia muito diversa diversas, que vai desde o Jardim de Infância a estabelecimentos com um único nível de educação e ensino, até os que englobam três níveis de escolaridade.

Tem a sua sede na Escola Básica e Secundária de Monte da Ola, frequentada pelo maior número de alunos do agrupamento. Na sua constituição possui 9 jardins de infância, 11 escolas básicas do 1º CEB, 2 escolas de ensino básico de 2º e 3º Ciclo e a Escola-sede, onde se encontra o ensino secundário.

Disperso por 7 freguesias do concelho de Viana do Castelo (Alvarães, Neiva, Vila Nova de Anha, Chafé, Darque, Vila Franca, Castelo do Neiva) e por 2 uniões de freguesias (União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria e União das Freguesias de Subportela, Deocriste e Portela Susã), está inserido num meio envolvente onde é predominante a indústria, ligada ao setor terciário, “com profissões ligadas à indústria, comércio e serviços, atualmente, de menor expressão, o meio envolvente tem ainda um cariz rural/piscatório em algumas zonas de abrangência.” (Ola, Agrupamento de Escolas de Monte da, 2023)

Agrupamento de Escolas de Arga e Lima

O Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, como escola pública procura orientar a sua ação “pelos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, no decreto lei nº 55 e 54 e respetivas portarias e na demais legislação em vigor.” O agrupamento chama a si a tomada de

decisões, sempre com base no vasto quadro normativo que tem de seguir. Assim, a planificação estratégica da ação obedece também à conceção dos objetivos e propósitos.

Para o agrupamento de Escolas de Arga e Lima o aluno deve ser preparado para que possa almejar uma qualificação individual e a construção de um cidadão ativo.

O aluno, é para o agrupamento, o elemento principal na dinâmica do dia a dia da vida escolar e deve ser orientada “não apenas para a aquisição de conhecimentos e desempenhos que permitam o prosseguimento de estudos, mas também para o desenvolvimento integral dos discentes com especial incidência no incremento dos valores e atitudes de cidadania democrática.”

A Educação assente numa visão humanista da escola e do ensino continua a ser o lema que lidera os valores e princípios e projeta a dinâmica do Agrupamento de Escolas de Arga e Lima. (Lima, Agrupamento de Escolas de Arga e, 2021)

Agrupamento de Escolas de Caminha

Constituído por catorze edifícios, nomeadamente: 3 Jardins de Infância (Âncora, Moledo e Vila Praia de Âncora); 4 EB1 (Âncora, Lanhelas, Moledo e Vilarelho); 5 EB1/JI (Caminha, Dem, Seixas, Venade e Vilar de Mouros) e 2 Escolas Básicas e Secundárias (Vale do Âncora e Caminha – escola sede) é assim o Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha.

Com exceção da EB1 de Moledo, todos os restantes edifícios deste agrupamento de escolas possuem refeitório. Para além dos refeitórios, existem três Bibliotecas escolares que apoiam todas as outras escolas, situando-se uma na EB1/JI de Caminha, outra na EBS do Vale do Âncora e outra na EBS de Caminha; quatro laboratórios (dois na EBS de Caminha e dois na EBS do Vale do Âncora) e uma sala de pessoal não docente em cada uma delas. Na escola sede e na EBS do Vale do Âncora, existem instalações de serviços administrativos, de atendimento a pais e encarregados de educação e salas de pessoal docente. As Salas de pessoal docente apenas existem na EBS de Caminha, na EBS do Vale do Âncora, EB1/JI de Caminha, EB1 de Moledo, EB1/JI de Seixas, EB1/JI de Dem, EB1 de Lanhelas e no JI de Vila Praia de Âncora.

No que diz respeito à atividade física, só existe pavilhão gimnodesportivo exclusivo na escola sede, sendo necessário nas restantes escolas recorrer a equipamentos desportivos municipais para o desenvolvimento das referidas atividades de educação física e de desporto escolar.

Os Jardins de Infância e as Escolas do 1.º Ciclo funcionam em instalações de diferentes tipologias e as Atividades de Enriquecimento Curricular funcionam nos edifícios onde decorrem as

atividades letivas. Todos os edifícios têm casas de banho e uma sala de atividades para cada grupo/turma. (Caminha, Agrupamento de Escolas de, 2020)

Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho

Em Valença encontramos o Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho. Integram este agrupamento, todos os estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho.

O município pertence ao distrito de Viana do Castelo, sendo delimitado a Este pelo concelho de Monção, a Sul por Paredes de Coura e a Oeste por Vila Nova de Cerveira. Por sua vez, a norte, o rio Minho faz fronteira com a vizinha Galiza.

O centro histórico de Valença possui um significativo interesse cultural, constituindo um património importante no contexto nacional. A sua Fortaleza é uma das principais fortificações militares da Europa, com cerca de 5 km de perímetro amuralhado.

O Agrupamento alberga um Centro Qualifica, direcionado para a qualificação de adultos através de reconhecimento, validação e certificação de competências (Escolar e Profissional), Português Língua de Acolhimento, unidades de formação de curta duração e qualificação profissional.

“O Agrupamento possui diversas estruturas de apoio e serviços especializados que garantem práticas educativas e formativas de qualidade, designadamente o Serviço de Psicologia e Orientação, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família”.

Integradas na Rede de Bibliotecas Escolas encontramos as bibliotecas das escolas básicas de Valença e de Friestas.

No cenário atual de globalização, o agrupamento enfrenta desafios profundos e de variados. “A comunidade inclui pessoas das mais diversas origens, com perfis culturais diversificados, experiências de vida únicas e múltiplos ritmos e modos de aprendizagem e ensino, de trabalho e colaboração.” (Minho, Agrupamento de Escolas de Muralhas do, 2023)

Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira

Compõe o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira dois centros escolares (Centro Escolar de Cerveira e Centro Escolar Norte – sediado na freguesia de Campos), a Escola Básica de S. Sebastião – Covas e a Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira. Frequentam este agrupamento 1127 crianças/jovens, 10 educadores de infância, 99 professores, 7 assistentes técnicos e 66 assistentes operacionais.

Sentir-se bem, é assim que a grande maioria dos alunos, docentes e pessoal não docente considera que é a forma como estão no agrupamento, que gostam de trabalhar/estudar nesta instituição. Este também é o sentimento corroborado pelos encarregados de educação, já que 94% deles apreciam que os seus educandos frequentem esta escola.

A estrutura organizacional do agrupamento obedece à legislação em vigor e a opções internas, são o resultado de uma reflexão conjunta e um ajustamento contínuo com vista à melhoria.

(Cerveira, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de, 2023)

Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura

O Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura, constituído por dois jardins de infância, pela Escola Básica de Paredes de Coura, onde se encontra localizado o jardim-de-infância da sede do concelho e os anos de escolaridade que correspondem ao primeiro ciclo, e a Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura, que alberga o segundo e terceiros ciclos e o ensino secundário. Paredes de Coura, dispõe, ainda, de um polo da Escola Profissional do Alto Minho Interior – EPRAMI.

No ano letivo 2022/2023, o concelho de Paredes de Coura tinha 76 crianças dos três aos cinco anos de idade a frequentar a educação pré-escolar da rede pública.

Nos Jardim-de-infância, existe componente de animação e apoio à família, da responsabilidade da Autarquia, no JI de Paredes de Coura E do Centro Social e Paroquial no caso do JI de Mozelos.

A Escola Básica de Paredes de Coura está situada no centro da vila, sendo um edifício construído de raiz, com capacidade para 16 turmas do 1º ciclo e dois grupos da Educação Pré-escolar.

Este estabelecimento do agrupamento, encontra-se em funcionamento desde o ano letivo de 2004/2005, tendo nesse ano letivo encerrado todas as escolas das freguesias passando a frequentar, todos os alunos do 1º ciclo, um só edifício.

A sede do Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura é a Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura, que está localizada numa zona periférica da vila o que condiciona, em parte, o acesso dos alunos aos equipamentos desportivos e culturais da Câmara Municipal.

O agrupamento possui cinco edifícios, o bloco central onde se encontram os serviços e o polivalente, o Bloco A. Três blocos de aulas, os Blocos B, C e D, este último para o ensino articulado da música, e o bloco de atividades desportivas. (Coura, Agrupamento de Escolas de Paredes de, 2024)

Agrupamento de Escolas de Valdevez

Situado no concelho de Arcos de Valdevez, encontramos o Agrupamento de Escolas de Valdevez. O Município Arcuense é limitado a Nordeste pelo Município de Melgaço, a Norte pelo Município de Monção, a Oeste pelo Município de Paredes de Coura, a Sudoeste/Oeste pelo Município de Ponte de Lima, a Sul pelo Município de Ponte da Barca e faz fronteira com Espanha (Galiza) a Este.

Uma grande parte da população arcuenses tem um baixo índice de escolaridade, determinando um défice de acompanhamento da vida escolar dos seus educandos e, por conseguinte, uma diminuta valorização da formação académica e da escola.

O concelho disperso e muito extenso contribui negativamente para o quotidiano da vida escolar, dado constituir para os alunos um gasto considerável de tempo em viagens originando também cansaço. A emigração e a agricultura de subsistência ainda são aspetos importantes nas famílias arcuenses, “embora a autarquia faça importantes esforços para dotar o município de infraestruturas industriais, de forma a atrair e a fixar a população”.

Faz parte do território arcuense o Parque Nacional Peneda-Gerês. A UNESCO classificou-o como Reserva Mundial da Biosfera, assim, Arcos de Valdevez é um destino turístico e oferece uma riqueza ambiental, paisagística e a biodiversidade de um território de excelência.

O concelho, possui uma história secular, associado aos primeiros tempos da nacionalidade - o Torneio de Valdevez.

A escola sede, um conjunto de sete edifícios e sete subunidades nas freguesias de Sabadim, União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador, Vila Fonche e Parada), União de Freguesias de Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela, União de Freguesias de Távora Santa Maria e Távora São Vicente e Soajo, constituem o Agrupamento de Escolas de Valdevez, sendo que as escolas do agrupamento distam da sede cerca de 7 km e a escola de Soajo, a mais distante, cerca de 20Km. (Valdevez, Agrupamento de Escolas de, 2024)

Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca

O Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca é composto por quatro estabelecimentos de ensino: a Escola Básica de Crasto, a Escola Básica de Entre Ambos os Rios, a Escola Básica Diogo Bernardes e a Escola Secundária de Ponte da Barca.

A Escola Básica de Crasto fica localizada na freguesia de Crasto, S. Martinho e é um edifício de arquitetura recente, construído de raiz e inaugurado no ano de 2012. Constituída por quatro salas

para primeiro ciclo e duas para o jardim, Pavilhão Gimnodesportivo, Biblioteca, Cantina e espaços exteriores.

A Escola Básica de Entre Ambos os Rios, desta feita localizada na freguesia de Entre Ambos os Rios, edifício também construído de raiz e inaugurado em 2011, está dotada de quatro salas para o primeiro ciclo, duas para a o jardim, Pavilhão Gimnodesportivo, Biblioteca, Cantina e espaços exteriores.

A Escola Básica Diogo Bernardes, fica localizada na Praceta Frei Agostinho da Cruz na freguesia de Ponte da Barca. É um espaço que sofreu variadíssimas adaptações a última das quais em 2018. Composta por seis grandes blocos: três para atividades letivas, um para apoio social (cozinha, refeitório e bar), um para apoio educativo (biblioteca, auditório, salas de informática e de apoio, sala de professores) e um último para a prática desportiva.

A escola sede, a Escola Secundária de Ponte da Barca, foi criada em 26 de maio de 1976 e situa-se em Mira Lima, freguesia de Ponte da Barca. Também esta já passou por várias reestruturações aos longos da sua existência. Constituída por cinco grandes edificações: um bloco administrativo onde se situam todos os serviços, dois blocos para atividades letivas, sendo que num está instalada a biblioteca, o auditório e o espaço de aprendizagem do século XXI, um pavilhão gimnodesportivo e um espaço destinado às ciências e à ginástica. (Barca, Agrupamento de Escolas de Ponte da, 2021)

Agrupamento de Escolas de António Feijó

Constituído no ano letivo de 2003/2004, o Agrupamento de Escolas de António Feijó situa-se na vila de Ponte de Lima. Tem como área de intervenção pedagógica 15 freguesias: Anais, Arca e Ponte de Lima, Beiral do Lima, Boalhosa, Feitosa, Gemieira, Gondufe, Fornelos e Queijada, Rebordões Souto, Rebordões Santa Maria, Ribeira, S. Martinho da Gandra, Santa Cruz do Lima e Serdedelo.

O Agrupamento possui uma oferta que vai desde a Educação Pré-Escolar até ao 3º Ciclo.

Compõe o Agrupamento as Escolas Básicas da Feitosa, Trovela, Ribeira, Ponte de Lima, Gandra, com a Educação Pré-Escolar e o primeiro ciclo. Dispõe de pavilhão gimnodesportivo, biblioteca, parque infantil, cantinas com refeitório e salas destinadas às reuniões de trabalho dos docentes, bem como a Escola EB de Rebordões Souto.

Denominada de Escola Básica António Feijó está na vila de Ponte de Lima a Escola sede do Agrupamento. (Feijó, Agrupamento de Escolas de António, 2025)

Agrupamento de Escolas de Arcozelo

O Agrupamento de Escolas de Arcozelo foi constituído no ano letivo 2003/2004 com uma escola sede situada na Vila de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima. A área de intervenção pedagógica abrange os alunos residentes nas 14 freguesias deste concelho da margem direita do rio Lima: Arcozelo; Bárrio e Cepões; Bertiaundos; Brandara; Cabração e Moreira do Lima; Calheiros; Estorãos; Fontão; Labruja; Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte; Refoios do Lima; Sá; S. Pedro d'Arcos; Santa Comba.

No que concerne à área geográfica do Agrupamento, esta caracteriza-se, por ser uma zona agrícola, essencialmente com uma agricultura de subsistência e produção vinícola. De forte impacto turístico, sobretudo o turismo no espaço rural e do ponto de vista da produção industrial, salientamos o setor da extração e transformação do granito, a par de uma forte atividade na construção civil.

Ponte de Lima, em termos culturais, é um concelho com um grande acervo patrimonial, arquitetónico e paisagístico, e um importante nó de comunicações rodoviárias. As suas festas e romarias e a gastronomia onde o arroz de sarrabulho detém uma posição cimeira são também um património imaterial limiano.

Agrupamento de Escolas de Arcozelo possui uma oferta educativa que vai do Pré-Escolar ao Ensino Secundário. Os jardins-de-infância, funcionam nas freguesias de Arcozelo, Brandara, Calheiros, Estorãos, Cepões e Refoios. O 1º Ciclo está repartido pelos três Centros Educativos: Arcozelo, Lagoas e Refoios.

Disponibilizando aos seus utilizadores serviços de aprendizagem, acesso à Internet, livros e um conjunto de recursos que permitem a todos os membros da comunidade escolar desenvolver o espírito crítico e o tratamento da informação, encontramos uma Biblioteca Escolar. É uma estrutura de apoio pedagógico que tem merecido uma atenção acrescida, dada a sua especificidade – local de trabalho, de informação e de formação aberto à comunidade escolar. Totalmente informatizada e ligada, em rede, à Biblioteca Municipal de Ponte de Lima, entidade parceira do agrupamento.

Todos os estabelecimentos do agrupamento dispõem de serviço de Refeitório, cuja responsabilidade/gestão, com exceção da Escola sede e do Centro Educativo de Arcozelo, é das respetivas Associações de Pais/Juntas de Freguesia. (Arcozelo, Agrupamento de Escolas de, 2024)

Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima

O Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima é composto por três estabelecimentos de ensino, o Centro Educativo da Facha, a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância da Correlhã e a Escola Secundária de Ponte de Lima, sendo a oferta educativa do pré-escolar, destinado a crianças entre os três anos e a idade de entrada no primeiro ciclo do ensino básico, passando pelo primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino básico, até ao ensino secundário regular e ensino profissional. No Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima funcionam todos os cursos científico-humanísticos do ensino secundário regular e seis cursos do ensino profissional: Técnico de Manutenção Industrial/Eletromecânica, Técnico de Instalações Elétricas, Técnico Administrativo, Técnico Comercial, Técnico de Desporto, Técnico Auxiliar de Saúde. Também, podemos encontrar no agrupamento a oferta de ensino artístico especializado de música, em regime articulado, em parceria com a Academia de Música Fernandes Fão, de Ponte de Lima.

A escola sede do agrupamento é a Escola Secundária de Ponte de Lima, que ao mesmo tempo é também sede do Centro de Formação e Inovação dos Profissionais de Educação - CENFIPE, responsável pela formação docente e não docente das Escolas do Alto Lima e Paredes de Coura.

No ano letivo de 2020/2021, de acordo com o último relatório de avaliação interna, frequentavam o agrupamento 1867 crianças e jovens, lecionavam 222 professores em todo o agrupamento, maioritariamente pertencentes ao quadro do agrupamento e com uma vasta experiência profissional e 81 profissionais com, maioritariamente, mais de dez anos de serviço exerciam as funções de pessoal não docente. (Lima, Agrupamento de Escolas de Ponte de, 2022)

Agrupamento de Escolas de Freixo

O Agrupamento de Escolas de Freixo está situado no concelho de Ponte de Lima e serve crianças e jovens desde o Pré-Escolar até ao 9.º ano de escolaridade, sendo que no ano letivo 2025/2026, o Agrupamento de Escolas de Freixo alargará a sua oferta educativa ao ensino secundário.

Com um caminho consolidado na inovação e integração da tecnologia na educação, o Agrupamento de Escolas de Freixo foi reconhecido pela Microsoft Corporation como Showcase School, distinguindo ainda professores como Microsoft Expert Educator. Também no plano dos projetos piloto, podemos destacar a participação nos projetos Creative Classroom Lab, Co-Lab, Interactive Working Spaces da European Schoolnet. No ano de 2021, como escola mentora, integrou o projeto MenSi.

A capacidade do Agrupamento de Escolas de Freixo de criar e implementar projetos resultou em vários prémios e parcerias que permitiu melhorar os recursos e experiências educativas dos alunos que frequentam o agrupamento. (Freixo, Agrupamento de Escolas de, 2025)

Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior

Constituído pela tutela a 24 de abril de 2013, o Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior integra três escolas: a Escola Básica n.º 1 de Viana do Castelo (comummente designada Escola do Carmo), a Escola Básica 2,3 de Frei Bartolomeu dos Mártires e a Escola Secundária de Santa Maria Maior, sede do Agrupamento. Os estabelecimentos funcionam em edifícios próprios, mas muito próximos uns dos outros, na União de Freguesias de Viana do Castelo, antiga freguesia de Santa Maria Maior. Junto das principais artérias da cidade, no entanto, com alguns constrangimentos por se situar junto de vias de tráfego intenso em particular nas principais horas de entrada e saída de alunos.

As três escolas foram alvo de obras de renovação recentes, que lhes possibilita neste momento ter uma oferta de condições muito boas a alunos, professores, assistentes técnicos e operacionais.

A Escola do Carmo é um edifício do modelo do Plano dos Centenários com ligeiras alterações que beneficiou recentemente de obras de melhoria.

A EB 2,3 Frei Bartolomeu dos Mártires, que na base é um edifício do início dos anos 80 do século passado, apresentava diversos problemas estruturais e materiais, veio a ser intervencionada com uma requalificação concluída em 2020 permitindo assim adequar a escola às atuais necessidades do ensino / aprendizagem, um melhor conforto para os seus utilizadores e a melhores condições de saúde em resultado da eliminação do amianto existente nas estruturas da cobertura.

A Escola Secundária de Santa Maria Maior foi também alvo de requalificação e ampliação pela Parque Escolar, que decorreu de outubro de 2010 a dezembro de 2011 e passando a ter garantidas boas condições para o seu funcionamento.

O Agrupamento recebe principalmente crianças e jovens da cidade e freguesias limítrofes, mas, no caso da escola secundária, também de todo o concelho de Viana do Castelo e de outros municípios. (Maior, Agrupamento de Escolas de Santa Maria, 2023)

Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito

Pelo Despacho de 19/04/2002, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 115- A/98, de 4 de maio, e do Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto viu homologada a sua constituição o Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito.

A sua designação, recupera o nome da escola que viria a ser a sede do Agrupamento, constituindo assim, uma homenagem a José de Brito (1855-1946), pintor oriundo da freguesia de Santa de Marta de Portuzelo, concelho de Viana do Castelo, que também foi professor na Academia Portuense de Belas Artes, no início do século XX e até à aposentação, lecionando Desenho Histórico.

As escolas do Agrupamento de Escolas Pintor José de Brito funcionam em edifícios diferenciados. A Escola Sede, Escola Básica/Secundária, possui vários blocos em funcionamento. O bloco A, destinado aos Serviços Administrativos, Arquivo Administrativo, Direção, Biblioteca Escolar e Ludoteca, Auditório, Espaço Educação Especial, Sala de Trabalho para Docentes, Gabinete do Serviço de Psicologia e Orientação, Gabinete SOS, Gabinete do Secretariado de Exames, Gabinete de Atendimento aos pais/encarregados de educação e dos Diretores de Turma, Reprografia, Sala de Professores, Gabinete de Primeiros Socorros e instalações sanitárias.

Compõe ainda a escola sede, um outro bloco onde se encontra o serviço de papelaria, a cantina, a cozinha, o bar dos alunos, a sala da Associação de Estudantes e uma sala de convívio para os Assistentes Operacionais.

A disciplina de Educação Física, bem como as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto do Desporto Escolar são desenvolvidas no Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Marta de Portuzelo, pertença da Câmara Municipal de Viana do Castelo, e o qual se encontra contígua às instalações da escola sede e também nos campos exteriores de jogos existentes no espaço escolar.

As Escolas Básicas de Santa Marta de Portuzelo e de Perre, estruturas de maior dimensão e de construção recente, destinadas à Educação de Infância e ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, possuem para além de salas para a lecionação das atividades letivas, sala de biblioteca, salão polivalente, sala de professores e sala de atendimento aos pais/encarregados de educação, gabinete de primeiros socorros e refeitório. Esta escola tem ainda uma sala reservada ao Jardim de Infância. As Escolas Básicas de Nogueira, Portuzelo e Jardim de Infância de Moreno- Serreleis encontram-se em edifícios do tipo Plano dos Centenários. As Escolas Básicas de Nogueira e Portuzelo possuem três salas de aula em funcionamento, estando destinada uma à Educação Pré-Escolar e duas ao 1.º Ciclo do Ensino Básico. O Jardim de Infância de Serreleis possui uma sala, que serve o

grupo da Educação Pré-escolar. São apresentadas várias carências nestes edifícios, nomeadamente biblioteca, sala para reuniões, espaços cobertos para a prática desportiva e de lazer. Todas possuem espaço de refeitório. (Brito, Agrupamento de Escolas Pintor José de, 2023)

Agrupamento de Escolas de Monção

Por iniciativa dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, com o apoio da Autarquia, foi homologado a 12 de junho de 2012, resultando da agregação do Agrupamento de Escolas Deu-la-Deu Martins, Agrupamento de Escolas de Vale do Mouro e a Escola Secundária de Monção, após várias reuniões preparatórias, em que participaram os elementos das direções das unidades orgânicas envolvidas, representantes do Ministério da Educação, da Câmara Municipal de Monção e as Associações de Pais viria a ser fundado o Agrupamento de Escolas de Monção.

Constituído por 7 estabelecimentos de educação / ensino não superior, a saber: a Escola Secundária de Monção (escola sede), a Escola Básica Deu-La-Deu Martins, a Escola Básica de Vale do Mouro, a Escola Básica de Estrada, a Escola Básica de Pias, a Escola Básica José Pinheiro Gonçalves e Jardim de Infância de Cortes.

Os estabelecimentos que constituem o Agrupamento de Escolas de Monção, possuem instalações e equipamentos adequados para o desenvolvimento da atividade pedagógica e das atividades lúdicas de recreio. Dispõem de equipamentos desportivos (pavilhões gimnodesportivos), refeitórios, bibliotecas / centros de recursos (apetrechadas com vários equipamentos tecnológicos e informáticos), acesso à internet e vários espaços verdes.

As escolas do agrupamento possuem centro de apoio à aprendizagem, importante estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências.

A oferta educativa vai do pré-escolar ao ensino secundário regular e ensino profissional com cursos profissionais de: técnico comercial, técnico de comunicação, técnico de instalações elétricas, técnico de manutenção industrial, técnico de qualidade, técnico de turismo e técnico de vendas.

Acolhe alunos com perfis diversificados, maioritariamente proveniente do núcleo urbano da vila de Monção e das freguesias limítrofes e a outra parte oriunda do meio rural.

Podemos encontrar na sede do agrupamento o Centro de Formação Vale do Minho que desenvolve a sua atividade na área da formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas associadas dos agrupamentos de escolas dos concelhos de Melgaço, Monção, Valença,

Vila Nova de Cerveira e Caminha. Estão no agrupamento 2 docentes da educação pré-escolar colocados para desenvolverem atividades no âmbito da intervenção precoce na infância.

O Agrupamento de Escolas de Monção está inserido num território do interior do país, de baixa densidade populacional com alguns problemas estruturais, falta de emprego, desvitalização demográfica e económica, mas com um bom capital natural e cultural.

Uma rede de transportes escolares, da quase inteira responsabilidade da autarquia de Monção, serve o agrupamento. (Monção, Agrupamento Escolas de, 2020)

Colégio do Minho

Propriedade do Seminário Diocesano da Diocese de Viana do Castelo o Colégio do Minho é um estabelecimento de Ensino Particular, reconhecido pelo Ministério da Educação que se destina à formação de alunos, segundo os princípios definidos para a Escola Católica.

Tem um diretor nomeado pelo Bispo da Diocese e aprovado pelo Ministério da Educação. Funciona de forma autónoma, e anualmente, são dados a conhecer o relatório das atividades e a contabilidade.

“Cada escola tem a sua singularidade, resultante de uma simbiose que envolve contextos sociais, culturais, económicos, nos quais se insere.” Assim a especificidade de cada escola, torna-se indispensável na elaboração e implementação do projeto educativo do colégio.

Compõe o Colégio do Minho três polos. Dois polos em Viana do Castelo (polo do Básico e polo do Secundário) localizados na União de Freguesias de Viana do Castelo, dentro do perímetro urbano histórico da cidade e com boa acessibilidade, um outro polo localizado na vila de Monção, nomeadamente na União de Freguesias de Monção e Troviscoso. (Minho, Colégio do, 2023)

Papel do investigador

O investigador terá um papel de coordenador, de observador sem nunca intervir, condicionar ou efetuar juízos de valor, atuando como investigador avaliador e intérprete. Para Stake (2016) por um lado o investigador devido às avaliações e algumas interpretações terá sempre uma natureza avaliativa, sendo assim um avaliador, por outro lado, ao reconhecer um problema, estuda-o, relaciona-o e procura estabelecer relações o que o transforma em intérprete.

“O papel do investigador é essencial no processo de interpretação e reflexão sobre os dados produzidos em uma investigação de abordagem qualitativa. Diante disso, o investigador precisa conhecer e dominar os diferentes métodos

de recolha, tratamento e análise dos dados, a fim de que possa escolher aquele que melhor responda ao seu problema de investigação. O conhecimento sobre cada método influencia no rigor com que é conduzida a investigação e é consolidado no decorrer do processo formativo do investigador.” (Traqueia, et al., 2021, p. 9)

Terá então de ser isento, não emitir opinião, atuando sempre como alguém que embora seja pertencente profissionalmente e por formação a um dos grupos intervenientes, embora sem exercer há mais de 3 anos, tentarei que em todas as fases da investigação as lentes que coloque sejam as mais transparentes possíveis de forma que o resultado transpareça fielmente a sumula dos dados obtidos.

Desenho da pesquisa (plano de ação)

A literatura refere a importância da planificação do trabalho, no entanto, Bogdan (1994) indica o quão fundamental é a construção de um plano de ação, um guia do investigador para a orientação relativa à calendarização das tarefas e etapas a concluir.

Nesta investigação o plano foi bastante flexível e foi variando com as complexidades encontradas, com os ajustes necessários à vida pessoal e dos participantes.

A implementação do plano de ação foi aplicada entre os meses de julho de 2023 e fevereiro de 2025 como se indica de seguida:

- Em julho foi entregue de toda a documentação necessária, ao conselho científico e conselho de ética.
- Em setembro demos continuidade ao trabalho de revisão bibliográfica e ao trabalho escrito da de alguns capítulos da dissertação. Foram recolhidos e elaborada uma listas de email de todos os diretores/participantes no estudo. Iniciamos o contacto com todos os diretores dos agrupamentos de escolas participantes a fim de agendar a aplicação do instrumento de recolha de dados. Foi feita a revisão do inquérito por questionário e a sua testagem. Procedemos também à revisão do inquérito por entrevista e testagem.
- No mês de outubro demos continuidade ao trabalho de revisão bibliográfica e trabalho escrito da dissertação. Distribuímos os inquéritos por questionário. Procedemos ao agendamento das entrevistas com os diretores de agrupamento de escolas de forma a que fosse possível realiza-las durante os meses de outubro e novembro e no final da realização de cada uma, possam ser deduzidas a escrito.

- Novembro, demos continuidade ao trabalho de revisão bibliográfica e trabalho escrito da dissertação. Continuação da realização das entrevistas com os diretores de agrupamento de escolas e deduzi-las a escrito no final das mesmas. Recolha dos inquéritos por questionário.
- Em dezembro demos continuidade ao agendamento e tentativa de realização das entrevistas. Demos continuidade à redação da dissertação.
- De janeiro a agosto, foi dada continuidade ao processo de recolha de respostas ao inquérito por questionário e transcrição das entrevistas realizadas. Continuamos também com a produção de texto para os capítulos da dissertação, no entanto, a implementação do projeto sofreu um retrocesso devido a compromissos profissionais que inviabilizaram a dedicação ao mesmo.

De setembro de 2024 a fevereiro de 2025, foram retomados os trabalhos e demos continuidade à conclusão da recolha dos inquéritos por questionário. Procedemos à análise das entrevistas e análise das mesmas. Finalizados os inquéritos por questionário, realizamos a análise e redação da mesma. Demos continuidade à redação, revisão e entrega da dissertação,

Triangulação de dados

Todos os investigadores reconhecem a necessidade, não só de serem exatos nas suas medições, mas também lógicos a interpretar o significado dessas medições. (Stake, 2016, p. 122) Após a conclusão da recolha de todos os inquéritos por questionário, os mesmos irão ser tratados, por forma, a que se possam extrair o máximo de informações relevantes para as questões levantadas. Os mesmos serão cruzados com as informações obtidas nos inquéritos por entrevista realizados aos diretores de agrupamento de escolas, que conterão informações pertinentes que permitirão realizar uma triangulação de todas as informações obtidas.

“No que concerne às suas finalidades, a análise de conteúdo permite: i) organizar, categorizar e reduzir dados (Cohen et al., 2007; Coutinho, 2013), respeitando a sua qualidade; ii) descrever, relacionar, compreender, interpretar e produzir significados, a partir dos dados obtidos por instrumentos de recolha ou por processos de comunicação (Cavalcante et al., 2014); iii) e, por conseguinte, descobrir regularidades nos dados e produzir inferências sobre outros indicadores, que transcendem a mensagem/o conteúdo das comunicações (Bardin, 1977; Coutinho, 2013).” (Romão, et al., 2021, p. 49)

Assim, neste capítulo serão tratados os dados obtidos utilizando a combinação das técnicas de análise de dados com análises de outra natureza, nomeadamente, a análise do discurso e a análise documental.

Questões éticas

Quase sempre, a recolha de dados é feita no “território privado” de alguém. A maioria das recolhas de dados de casos educacionais envolvem pelo menos uma pequena invasão da privacidade pessoal. (Stake, 2016, p. 74)

As questões de ética são fundamentais pois por um lado, envolvem o contacto direto entre o investigador e os participantes ou intervenientes, por outro lado, envolve a relação entre investigador e a comunidade científica. O perigo de se cometer plágio, de prejudicar, ainda que de forma inconsciente, dados obtidos, pode prejudicar as pessoas envolvidas. É fulcral garantir o bem-estar de quem é estudado, esclarecer os participantes/intervenientes envolvidos, sobre as intensões e propósitos da investigação. Não esquecer consentimento informado e demais documentação ética pois toda a investigação deve ser norteadada pelo pensamento de que os resultados vão contribuir para a melhoria ou alterar pensamentos relativamente às questões levantadas e por conseguinte a vida dos envolvidos. (Amado J. , 2017, pp. 404, 405)

Foi enviado à Comissão de Ética para as Ciências Sociais, da Vida e da Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo o respetivo pedido para emissão de parecer favorável para a implementação do projeto de investigação, o qual mereceu parecer favorável.

Nas entrevistas, foi recolhida a devida concordância do entrevistado com a assinatura do consentimento informado. Nas entrevistas os nomes foram ocultados, tendo sido substituídos pela indicação de “entrevistado” de forma a manter o anonimato.

Os inquéritos por questionário foram catalogados por data de receção com a identificação “inquérito n.º x” garantindo também desta forma o anonimato.

Todos os instrumentos de recolha de dados utilizados, quer em suporte físico quer em suporte digital serão destruídos no final da investigação.

Sumário

O terceiro capítulo, foi dedicado à apresentação da metodologia da investigação, o método escolhido, procedimentos de seleção e caracterização do método de estudo e as suas vantagens e desvantagens.

Técnicas e instrumentos de recolha de dados escolhido, as suas vantagens e desvantagens, os participantes e caracterização e o papel do investigador, foram objeto de abordagem. Por fim o desenho da pesquisa (plano de ação), triangulação de dados e questões éticas terminam o capítulo.

Capítulo IV

O quarto capítulo, está destinado para a descrição e análise dos dados relativos à investigação.

Primeiramente, é apresentada a caracterização da amostra e a apresentação dos dados recolhidos através do instrumento de recolha de dados – entrevista. De seguida, são apresentados os dados recolhidos e respetivo tratamento, obtidos através do instrumento - inquérito por questionário.

Descrição e análise dos resultados

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, são apresentados os dados recolhidos nas entrevistas realizadas aos diretores dos agrupamentos e na segunda parte, serão apresentados e tratados os dados recolhidos pelo instrumento inquérito por questionário.

Entrevistas

Enquadramento dos participantes

Na tabela 1 – Enquadramento, apresentamos a sumula da caracterização dos participantes no instrumento de recolha de dados entrevista.

Tabela 1 - Enquadramento

	Entr. A	Entr. B	Entr. C	Entr. D	Entr. E	Entr. F	Entr. G
Há quantos a exerce a função de diretor de agrupamento?	16	16	20	3	2	11	1
Há quantos anos é professor?	46	37	35	39	30	40	22
Qual o grupo disciplinar?	240	230	410	420	420	300	220
Quais as suas habilitações?	Licenc. + Mest.	Bach. + Licen.	Licen.	Licen.	Licen.	Licen. + Mest.	Licen.
Qual a sua idade?	66	61	57	61	51	61	45
Há quantos anos está implementado o ensino articulado da música no agrupamento?	15	15	2	30	13	*	11

* Não consegue precisar

O grupo de participantes através de entrevista é caracterizado na sua maioria por docentes com mais de 60 anos de idade, com uma larga experiência docente. Embora não seja visível através dos dados do quadro, pois a questão colocada foi o exercício do cargo de diretor, deve ser trazido

à colação que 4 dos entrevistados, exercem cargos de chefia de agrupamento/escola há mais de 20 anos.

A formação é em todos a licenciatura, complementada na maioria com mestrado em Gestão da área da educação. Os grupos disciplinares são diversos, no entanto, podemos registar uma ligeira maioria dos grupos disciplinares do terceiro ciclo/secundário.

No que concerne aos anos de implementação do ensino articulado da música, regista-se uma dificuldade em precisar por parte de um entrevistado e o número indicado por outro entrevistado que nos parece impreciso uma vez que o ensino articulado em Portugal não existe há tantos anos como é indicado.

O Ensino Articulado da Música

Apresentamos a opinião dos participantes no que concerne ao funcionamento do Ensino Articulado da Música e a sua relação com a comunidade educativa.

Funcionamento do Ensino Articulado da Música no Ensino Básico e Secundário

Neste ponto, a generalidade dos entrevistados registam que o Ensino Articulado da Música e o Ensino Regular da Educação Musical, funcionam bem. Há constrangimentos, principalmente ao nível da organização dos horários e dos espaços, embora uma minoria refira que conseguem, fruto da experiência, arrumam os horários e conseguem uma boa gestão dos mesmos. Dois dos entrevistados salientaram a preocupação dos professores de educação Musical em perder o seu lugar de quadro, devido ao aumento de turmas do Ensino Articulado da Música e por conseguinte, a diminuição de turmas do ensino regular, no entanto, existiu sempre essa preocupação por parte dos diretores, em fazer essa gestão para evitar essa situação mas que no caso de um agrupamento é mencionado que *“já tivemos 2 professores do grupo 250, nós só temos 1 e não há horário para o professor, a redução de alunos, mas também uma turma de articulado por ano”* (entrevistado B, 22/11/2023).

Implementação do Ensino Articulado da Música

Neste separador apresentamos os contributos dos participantes sobre os problemas que afetam o funcionamento do Ensino Articulado da Música, as perspetivas dos alunos e Encarregados de Educação para a frequência desta modalidade de ensino e a interação/partilha e

desenvolvimento de projetos em parceria entre os professores da disciplina de Educação Musical e os professores do Ensino Articulado da Música.

A Educação Musical e Ensino Articulado

Problemas no funcionamento do Ensino Articulado da Música nos agrupamentos

Nesta questão os diretores entrevistados são unânimes, o maior constrangimento é a gestão dos horários, tanto nos caos em que a turma é toda de ensino articulado como nas que apenas têm alguns alunos nesse regime. Por um lado, são apresentadas propostas, como a cedência de espaços na escola ou concentração da atividade do ensino articulado numa parte do dia, no entanto, há agrupamentos onde as propostas apresentadas, geram estas também problemas, como é referido pelo entrevistado B – *“Realmente este ano, temos o articulado praticamente em pleno aqui na escola, e isso traz problemas. Há instrumentos mais ruidosos e a falta de salas, principalmente no período da manhã, (...) mas por vezes somos incomodados, e aqui incomodados no bom sentido, com melodias e com ruído de instrumentos, que acredito, que nalgumas aulas seja até prejudicial porque prejudica a concentração dos alunos”*.

Importante referir que os entrevistados referem que os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música são *“alunos muito interessados, são alunos muito aplicados, e concentrados, muito focados, com objetivos bem definidos”* (entrevistado F, 21/11/2023).

Principais perspetivas dos alunos para frequentar o Ensino Articulado da Música

Na opinião dos entrevistados podemos dizer que as razões apontadas são: gosto pela música, um objetivo de vida que os alunos por gostarem da música, e por verem ali uma fonte de receita, interesse em experimentar algo diferente, um dom, seguir música, os pais acharem importante, pressão familiar ou amigos/familiares que já passaram pelo ensino articulado.

No caso do entrevistado A (23/11/2023), este também indica como um fator que leva a que os alunos escolham esta modalidade de ensino da música, a promoção, a presença do ensino da música desde as AEC por parte da entidade responsável pelo ensino articulado.

Desenvolvimento de projetos e parcerias entre os professores da disciplina de Educação Musical e os professores do Ensino Articulado da Música

A maioria dos entrevistados refere que não detetou ou lhe fizeram chegar qualquer desconforto na relação entre estes dois grupos de docentes, no entanto, podemos verificar que há docentes de Educação Musical que trabalham em complemento às atividades desenvolvidas pelo ensino articulado (entrevistado B, 22/11/2023). Já o entrevistado A refere que existe parceria, mas poderiam existir mais e que muito do que é feito é por sua iniciativa ou motivação. De uma maneira geral, a maioria dos entrevistados refere que a maioria das atividades são desenvolvidas em separado, muito raramente são conjuntas, há até um dos entrevistados que considera não ser muito viável atividades conjuntas uma vez que os alunos e as atividades do ensino articulado são de um nível diferente que não faria sentido juntar os restantes alunos.

Motivações que levam os encarregados de educação a inscrever os educandos no Ensino Articulado da Música

Nesta questão os contributos são muito pertinentes, começando pela resposta do entrevistado G (31/10/2023), que refere desconhecer, mas lança um importante repto para a investigação, questionar os Encarregados de Educação. Por seu lado os entrevistados A (23/11/2023) e F (21/11/2023), referem que o trabalho dos pais é muito importante, pois nem sempre as escolas são perto e há que deslocar os alunos, e por vezes, no caso dos instrumentos maiores, o transporte do próprio instrumento. Também na sua resposta, o entrevistado F salienta que a oferta do ensino articulado ainda está circunscrita aos grandes centros, mas que, mesmo assim, há pais que fazem um esforço para deslocar os alunos para poderem proporcionar aos seus filhos essa oferta educativa.

Na generalidade, os entrevistados consideram como fatores motivadores para a escolha desta oferta por partes dos pais, a falta de resposta do ensino público, que o contacto com a música é uma mais valia para a formação dos seus filhos, a tentativa de desenvolver um conjunto de aptidões, o grupo de amizade/turma, perspetivas de emprego futuro, abertura de oportunidades e a busca do sucesso educativo. Alguns referiam que essa escolha pode ser motivada pela literacia musical e gosto pela música por parte dos pais.

A articulação dos dois modelos de ensino

Agora apresentamos a opinião dos participantes e experiências no que concerne à articulação do Ensino Articulado da Música com o ensino regular no que concerne aos horários, momentos de avaliação, espaço físico e os principais constrangimentos apontados.

Estratégias de articulação que possam vir a ser implementadas por forma a melhorar a articulação entre estes dois modelos.

Como é elaborado o Plano Anual de Atividades, que atividades são realizadas em conjunto e como são articuladas entre os docentes das duas modalidades de ensino.

A articulação entre os dois modelos

Articulação de horários, momentos de avaliação e espaços físicos nos agrupamentos

Nesta questão os diretores na sua maioria referem que articulam com as instituições de ensino articulado os horários, respeitando os seus pedidos, no entanto, salientam que é um esforço muito grande para compatibilizar todas as vontades, neste ponto “a máquina está oleada” (entrevistado F, 21/11/2023).

Há um caso particular onde nos é referido pelo entrevistado G (31/10/2023), que nada passa pelo diretor nem existe qualquer tipo de articulação formal, devido ao número muito reduzido de alunos a frequentar o ensino articulado da música no agrupamento.

Por seu lado o entrevistado B (22/11/2023) refere como dificuldade o facto de numa mesma turma existirem vários instrumentos distintos e *“isso é problemático para arranjar espaços em simultâneo”* para que todos os alunos possam ter aulas ao mesmo tempo dentro das instalações do agrupamento, no entanto, para a frequência das aulas como a Formação Musical (aulas de grupo) seja mais fácil.

A maioria refere, no que concerne às avaliações, que atempadamente comunicam às instituições o calendário das avaliações e que de uma forma geral, os professores do ensino articulado da música comparecem às reuniões.

Constrangimentos e estratégias de articulação para melhoria da gestão dos agrupamentos

O entrevistado G (31/10/2023) refere que *“para falar em melhorias, tinha que perceber quais são os pontos fracos deste tipo de ensino, e eu não tenho essa consciência”*. Por seu lado a maioria

dos entrevistados referem como constrangimentos e medidas a adotar para uma melhor gestão, uma melhor articulação das atividades que se realizam ao longo do ano, como visitas de estudo, concertos, audições, avaliações.

Os espaços e as aulas de instrumento continuam a ser apontadas como um problema, quer pelo facto de exigirem muitos espaços físicos devido à diversidade de instrumentos, quer pelo ruído que alguns instrumentos produzem que pode prejudicar as restantes atividades letivas.

Melhorias de articulação entre os dois modelos

Quatro dos sete entrevistados refere, como aspetos a melhorar nesta articulação, que poderia vir a alterar os constrangimentos sentidos são, uma melhor programação das atividades que surgem ao longo do ano que, pelo facto dos alunos do ensino articulado da música terem horários desfasados dos restantes alunos do agrupamento, condicionam a sua participação, o aumento de alunos a procurarem o ensino articulado da música que muitas vezes faz com que haja turmas dedicadas mas ao mesmo tempo provoque turmas mistas e nesses casos *“a coisa complica”*. As aulas de instrumento nas instalações do agrupamento, seria melhor que alguns instrumentos tivessem aulas nas instalações da academia ou então no período da tarde. De uma forma geral, os diretores consideram ser necessária uma avaliação ao processo da existência deste ensino para se poder prestar melhor serviço.

Plano Anual de Atividades e atividades em conjunto

Neste grupo de questões, o entrevistado G respondeu que não há articulação nem atividades em conjunto devido ao número residual de alunos a frequentar o ensino articulado da música, por seu lado, os restantes entrevistados elencam como principais atividades realizadas em conjunto as festas de Natal, festa de final de ano letivo e atividades temáticas. No que concerne às atividades ao longo do ano, essas são sempre um problema pois em muitas das vezes, os alunos do ensino articulado estão em aulas nas suas disciplinas específicas o que impede, em alguns casos, a sua participação nas mesmas.

No que concerne a existir um plano anual de atividades comum, a maioria dos diretores entrevistados salienta que o mesmo deve ser independente, o agrupamento tem o seu e as escolas do ensino articulado da música devem ter o deles.

Projeto Educativo

Por fim, e relativamente ao Projeto Educativo, apresentamos a opinião e experiência dos participantes na elaboração e implementação deste documento fundamental das instituições. Como deve ser elaborada e por quem. Se deve existir apenas um documento transversal ou se cada unidade deverá ter o seu próprio projeto.

Para concluir, apresentamos a visão dos participantes sobre qual seria, na sua opinião, o modelo de articulação e implementação ideal.

Projeto educativo

Vantagens e desvantagens de um Projeto Educativo comum

À exceção da realidade do entrevistado G onde o regime de ensino articulado da música é muito residual, e por força dessa representatividade considera *“um tema particularmente relevante”*, os restantes entrevistados consideram pertinente a reflexão. Contudo, consideram que *“a academia tem a sua identidade, não se deve misturar”* (entrevistado A, 23/11/2023), pois *“o projeto educativo da academia é o projeto educativo da academia, não é o nosso projeto educativo. O nosso projeto educativo do agrupamento, é importante porque os alunos são, sobretudo, primeiro, alunos do agrupamento”* (entrevistado C, 29/02/2024), mas *“não há dúvida que o projeto educativo é dinâmico e pode ser sempre atualizado”* (entrevistado B, 22/11/2023).

A maioria considera que o projeto educativo dos agrupamentos é sempre muito abrangente, de inclusão, integração e dessa forma, conseguem albergar todas as visões dos diversos parceiros, mas sem esquecer que pode e deve *“haver trabalho colaborativo”* e a participação dos diversos atores para o crescimento dos alunos, no entanto, *“não na redação, são duas escolas, dois projetos que se cruzam”* em que o público alvo é o mesmo mas os agrupamentos articulam com a escola que promove o ensino articulado da música e esses, muitas vezes, articulam com vários agrupamentos.

Não sendo o organismo em questão, o entrevistado A recorda que, no seu entender, o conselho pedagógico, esse sim, deveria albergar um representante do ensino articulado da música, mas salienta que quando da sua proposta na sua realidade, esta não foi muito bem aceite, havendo até *“alguma desconfiança”* acabando por não se realizar.

Representantes do Ensino Articulado da Música no Conselho Geral

Dos agrupamentos onde foram entrevistados os diretores não existem representantes do ensino articulado da música no conselho geral, no entanto, o entrevistado B recordou já terem existido representantes de outras entidades do campo artístico, mas que por falta de agenda ou outros motivos deixaram de fazer parte.

Qual o melhor modelo para implementar o Ensino da Música nas escolas do ensino básico

Esta *“é uma pergunta bastante difícil de responder”* (entrevistado B, 22/11/2023), no entanto, todos os entrevistados manifestaram pretensão de uma *“escola cultural”* (entrevistado A, 23/11/2023), uma escola com música, desporto, pintura, cinema, teatro, dança, todas as formas de expressão artística.

“Agora como é que nós podíamos potenciar isso?” (entrevistado G, 31/10/2023) Muita articulação e investimento, desde logo, abrindo a escola, pois a *“escola de hoje não pode estar fechada em si. Hoje nós temos alunos que são sujeitos a múltiplos estímulos sensoriais todos os dias.”* (entrevistado C, 29/02/2024) *“Se fosse possível que as aulas fossem exatamente na escola onde os alunos têm a maior parte da sua componente”* (entrevistado D, 15/11/2023) isso traria aos alunos a sensação de pertença e identidade, todos ganhariam com isso. Contrariamente ao desporto que já avançou muito e está perfeitamente implementado, (entrevistado C, 29/02/2024) as artes têm de ser mais exploradas, a *“escola tem que se abrir a quem já faz isso muito bem feito”* (entrevistado C, 29/02/2024). É fundamental que a *“matriz curricular dos alunos, aqui no ensino público, tivesse uma componente que valorizasse efetivamente a parte das artes”* (entrevistado F, 21/11/2023), permitindo aos alunos usufruírem de várias opções na sua formação a par da matemática, das ciências e das línguas, para que não se caia num regime que *“poderá prejudicar os alunos. Poderá prejudicar no sentido de que, o aluno ao ficar “privado” de algumas disciplinas, essa “privação” possa ser irreversível”* (entrevistado B, 22/11/2023). Assim, tal como o desporto escolar, qualquer aluno se pode inscrever, era importante que *“isso se aplicasse à música, ao cinema, ao teatro, às várias artes”* (entrevistado E, 08/11/2023) pois estas ajudam e são fundamentais para ajudar os *“alunos a desenvolver as capacidades de concentração, de memorização, de tudo, e também para o tal bem emocional e social que faz falta. Se calhar haveria menos, até menos, conflitos entre os alunos”*. (entrevistado F, 21/11/2023)

Uma escola que valorize as artes, que transforme o currículo, englobando na oferta educativa, para todos, as artes, que possa garantir uma escola global, com sentimento de pertença,

sentimento de identidade, no mesmo espaço, sem dificuldades de horários, localmente e capaz de formar melhores indivíduos, mais capazes, mais sensíveis e socialmente conscientes e participativos através de uma formação artística seria a escola que todos os entrevistados gostariam de ter.

Análise às entrevistas

Nesta parte do nosso trabalho, apresentamos a análise e reflexão aos dados recolhidos e apresentados anteriormente, sobre a opinião dos participantes da implementação do Ensino Articulado da Música nos seus agrupamentos de escolas.

Verificando os contributos recolhidos nas entrevistas é evidenciado que, embora a relação entre o Ensino Articulado da Música e o ensino da Educação Musical no ensino básico, correr de uma forma geral bem, no entanto, são enumerados constrangimentos de várias ordens.

Quer por força das necessidades de articulação de horários, gestão de espaços e tipologia de instrumentos utilizados pelos alunos, as necessidades de uma melhor organização e gestão são evidentes.

Outra preocupação, embora comentada, mas pouco assumida, é a possibilidade de por força do aumento de alunos no ensino articulado da música contribuir para a redução de alunos na frequência da disciplina de Educação Musical e Educação Tecnológica e por conseguinte a redução de horário para os docentes que lecionam estas disciplinas no ensino básico e dos constrangimentos que daí podem advir.

Quando verificadas as respostas dos entrevistados é possível concluir que as realidades são diferentes de agrupamento para agrupamento. Há agrupamentos com realidades bem distintas devido ao número reduzido de alunos inscritos, devido a não serem lecionadas as aulas de instrumento nas instalações do agrupamento ou por estas serem lecionadas nas instalações do agrupamento ou até mesmo pela pouca experiência na articulação destas modalidades de ensino. Vejamos, há agrupamentos onde as aulas de instrumento são lecionadas nas instalações do agrupamento o que pelas sonoridades dos instrumentos produz um impacto no quotidiano da vida escolar, causando algum desconforto e até distração nas aulas que decorrem nas salas vizinhas, provocando, de certa forma, alguma aversão a este tipo de ensino. São apontadas soluções que poderiam vir a minimizar esse impacto, como concentração destas aulas num

período do dia em que não existam outras aulas teóricas, no entanto, esta solução será de difícil implementação se as turmas de ensino articulado da música forem mistas.

Quando observamos as respostas sobre o documento que deve nortear a conduta pedagógica dos agrupamentos, o Projeto Educativo, é claro que os diretores entrevistados não abrem mão do seu projeto. Consideram que os projetos educativos dos agrupamentos são muito abrangentes e podem ser aglutinadores de todos os que trabalham ou estão inseridos no agrupamento, cabendo a estes adaptar as suas condutas, as suas pedagogias ou ideais. Curiosamente um dos entrevistados lança uma possibilidade, a inserção no conselho pedagógico de um elemento representante do ensino articulado da música, pois no que ao conselho geral diz respeito, não existe nenhum representante.

É de salientar que parece existir algum constrangimento na gestão das atividades. Ou porque por um lado, os alunos do ensino articulado da música necessitam de se ausentar para as suas atividades, ou porque as turmas são mistas, há problemas na gestão das visitas de estudos, participação em eventos que decorrem ao longo do ano em período escolar, como semanas temáticas, palestras, etc., sendo que muitas das vezes os alunos do ensino articulado da música são prejudicados com este constrangimento. Uma vez mais, verificamos que a gestão de turmas, número de alunos, espaços e horários é um dos maiores fatores que promovem constrangimentos.

Efetivamente os entrevistados consideram que uma escola mais plural, com uma maior valorização das artes, com uma alteração de fundo da matriz curricular poderia ser o caminho. Uma “escola cultural” onde as artes fossem disponibilizadas democraticamente a todos os que a elas pretendam aceder era um caminho. Tal como já se faz no campo do desporto com o “Desporto Escolar” as escolas necessitam de mudanças urgentes. Mudanças que permitam valorizar as artes, valorizar mudanças para mudar a sociedade evitando discrepâncias entre agrupamentos onde por o número de alunos no ensino articulado da música ser reduzido, as possibilidades destes evoluírem ou participarem de forma igual praticamente não existe, contrariamente aos agrupamentos onde já têm tradição e um enorme impacto no agrupamento que lhes permite solicitar alterações ao quotidiano dos agrupamentos para permitir uma valorização do ensino articulado da música.

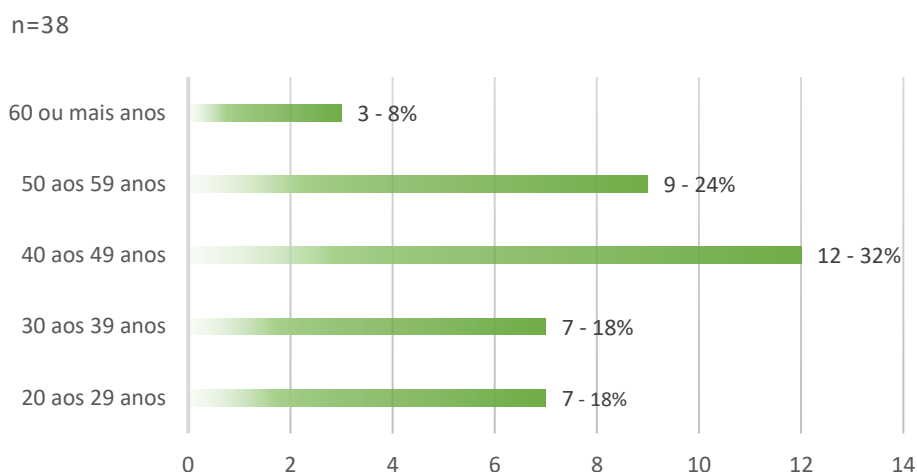
Inquéritos por questionário

Nesta parte é apresentada a análise às respostas obtidas nos inquéritos por questionário aos participantes, docentes do Ensino Articulado da Música e docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical no ensino básico.

Caracterização dos participantes

O primeiro gráfico (gráfico 1 - Idade), mostra as faixas etárias dos participantes.

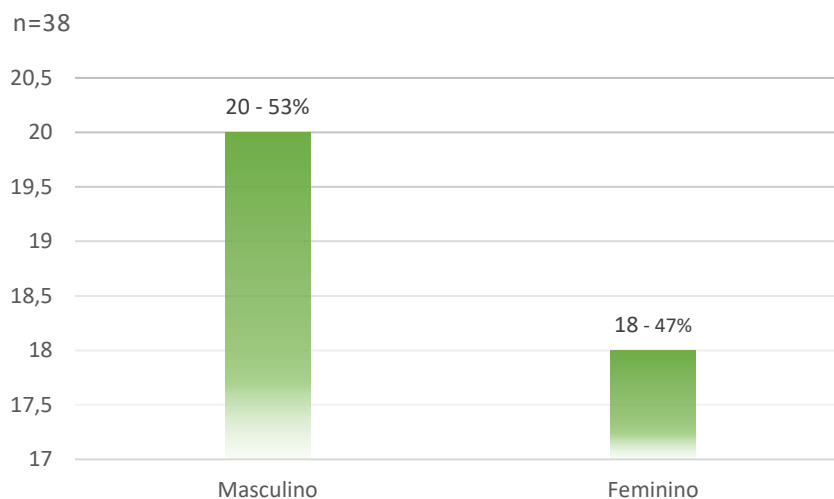
Gráfico 1 - Idade



Podemos verificar que o maior grupo de docentes que responderam se situa entre os 40 e os 49 anos de idade, sendo que entre os 40 e os 59 anos de idade podemos encontrar o maior número de respondentes ao inquérito. É de registar que por este indicador o número de participantes mais novos é reduzido.

No que diz respeito ao sexo (gráfico 2 - Sexo), as respostas foram as seguintes:

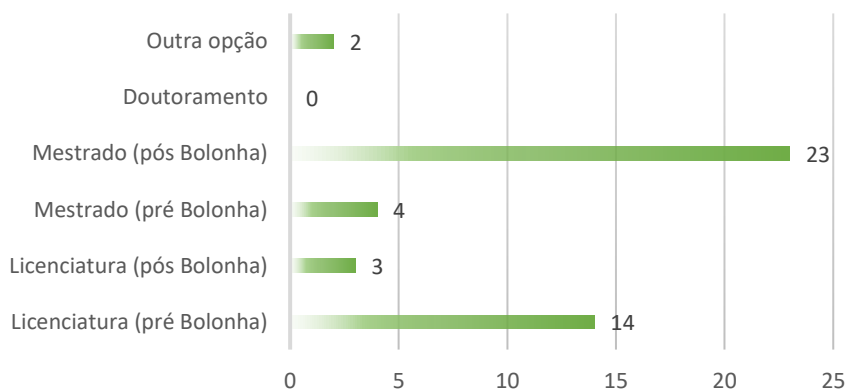
Gráfico 2 - Sexo



Os participantes no inquérito por questionário são, pelos dados recolhidos, predominantemente do sexo masculino.

No próximo gráfico (gráfico 3 - Habilitações), podemos observar as habilitações dos participantes.

Gráfico 3 - Habilitações

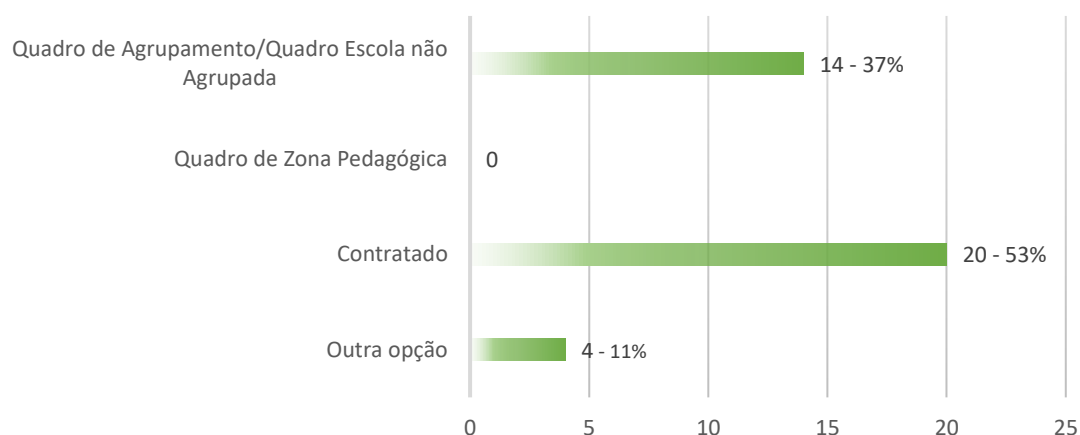


23 dos participantes concluíram um mestrado (pós Bolonha), o segundo grupo com mais respostas dos inquiridos, 14, apresenta como habilitação uma licenciatura (pré Bolonha). Não podemos deixar de registar o facto de não existir nenhum docente com Doutoramento.

De seguida mostraremos dados relativos à situação de relação contratual de cada participante (gráfico 4 - Vínculo).

Gráfico 4 - Vínculo

n=38

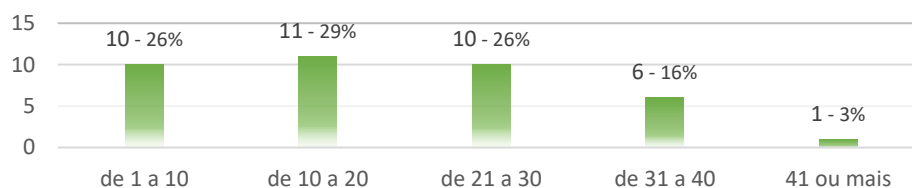


Ao observar os dados recolhidos, percebemos que os participantes se dividem de uma forma geral em dois grupos, os docentes Quadro de Agrupamento/Quadro Escola não Agrupada com 14 e os docentes contratados com 20 entradas respetivamente. Através destes indicadores apuramos que existe um número significativo de docentes com vínculo a termo certo.

No seguinte gráfico recolhemos a duração da carreira de cada participante (gráfico 5 – Tempo de serviço).

Gráfico 5 – Tempo de serviço

n=38



Podemos verificar que o número de professores com uma carreira até 20 anos de serviço corresponde a 55,2%, ou seja, 21 respostas.

Nos próximos dois gráficos (gráfico 6 – Disciplinas que lecionam e 7 – Disciplinas lecionadas), poderemos analisar as variações entre a(as) disciplina(s) que os participantes lecionam os lecionaram:

Gráfico 6 – Disciplinas que lecionam

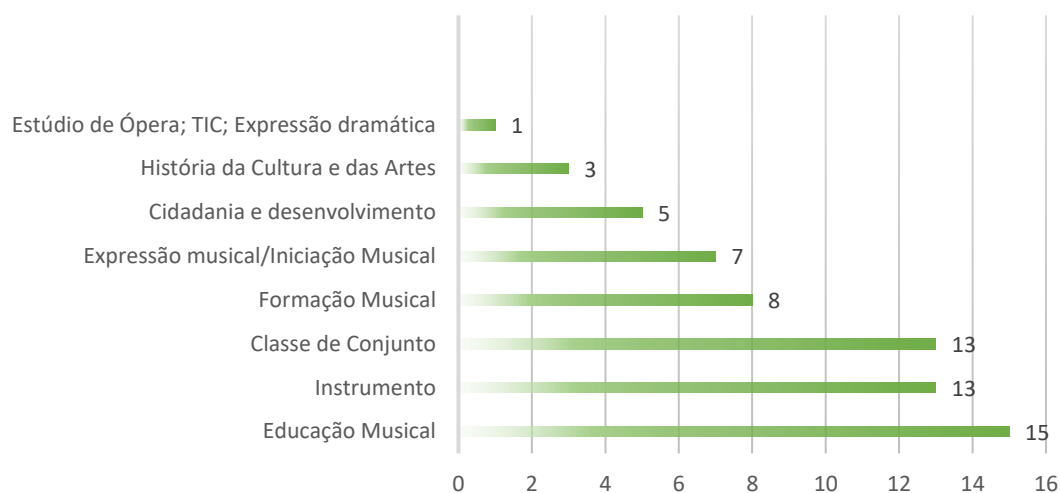
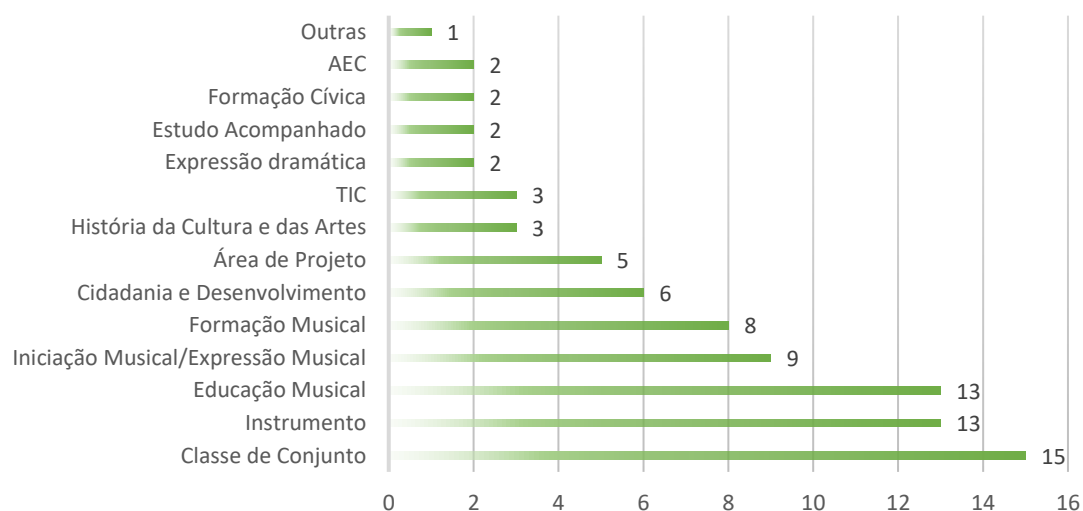


Gráfico 7 – Disciplinas lecionadas



Na leitura dos dados o número de docentes que leciona as disciplinas de Educação Musical, Instrumento, Classe de Conjunto e Formação Musical não revela grande oscilação, por outro lado verificamos existir alguma variação nas restantes disciplinas.

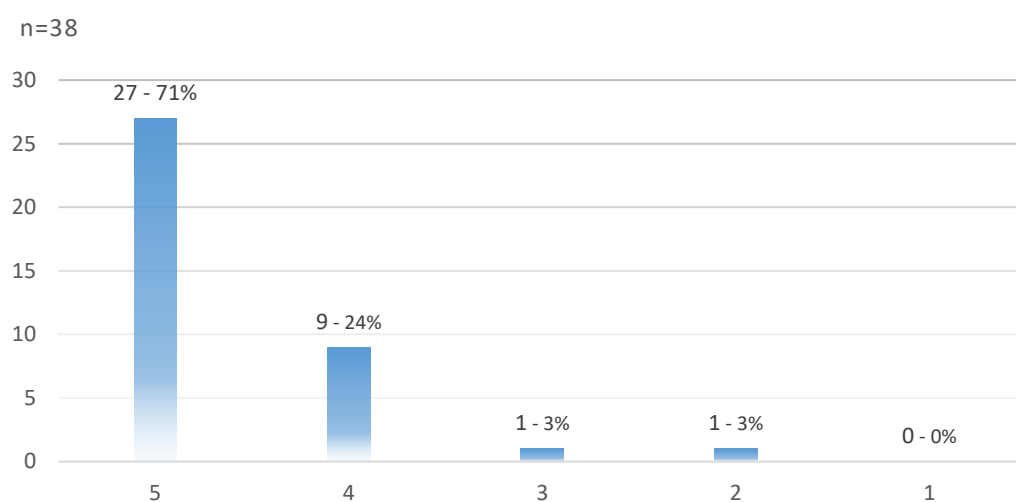
Nos participantes predominam os docentes com mais de 40 anos de idade, do sexo masculino, detentores de Licenciatura e mestrado (pós Bolonha). São essencialmente docentes contratados com entre 1 a 20 anos de serviço, que lecionaram e lecionam as disciplinas de Educação Musical, Classe de Conjunto e Instrumento.

A Educação Musical e o Ensino Articulado da Música

Neste bloco iremos apresentar os dados recolhidos que indicam o conhecimento dos docentes participantes sobre o seu conhecimento da disciplina de Educação Musical e o Ensino Articulado da Música.

Dessa forma, no gráfico 8 – Conhecimento sobre o Ensino Articulado da Música, são apresentados os resultados obtidos quando questionados os intervenientes sobre o nível de conhecimento das disciplinas do Ensino Articulado da Música.

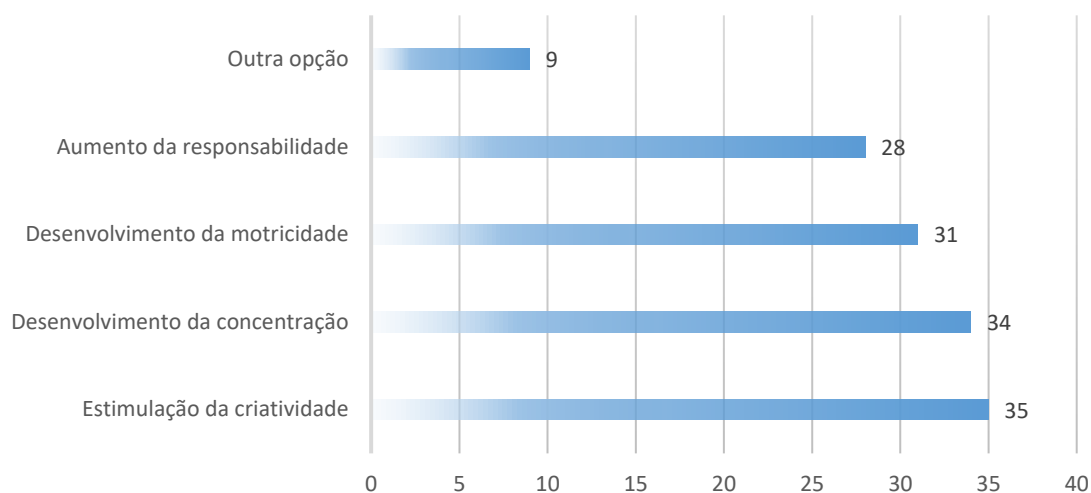
Gráfico 8 – Conhecimento sobre o Ensino Articulado da Música



Neste quadro podemos verificar que 71% (27) participantes consideram que o seu conhecimento sobre as disciplinas lecionadas no Ensino Articulado da Música é muito elevado. Se considerarmos os valores iguais ou superiores a 3, percebemos que os participantes revelam conhecimento sobre as disciplinas lecionadas no Ensino Articulado da Música.

No gráfico seguinte, os participantes foram desafiados a manifestar a sua opinião sobre as vantagens do ensino da Educação Musical no ensino básico (gráfico 9 – Vantagens da Educação Musical).

Gráfico 9 – Vantagens da Educação Musical

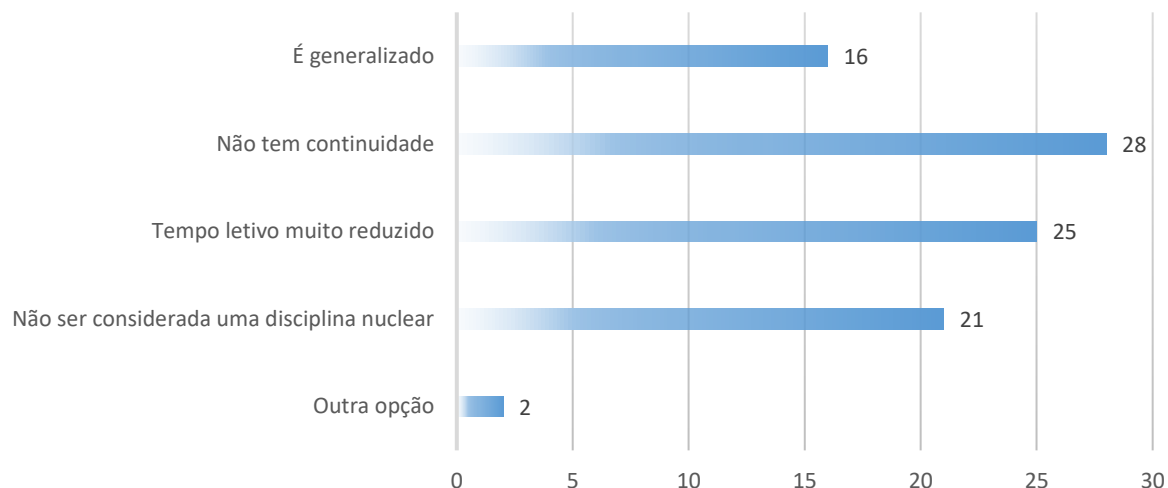


Relativamente às vantagens da Educação Musical no ensino básico, os participantes concordam que a Estimulação da criatividade a par do Desenvolvimento da concentração, são as principais vantagens, no entanto, o Desenvolvimento da motricidade, Aumento da responsabilidade também obtêm uma escolha significativa como vantagem do ensino desta disciplina no ensino básico.

Os participantes indicaram outras vantagens também relevantes como o desenvolvimento do espírito crítico, da postura em apresentações públicas, de conhecimentos sobre a cultura nacional e mundial, o relacionamento pessoal e interpessoal, o trabalho de grupo/coesão, entreajuda, a sociabilização, a autoestima, o aumento da motricidade fina, deteção de anomalias auditivas e estimulação sensorial.

Por outro lado, no gráfico 10 – Desvantagens da Educação Musical, apresentamos aquelas que são consideradas como desvantagens da disciplina de Educação Musical no ensino básico.

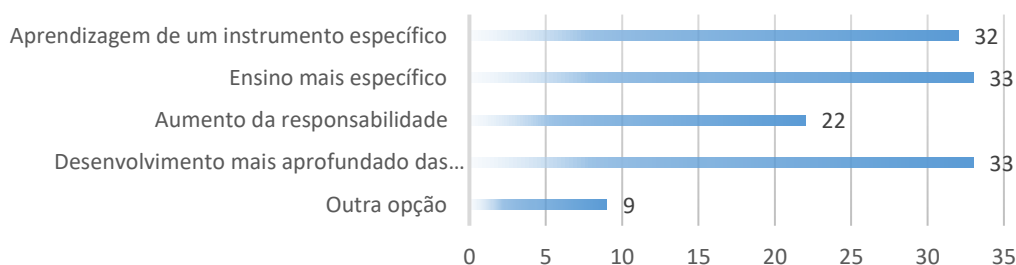
Gráfico 10 – Desvantagens da Educação Musical



As três principais desvantagens da Educação Musical no ensino básico que os dados revelam são a sua não continuidade no terceiro ciclo, o facto de ter um tempo semanal muito reduzido e não ser considerada uma disciplina nuclear. No entanto, os participantes, embora em número reduzido, acrescentaram que também pode ser desvantagem o facto de não haver muitas apresentações públicas; audições de grupo e individuais; concursos internos e externos; projetos interdisciplinares, as diferentes vertentes da música serem abordadas numa só disciplina e não explorar a possibilidade de aprender a tocar instrumentos mais específicos.

Também foram colocadas questões para perceber as vantagens e desvantagens do Ensino Articulado da Música. No gráfico seguinte (gráfico 11 - Vantagens do Ensino Articulado da Música) poderemos observar os dados recolhidos como vantagens.

Gráfico 11 - Vantagens do Ensino Articulado da Música

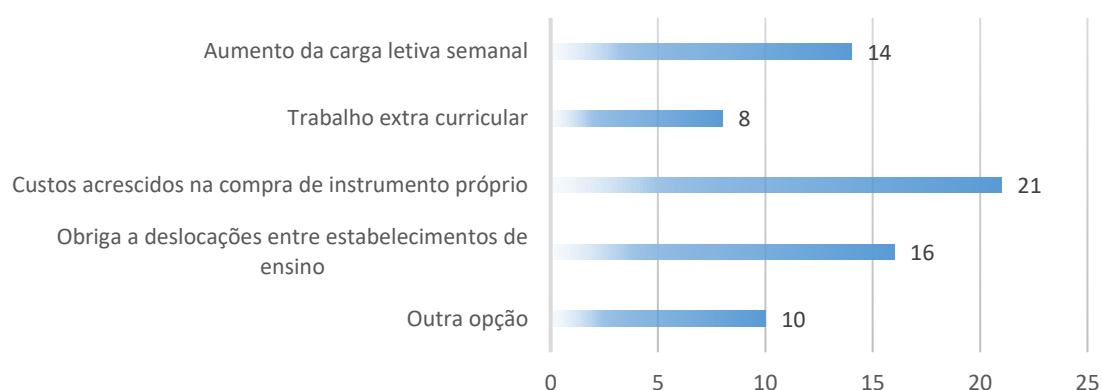


No que concerne às vantagens do Ensino Articulado da Música, foram indicadas pela pluralidade dos participantes a aprendizagem de um instrumento específico, o ensino mais específico e o desenvolvimento mais aprofundado das capacidades artísticas.

Também foram acrescentadas como vantagens deste formato de ensino da música a continuidade e aprofundamento dos conhecimentos obtidos na Educação Musical, o desenvolvimento de uma cultura musical mais abrangente, diversificada, com um pensamento e análise mais críticos e rigorosos, a apresentações ao público em grupo e individualmente, a proximidade com professores, a interpretação de repertório multicultural, o estimular da criatividade, a maior diversificação das vertentes artísticas através da realização de musicais ou concertos que englobam coro e orquestra, a estimulação da criatividade, desenvolvimento da concentração, postura e capacidade de apresentação em público, o desenvolvimento da motricidade e organização do tempo, o conhecimento de novas e diferentes realidades e a continuidade dos estudos musicais.

Quando questionados sobre as desvantagens do Ensino Articulado da Música (gráfico 12 – Desvantagens do Ensino Articulado da Música) as respostas foram as seguintes:

Gráfico 12 – Desvantagens do Ensino Articulado da Música



Quando questionados sobre as desvantagens do Ensino Articulado da Música, os intervenientes consideram como as maiores desvantagens o aumento da carga letiva semanal, os custos acrescidos na compra de instrumento próprio e a obrigação de deslocações entre estabelecimentos de ensino.

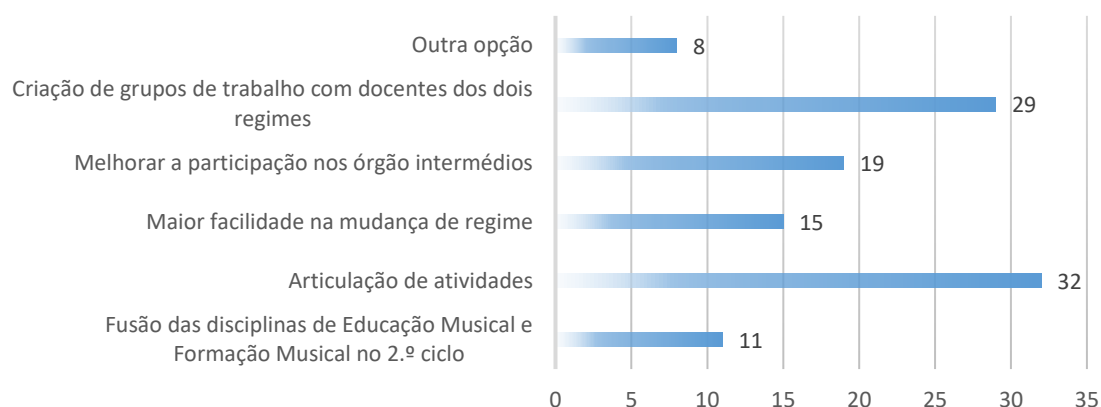
Não menos relevante, foram acrescentadas pelos inquiridos como desvantagens a perda de financiamento quando um aluno desiste, a substituição de disciplinas no currículo nacional, pois podem vir a ser importantes para o aluno no futuro, o ensino articulado não suprir as competências do ensino genérico da música, desde logo pelo perfil inadequado de formação dos seus docentes e do seu currículo. Consideram também desvantagem este tipo de ensino ser

aplicado de forma abrangente e não ser aplicado apenas a alunos com talento comprovado por prova de acesso, com o objetivo exclusivo de formar futuros profissionais da música. O local onde decorrem as aulas, também é apontado como uma desvantagem, pois há dificuldade de o aluno ter de diferenciar os objetivos de trabalho das aulas de instrumento individuais e das aulas de grupo do ensino regular. Além disso, por norma, as salas não estão preparadas para as aulas de instrumento - faltam materiais, falta insonorização, falta espaço.

De registar que três dos participantes realçam que o Ensino Articulado da Música não tem qualquer tipo de desvantagem.

Para melhorar a relação entre o ensino da Educação Musical do ensino básico e o Ensino Articulado da Música, foi pedido aos participantes que assinalassem 3 sugestões que no seu entender poderiam contribuir para essa melhoria (gráfico 13 – Propostas de melhoria da relação entre Educação Musical e Ensino Articulado da Música).

Gráfico 13 – Propostas de melhoria da relação entre Educação Musical e Ensino Articulado da Música



Relativamente a esta questão, e em função das opções de resposta apresentadas, os participantes revelam que a “articulação de atividades” e “a criação de grupos de trabalho com docentes dos dois regimes” são as que obtiveram pontuação mais elevada relativamente à proposta de melhoria para a melhoria da relação entre Educação Musical e Ensino Articulado da Música.

Os inquiridos acrescentaram a possibilidade de mudança de regime no 5.º e 6.º ano, a possibilidade de um aluno poder desistir do seu regime de ensino, sem qualquer penalização, a participação no coro/música de câmara com os restantes elementos do articulado. No que concerne à valorização também consideraram importante a valorização do ensino regular por parte

do ensino articulado como um fator para a melhoria. A melhorar, nos critérios de encaminhamento e seleção de alunos para o ensino articulado, não admitindo no ensino articulado alunos que não tenham o perfil e ambição de ser futuros profissionais da música também foi afluído. Ao nível da organização consideraram que a participação efetiva nos Conselhos de Turma e mais independência também deveriam ser equacionados, não esquecer que também há quem considere que o ensino da Educação Musical e o Ensino Articulado da Música são dois contextos complementares diferentes e com propósitos distintos.

Verificamos que os participantes consideram que o seu conhecimento sobre as disciplinas lecionadas no Ensino Articulado da Música é muito elevado. Reconhecem que a Estimulação da criatividade a par do Desenvolvimento da concentração, são as principais vantagens da Educação Musical no ensino básico, embora também classifiquem como desvantagens a não continuidade no terceiro ciclo, o facto de ter um tempo semanal muito reduzido e não ser considerada uma disciplina nuclear.

No que atente ao Ensino Articulado da Música, a aprendizagem de um instrumento específico, o ensino mais especializado e o desenvolvimento mais aprofundado das capacidades artísticas são apontadas como vantagens na escolha desta modalidade de ensino, embora também considerem que o aumento da carga letiva semanal, os custos acrescidos na compra de instrumento próprio e a obrigação de deslocações entre estabelecimentos de ensino, são fatores que podem ser menos vantajosos na hora de fazer escolhas.

Melhorar a participação nos órgãos intermédios, articulação de atividades e a criação de grupos de trabalho com docentes dos dois regimes poderiam contribuir para a melhoria da relação entre o Ensino Articulado da Música e os docentes da disciplina de Educação Musical do ensino básico.

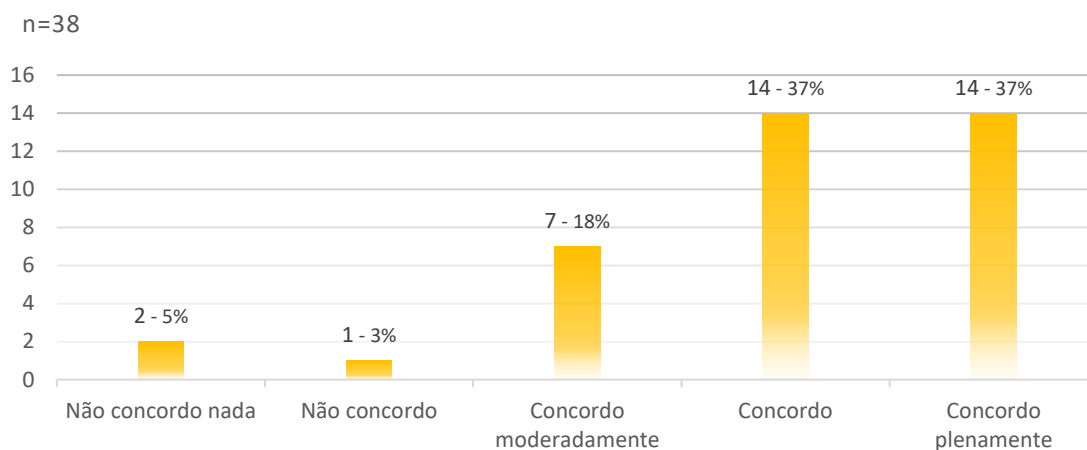
Atividades

As atividades desenvolvidas nos agrupamentos de escolas estão inseridas no Plano Anual de Atividades, como tal, poderão ser ou não momentos de partilha ou entendimento.

Os próximos dados revelam os resultados obtidos nas questões colocadas aos participantes.

Os participantes foram questionados qual o grau de concordância (gráfico 14 – Plano Anual de Atividades), no que concerne à participação dos docentes do Ensino Articulado da Música na elaboração do Plano Anual de Atividades.

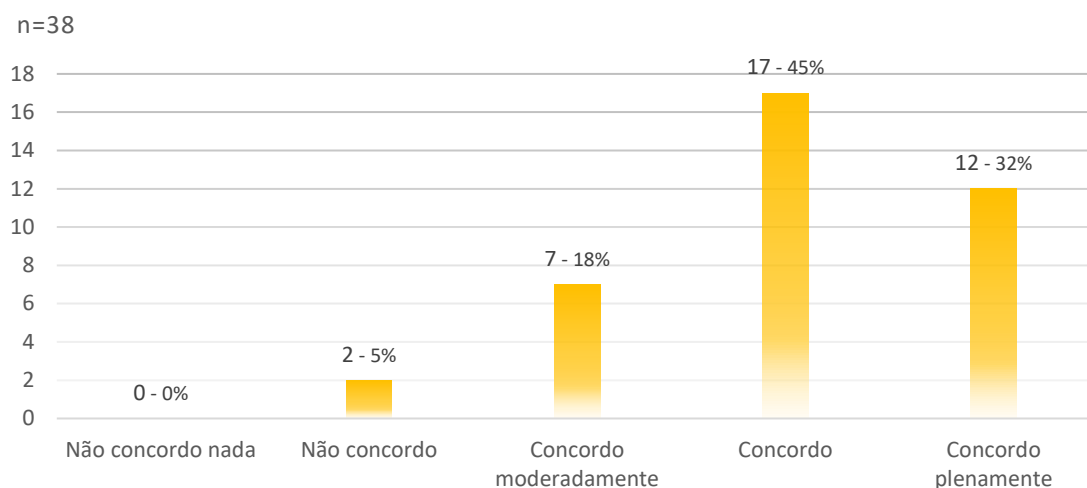
Gráfico 14 – Plano Anual de Atividades



No que concerne à forma de elaborar o Plano Anual de Atividades, os participantes que concordam ou concordam plenamente representam mais de dois terços das respostas, se a estes juntarmos os que concordam moderadamente atingimos o valor de 92% (35) das respostas. Percebemos pelas respostas que é do entendimento dos participantes que os docentes do Ensino Articulado da Música, deveriam participar na elaboração do Plano Anual de Atividades dos agrupamentos de escolas.

No gráfico seguinte (gráfico 15 – Atividades conjuntas entre a disciplina de Educação Musical e Ensino Articulado da Música), são apresentados os resultados das respostas dadas pelos participantes quando questionados sobre a relevância de promover atividades conjuntas entre os alunos que frequentam a disciplina de Educação Musical do ensino básico e os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música.

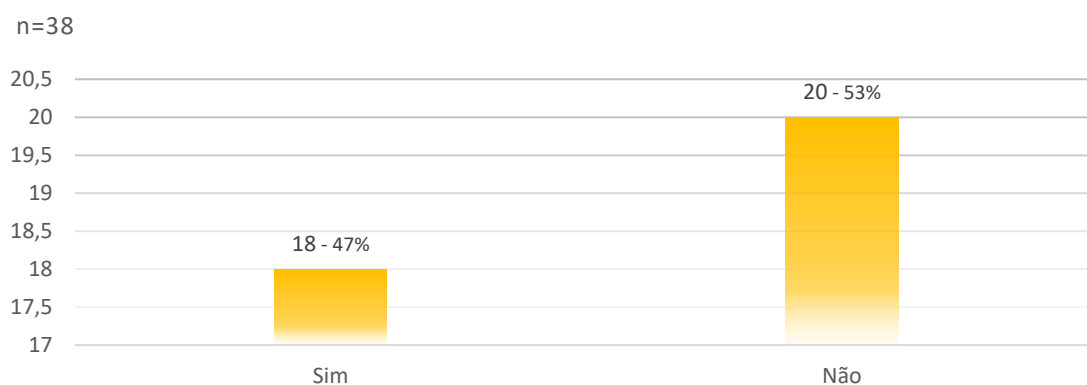
Gráfico 15 – Atividades conjuntas entre a disciplina de Educação Musical e Ensino Articulado da Música



Quando questionados sobre se seria relevante a promoção de atividades conjuntas entre os alunos que frequentam a disciplina de Educação Musical do ensino básico e os que frequentam o Ensino Articulado da Música, os que concordam ou concordam plenamente representam 76,3% (29), no entanto, se a estes grupos juntarmos os que concordam moderadamente atingimos quase a totalidade das respostas positivas 94,7% (36). Os resultados indicam que será uma vantagem para o processo, a realização de atividades conjuntas com os alunos frequentam a disciplina de Educação Musical no ensino básico e os que frequentam o Ensino Articulado da Música.

No gráfico 16 – Participação em atividades conjuntas, são vertidos os resultados das experiências que os participantes vivenciaram no que concerne à sua participação em atividades escolares em articulação entre o Ensino Articulado da Música e o ensino regular.

Gráfico 16 – Participação em atividades conjuntas

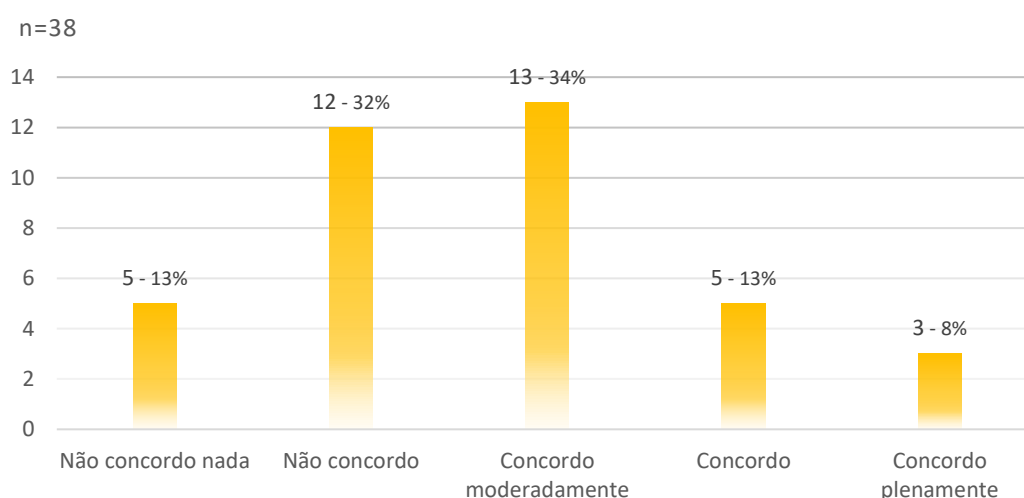


Quando aos participantes foi questionado se já participaram em atividades escolares em articulação entre o Ensino Articulado da Música e o ensino regular, percebemos que 20 em 38 dos participantes refere que não participou.

Os que responderam afirmativamente, indicam como atividades desenvolvidas, a celebração de datas significativas (dia mundial da Poesia, dia Mundial da Música, Festas de Natal, Janeiras, Páscoa, final de ano, Arraial no final do ano, Saraus, 25 de abril, dia mundial da paz, apresentação de musicais, participação na feira das ciências, abraço ao rio lima, atividades integradas no PAA), concertos e apresentações na escola de ensino regular, concertos didáticos e visitas de estudo.

A dinâmica dos agrupamentos pode ser um fator de conflito e ao mesmo tempo uma desvantagem para a inclusão ou não dos alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música. Assim, no próximo gráfico (gráfico 17 – Integração do Ensino Articulado da Música) encontramos as respostas dos participantes que refletem a sua opinião quando questionados se se sentem integrados na dinâmica escolar do agrupamento.

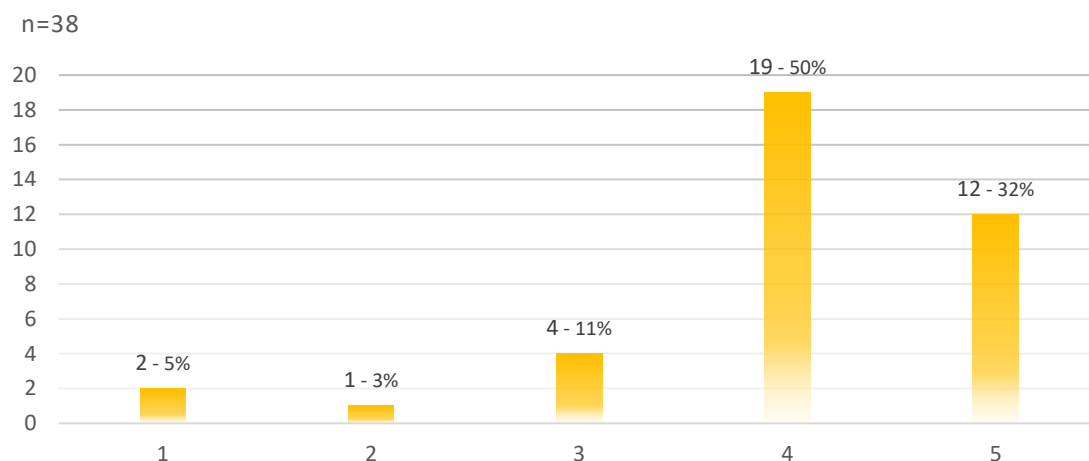
Gráfico 17 – Integração do Ensino Articulado da Música



Embora 55,3% (21) dos participantes concordar que aceita a Integração do Ensino Articulado da Música (concorda moderadamente/concorda/concorda plenamente), há 44,7% (17) participantes estão em desacordo com esta integração. Estes dados indicam que as opiniões estão de certa forma, divididas não existindo um indicador claro que fundamente que a integração destes docentes está a ser bem feita.

"O ensino é mais exigente no regime do ensino articulado da música." Esta foi a afirmação que serviu para recolher a opinião dos participantes, que se encontra registada no gráfico seguinte (gráfico 18 – Exigência no Ensino Articulado da Música).

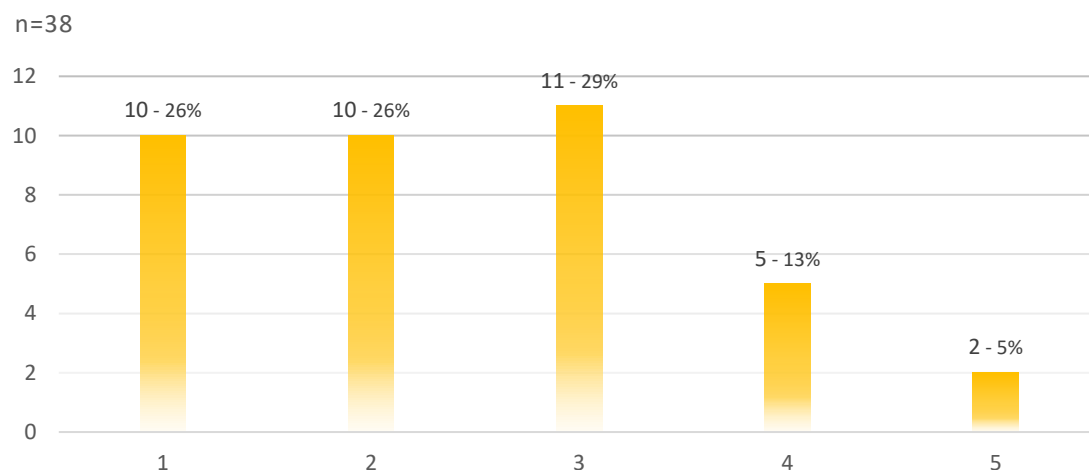
Gráfico 18 – Exigência no Ensino Articulado da Música



Ao observarmos os resultados, somos levados a concordar que, na opinião de 92,1% (35) dos participantes o ensino no regime do Ensino Articulado da Música é mais exigente que no regime regular.

Na mesma lógica do gráfico anterior, foram questionados os participantes se consideram "O ensino da música é mais exigente no ensino regular." No gráfico 19 – Exigência da Educação Musical no ensino básico, apresentamos os resultados.

Gráfico 19 – Exigência da Educação Musical no ensino básico



Neste ponto do questionário as opiniões dividem-se bastante. Embora o maior número de respostas se concentre no valor “3”, os que manifestaram discordância, ou seja optaram pelo valor igual ou inferior a “2”, representam 52,6% (20) das respostas. Considerando estes valores, as respostas dos participantes são reveladoras, na sua opinião, de que os mesmos, consideram que o ensino da música não é mais exigente no ensino regular.

Plano Anual de Atividades norteia nos agrupamentos o desenvolvimento das atividades ao longo do ano. Os participantes concordam que os docentes do Ensino Articulado da Música, deveriam participar na elaboração do Plano Anual de Atividades dos agrupamentos de escolas, pois é do seu entendimento que é uma vantagem para todo o processo que sejam promovidas atividades conjuntas entre os alunos que frequentam a disciplina de Educação Musical no ensino básico e os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música. De realçar que, de uma forma geral, os participantes referem que não desenvolvem atividades em articulação, pontualmente em datas significativas ou atividades de âmbito global da vida do agrupamento a presença em parceria acontece.

Essa articulação gera integração ou falta dela. Neste ponto a opinião dos participantes está dividida, uma vez que os resultados não indicam que essa integração é plena ou não.

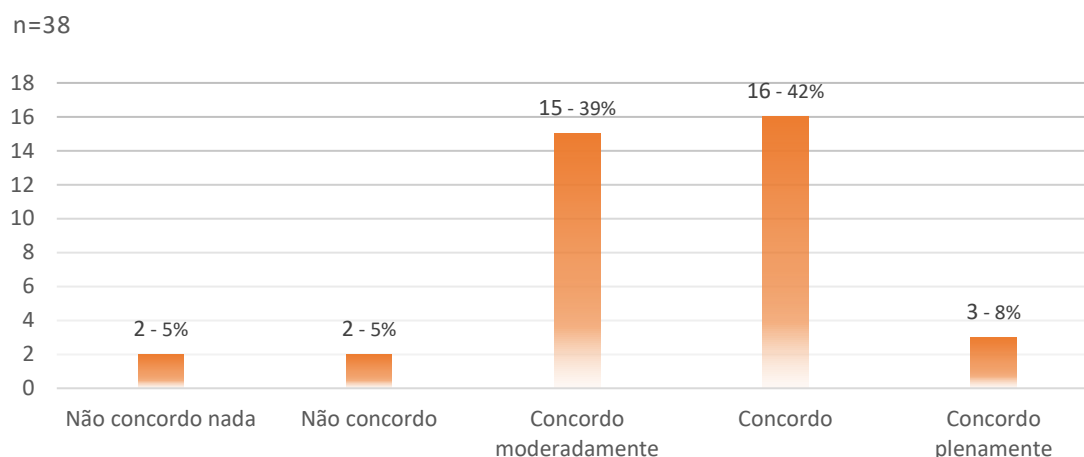
Os participantes consideram que o ensino da Educação Musical no ensino básico não é tão exigente como o ensino no regime do Ensino Articulado da Música.

Projeto Educativo

Relativamente ao Projeto Educativo são apresentados os dados obtidos através do inquérito por questionário.

No primeiro gráfico, são apresentados os valores referentes à opinião dos participantes sobre o nível de concordância da existência de um Projeto Educativo comum (gráfico 20 – Projeto Educativo comum).

Gráfico 20 – Projeto Educativo comum



No que diz respeito ao Projeto Educativo dos agrupamentos ser elaborado em parceria e acondicionando contributos de todos, e dessa forma ser comum aos dois regimes de ensino, observamos que, apenas 4 participantes referem não concordar, no entanto, o número de participantes que refere concordar moderadamente é significativo. Para percebermos melhor a opinião, foram solicitados a justificar a sua resposta, que mereceu a nossa atenção e está plasmada no texto que se segue.

Na leitura das justificações sobre se o Projeto Educativo deva ser comum aos dois regimes de ensino, os participantes que defendem que o mesmo deva ser comum, referem que uma vez que a missão educativa é transversal, o público-alvo é o mesmo, como tal não se devem desassociar. É recomendável que coabitem no mesmo projeto pois favorece e fortifica os laços sociais e musicais, tratando-se de uma área específica, a música, objetivos comuns devem potencializar a interajuda e motivar mais atividades comuns no sentido de fortalecer ambos os regimes, motivar os alunos criando assim melhorias e benefícios para todos.

Na perspetiva destes participantes, o objetivo final é ensinar música, então é fundamental o diálogo, articulação, de forma a tornar mais interessante e eficaz o processo de ensino/aprendizagem, criando articulação e sinergias de forma a aumentar a articulação entre escolas e regimes.

Por outro lado, os participantes que consideram não haver lugar a um único Projeto educativo referem se estar a confundir “alhos com bugalhos” (inquérito 7). Defendem que as disciplinas detêm identidades próprias e propósitos bem definidos, logo à partida não cabem num mesmo projeto.

O facto de a mesma academia/conservatório poder receber alunos de mais do que um agrupamento, ou seja, estar implementado o regime do Ensino Articulado da Música em vários agrupamentos diferentes em parceria com a mesma entidade representante do Ensino Articulado da Música, exigiria a fusão de mais que um Projeto Educativo ou então a descaracterização total do propósito da academia/conservatório.

Nas justificações apontadas pelos participantes é notória a preocupação na articulação entre os dois regimes.

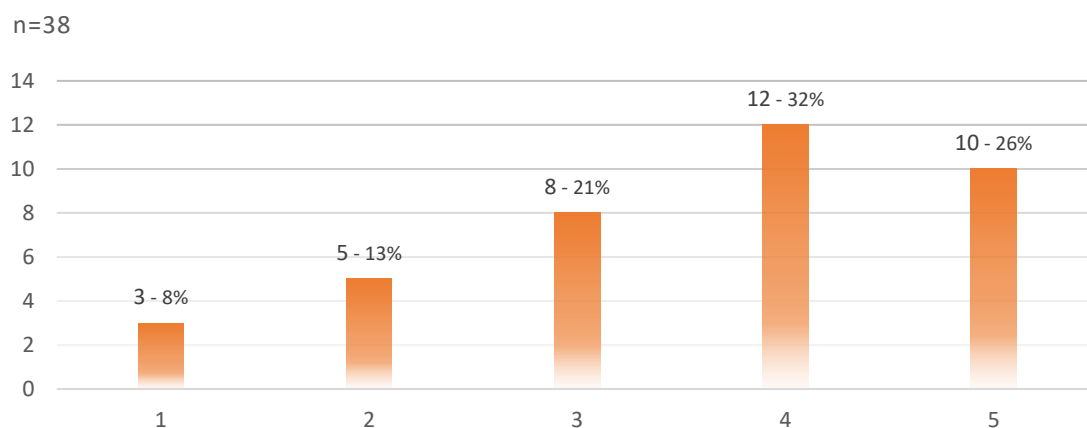
“As articulações de colaboração entre as escolas genéricas e especializadas são absolutamente essenciais para a sustentabilidade do regime de frequência articulado e para o seu desenvolvimento futuro. O diálogo, a abertura, o acordo, o consenso, a proximidade, a integração e a flexibilidade são aspetos centrais do quadro de entendimento no contexto de uma determinada ecologia ético política. Só assim, se pode planear conjuntamente atividades de interesse comum que constem nos respetivos Projetos Educativos e planos de atividades de cada escola.” (inquérito 37)

Essa é talvez uma das maiores preocupações e desafios que os regimes enfrentam, “o ensino genérico é parte integrante dos agrupamentos e nem sempre é tratado com seriedade pelo ensino articulado. Ambos tem a sua função que de forma alguma se sobrepõe ou substitui. Formação Musical ao estilo do Conservatório no lugar da Educação Musical do ensino genérico é uma aberração. Fundir as duas um erro educativo.” (inquérito 35)

Embora os resultados indiquem uma concordância generalizada em promover um Projeto Educativo comum, a argumentação das partes, mesmo para os que defendem essa unificação, “É importante haver cooperação, mas também alguma diferenciação nos dois tipos de ensino” (inquérito 15).

Para entender qual a opinião dos participantes sobre o grau de conhecimento do Projeto Educativo dos agrupamentos de escolas onde exercem funções, recolhemos os seus contributos que apresentamos de seguida (gráfico 21 – Conhecimento do Projeto Educativo do agrupamento).

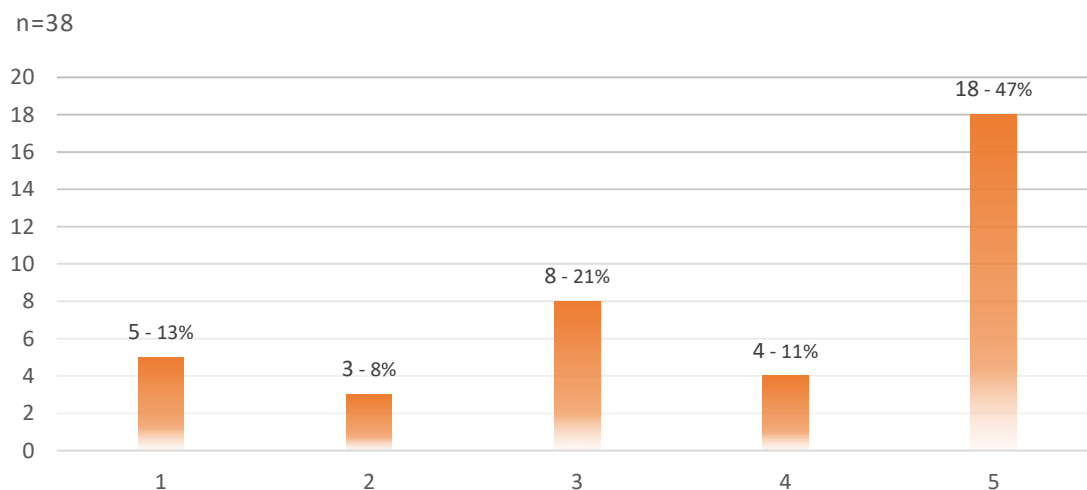
Gráfico 21 – Conhecimento do Projeto Educativo do agrupamento



O conhecimento sobre o Projeto Educativo do agrupamento de escolas onde os participantes exercem funções, revela-se positivo para três quartos dos mesmos.

Existindo Projeto Educativo também nas academias e conservatórios, não é menos importante recolher qual o grau de conhecimento do Projeto Educativo dos participantes (gráfico 22 - Conhecimento do Projeto Educativo da academia/conservatório).

Gráfico 22 - Conhecimento do Projeto Educativo da academia/conservatório



Tal como no gráfico 21, o conhecimento sobre o Projeto Educativo das academias/conservatórios, revela-se positivo para mais de três quartos dos participantes.

No que concerne ao Projeto Educativo das academias/conservatórios os participantes são bastante críticos no que deveria mudar.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano são uma proposta de melhoria para um terço dos participantes, no entanto, deverão as mesmas merecer melhor articulação para que possam ter mais impacto e atingir o sucesso pretendido.

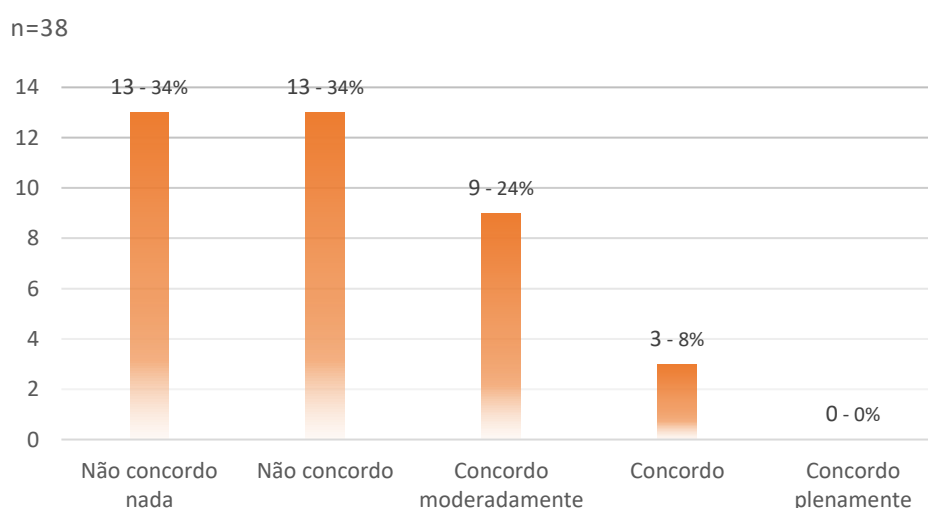
A falta ou deficiente comunicação é apontada como um dos maiores problemas para que se consiga uma boa articulação e atividades bem articuladas.

“Valorizar mais as artes” (inquérito 17) é uma das preocupações apontadas para que a formação global dos alunos seja de melhor qualidade. Por um lado, aumentar a oferta artística, nomeadamente no 3.º ciclo, por outro aumentar o envolvimento dos alunos em atividades culturais.

Também foram levantadas preocupações no que concerne aos horários e duração das aulas, a necessidade de melhorar os critérios de seleção de alunos na admissão para que o Ensino Articulado da Música seja “um ATL para manter os alunos ocupados e os pais com mais horas livres sem tratar dos filhos.” (inquérito 35)

No gráfico 23 – Ensino Articulado da Música ou Educação Musical, revelamos a opinião dos participantes no que concerne ao ingresso no Ensino Articulado da Música ou a frequência da Educação Musical no ensino básico.

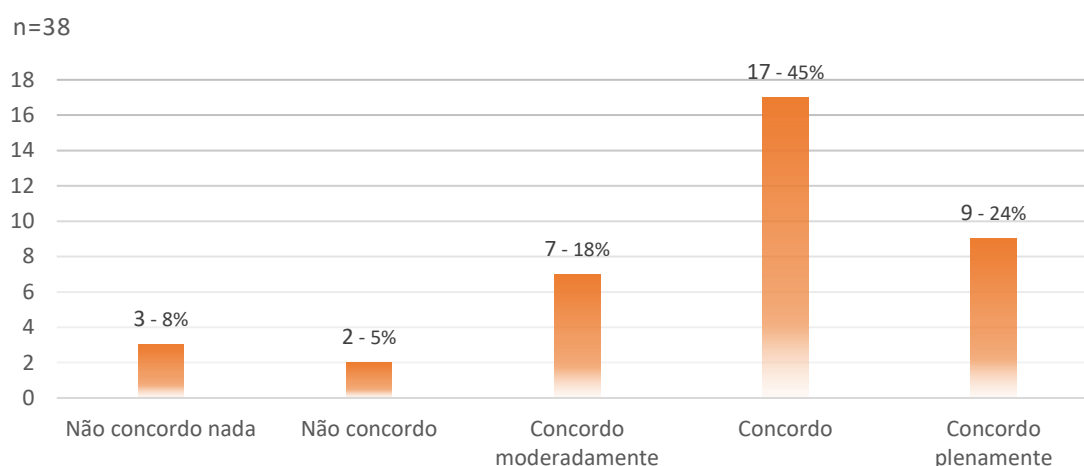
Gráfico 23 – Ensino Articulado da Música ou Educação Musical



Quando questionados sobre se é indiferente ou não o ingresso dos alunos em qualquer um dos regimes, 68,4% (26) dos participantes revelaram não concordar que é indiferente o ingresso em qualquer dos dois regimes.

Aos participantes também foi questionado qual é o seu entendimento acerca das disciplinas de Matemática e Português, se estas são consideradas fundamentais no ensino básico (gráfico 24 - Disciplinas fundamentais).

Gráfico 24 - Disciplinas fundamentais



86,8% (33) dos participantes concordam que as disciplinas de Português e Matemática são consideradas fundamentais no ensino básico.

O Projeto Educativo é o documento que define as orientações educativas das organizações. No que concerne a este documento ser elaborado com a parceria dos docentes do Ensino Articulado da Música os participantes concordam que sim, que deva aglutinar os seus contributos. Consideram que o Projeto Educativo deve ser comum aos dois regimes de ensino uma vez que a missão educativa é transversal e devem os princípios orientadores serem definidos no mesmo sentido.

Deve o Projeto Educativo favorecer e fortificar os laços sociais e musicais e potencializar a interajuda para promover atividades comuns e benefícios para todos.

Por outro lado, os participantes que consideram não haver lugar a um único Projeto Educativo salientam que as disciplinas detêm identidades próprias e propósitos bem definidos, os parceiros por vezes são comuns a mais que um agrupamento e que dessa forma não há lugar a um projeto comum.

Verificamos que os participantes são conhecedores dos Projetos Educativos quer seja o do agrupamento de escolas, quer seja o da academia/conservatório.

Quanto à relevância do ingresso ou não no Ensino Articulado da Música, os participantes entendem que não é indiferente optar por esse regime ou pelo regime normal.

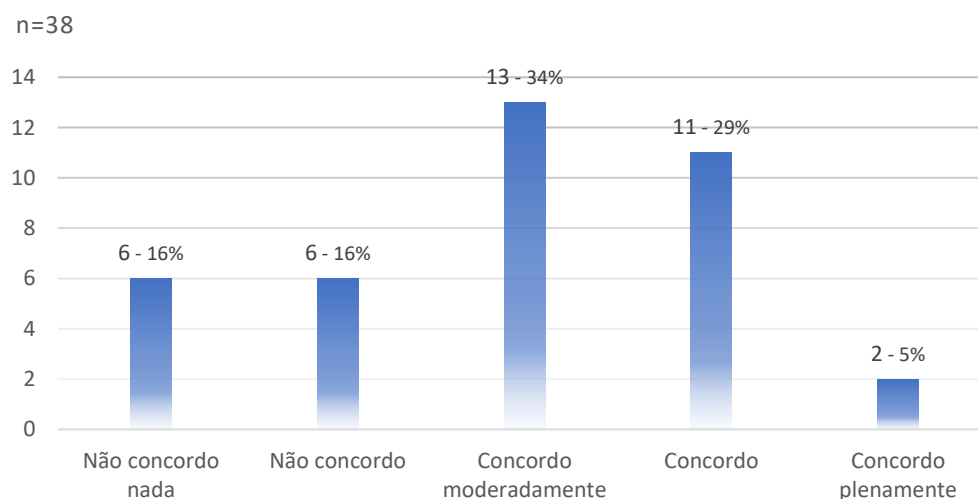
Para finalizar, registar que os participantes consideram que as disciplinas de Português e Matemática são disciplinas consideradas fundamentais no sistema de ensino.

Pais e Encarregados de Educação

Neste bloco iremos apresentar as respostas e opiniões dos participantes, mas na perspetiva dos encarregados de educação sobre o regime do Ensino Articulado da Música.

No próximo gráfico (gráfico 25 – Educação Tecnológica), os dados que encontramos dizem respeito à opinião dos participantes sobre a importância da disciplina de Educação Tecnológica e se esta deve ser substituída para os alunos que frequentam o regime de Ensino Articulado da Música.

Gráfico 25 – Educação Tecnológica



Quando solicitada opinião sobre a importância da substituição da disciplina de Educação Tecnológica para os alunos do Ensino Articulado da Música, mais de dois terços (26) dos participantes concordam que esta deva ser substituída.

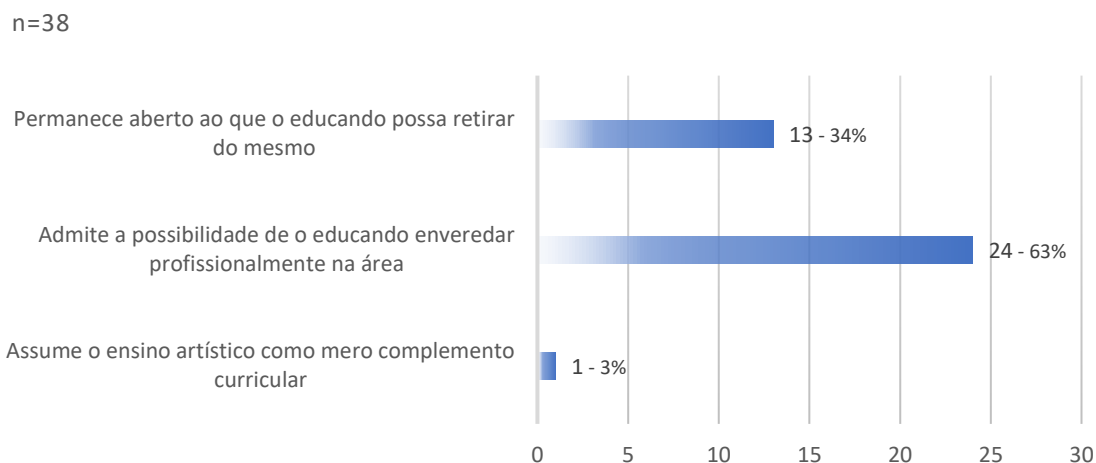
De salientar que 31,5% (12) dos participantes refere como justificação para, no seu ponto de vista, substituir a disciplina Educação Tecnológica para os alunos do Ensino Articulado da Música, a carga horária semanal. Há necessidade de tempo para estudar um instrumento, necessidade de tempo para dedicar às disciplinas que estão no currículo do Ensino Articulado da Música, que por si só, já aumentam a carga letiva semanal.

Por outro lado, é apontado pelos participantes como prejudicial a não frequência da disciplina de Educação Tecnológica para os alunos do Ensino Articulado da Música, a perda de aprendizagens e competências essenciais para todos os alunos, uma vez que “diferentes áreas de formação são sempre benéficas para a aprendizagem” (inquérito 37), e como tal, uma “carga letiva menor” (inquérito 23) fosse uma solução para que todos frequentassem a disciplina.

Assim, para alguns, a opção entre frequentar ou não se apresenta como uma solução embora “É ingrato ter que seleccionar” (inquérito 15).

No gráfico 26 – Opção de inscrição no Ensino Articulado da Música, apresentamos os dados do entendimento dos participantes no que concerne à opção que os encarregados de educação consideram ser a melhor opção para os seus educandos.

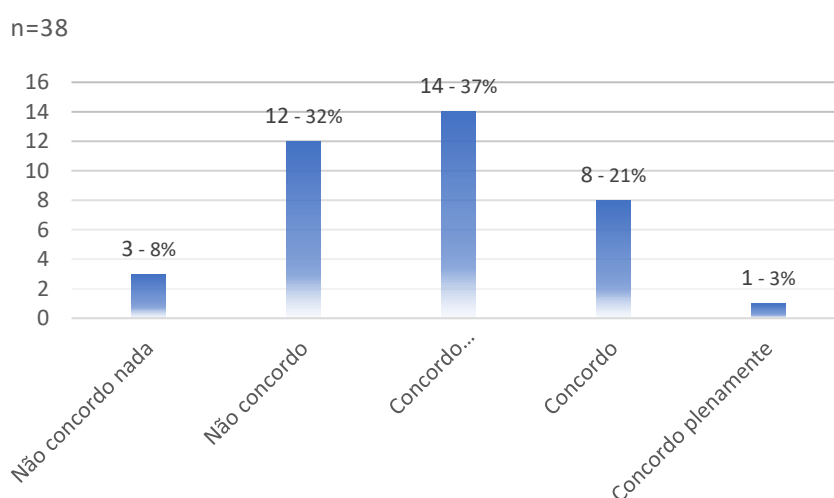
Gráfico 26 – Opção de inscrição no Ensino Articulado da Música



Ao optar pelo modelo do ensino articulado da música, apenas 2,6% (1) dos participantes considera que ao inscrever o seu educando nesta modalidade de ensino artístico é como um mero complemento curricular. Por outro lado, 24 dos participantes percecionam que ao fazer a escolha de inscrever os filhos no Ensino Articulado da Música, estes possam vir a enveredar profissionalmente no mundo da música.

Os resultados obtidos pelos alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música e os alunos do ensino regular são sempre comparados. No gráfico seguinte (gráfico 27 – Pressão para melhores resultados no Ensino Articulado da Música), podemos observar o resultado do que os participantes acham sobre se os alunos do Ensino Articulado da Música são mais pressionados para obter melhores resultados comparativamente com os alunos do ensino regular.

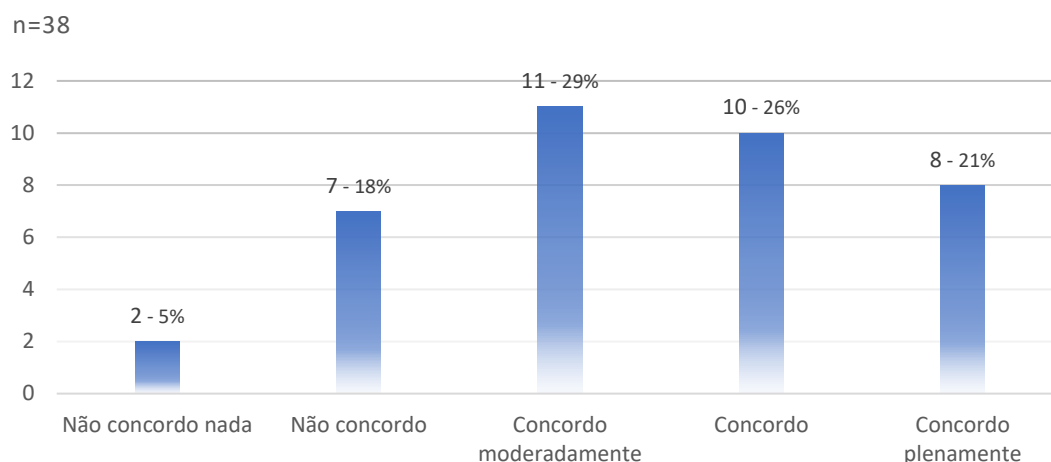
Gráfico 27 – Pressão para melhores resultados no Ensino Articulado da Música



Comparativamente aos alunos que frequentam o ensino regular, é opinião de 23 participantes que os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música são mais pressionados para obterem melhores resultados académicos.

Observando os dados do gráfico 28 – Empenho dos alunos no Ensino Articulado da Música, temos a percepção dos participantes no que diz respeito ao empenho nas atividades escolares dos alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música.

Gráfico 28 – Empenho dos alunos no Ensino Articulado da Música



Também no que concerne ao empenho dos alunos nas atividades escolares, mais de três quartos (29) dos participantes revelam concordar em que os alunos do Ensino Articulado da Música são mais empenhados nas atividades escolares.

Na perspectiva dos participantes, os pais e encarregados de educação são da opinião que a disciplina de Educação Tecnológica deve ser substituída, essencialmente por representar uma sobrecarga na carga letiva semanal, embora considerem que pode ser um prejuízo porque pode originar perda de aprendizagens e competências essenciais que podem vir a ser importantes no futuro.

Percebemos que através da inscrição no regime de Ensino Articulado da Música os pais e encarregados de educação, consideram que através dessa escolha os seus educandos podem vir a enveredar profissionalmente no mundo da música.

Podemos aferir que é do entendimento dos participantes que os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música são mais pressionados para obter melhores resultados académicos sendo esse um dos motivos que levam a que sejam mais empenhados nas atividades escolares.

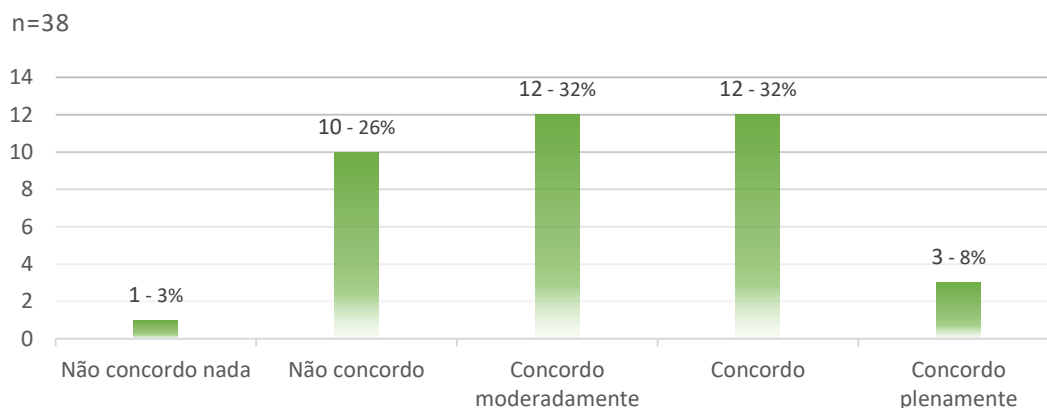
Ensino Articulado da Música

Neste bloco de resultados temos a oportunidade de perceber qual é o entendimento dos docentes do Ensino Articulado da Música e dos docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical no ensino básico sobre o regime de Ensino Articulado.

A primeira questão colocada teve como objetivo perceber se os participantes concordam que os professores e os alunos do regime do Ensino Articulado da Música são incentivados para obterem

melhores resultados académicos (gráfico 29 - Incentivo para melhores resultados dos alunos do Ensino Articulado da Música).

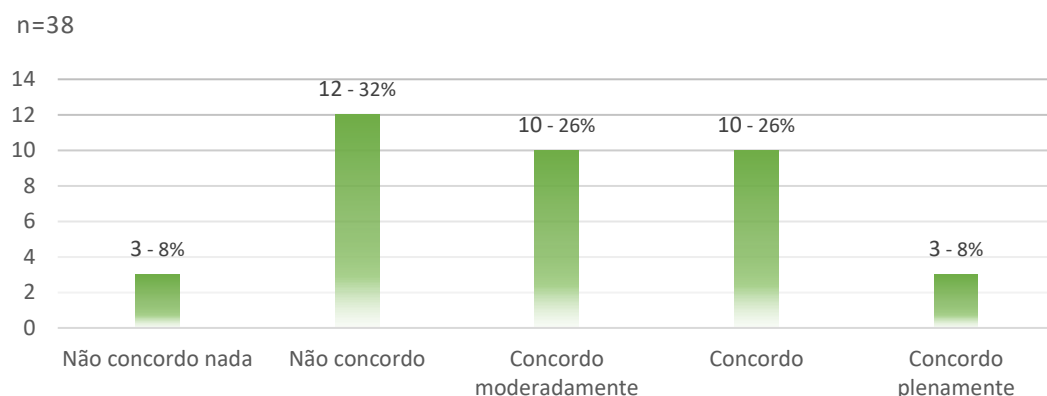
Gráfico 29 – Incentivo para melhores resultados dos alunos do Ensino Articulado da Música



Conciliando os participantes que responderam concordo moderadamente /concordo/concordo plenamente, percebemos que mais de 71% (27) dos participantes considera haver maior incentivo para obter melhores resultados académicos no que concerne aos alunos e professores do Ensino Articulado da Música.

No próximo gráfico observamos a opinião dos participantes sobre a complexidade dos procedimentos administrativos no regime do Ensino Articulado da Música (Gráfico 30 - Complexidade dos serviços administrativos do Ensino Articulado da Música).

Gráfico 30 – Complexidade dos serviços administrativos do Ensino Articulado da Música

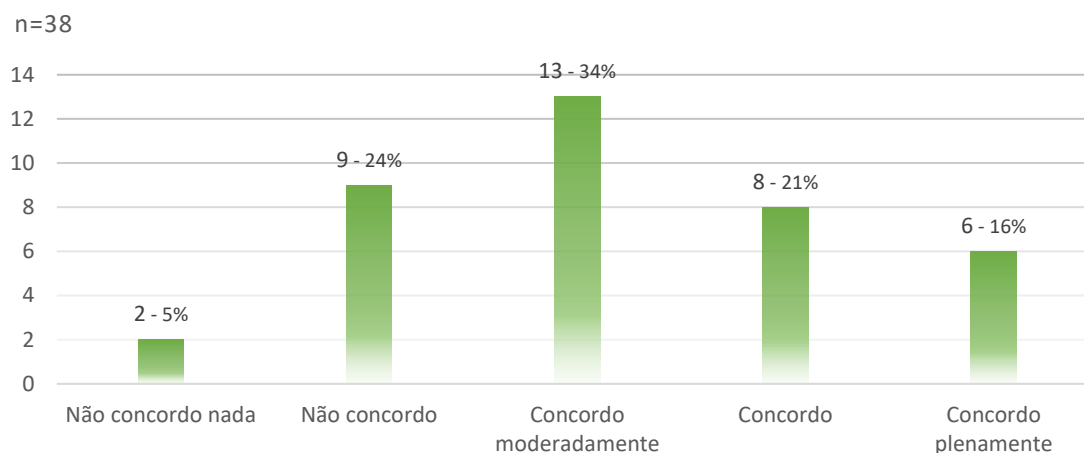


Ao observarmos o valor de maior grandeza, somos levados a pensar que 12 participantes consideram que o regime do Ensino Articulado da Música não é mais complexo no que concerne

aos procedimentos administrativos, no entanto, se somarmos os que concordam moderadamente, os que concordam e os que concordam plenamente, percebemos que 60,5% (23) dos participantes, considera ser o regime do Ensino Articulado da Música mais complexo no que concerne aos procedimentos administrativos.

O acesso ao Ensino Articulado da Música pode estar a ser menos criterioso motivado por uma massificação de alunos a procurar este regime. No gráfico 31 - Massificação do Ensino Articulado da Música podemos observar a opinião dos participantes face a esta preocupação.

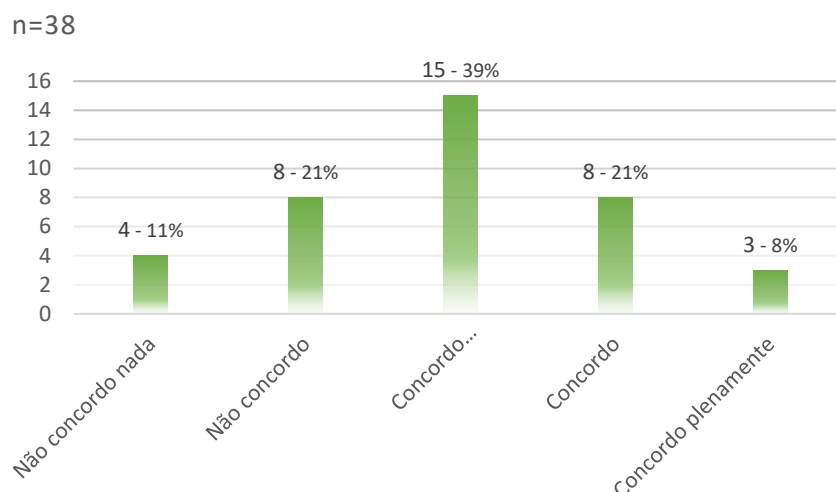
Gráfico 31 – Massificação do Ensino Articulado da Música



Quando questionados se o acesso ao regime articulado está demasiado massificado possibilitando um acesso menos criterioso, 13 participantes consideram que sim embora moderadamente, no entanto, 71% (27) dos participantes considera que sim, que está a ser menos criteriosa a seleção possibilitando assim um acesso mais massivo a este regime de ensino podendo vir a colocar em causa a qualidade dos resultados deste regime.

O apoio que o Ministério da Educação Ciência e Inovação atribui ao ensino articulado é comparado ao que é atribuído à Educação Musical no ensino básico. No gráfico 32 - Apoio ao Ensino Articulado da Música, podemos observar qual a opinião dos participantes relativamente a este assunto.

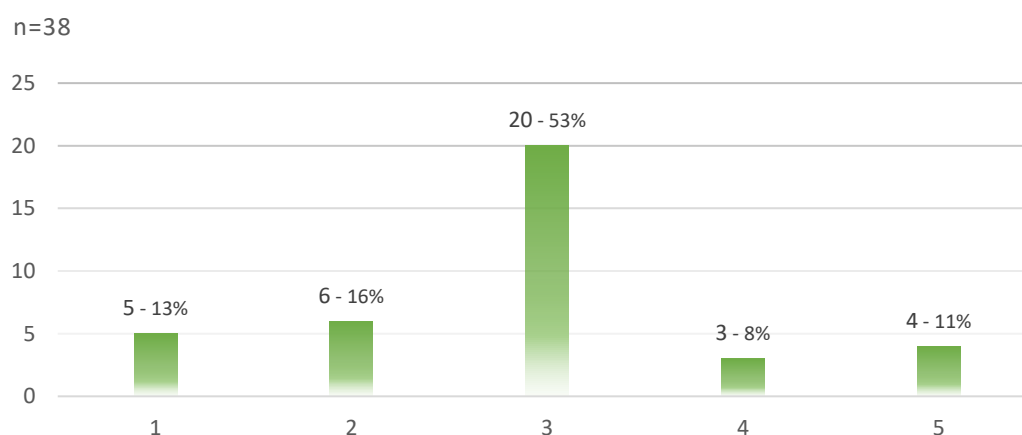
Gráfico 32 – Apoio ao Ensino Articulado da Música



39,4 % (15) dos participantes considera que Ministério da Educação Ciência e Inovação atribui mais apoio ao Ensino Articulado da Música comparativamente ao que atribui à Educação Musical no ensino básico. Se tivermos em consideração todos os que concordam de alguma forma, percebemos que é do entendimento de 68, 4% (26) dos participantes existir maior apoio ao Ensino Articulado da Música em detrimento do que é atribuído ao ensino da Educação Musical no ensino básico.

Por último, no gráfico 33 - Docentes da disciplina de Educação Musical e a recetividade do Ensino Articulado da Música, vamos observar qual o entendimento dos participantes quando questionados sobre o nível de recetividade do Ensino Articulado da Música por parte dos docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical no ensino básico.

Gráfico 33 – Docentes da disciplina de Educação Musical e a recetividade do Ensino Articulado da Música



52,6% (20) dos participantes no inquérito consideram existir recetividade do Ensino Articulado por parte dos docentes de Educação Musical, embora concordem moderadamente, no entanto, 11 dos questionados considera existir alguma dificuldade nessa recetividade.

“Muitas das vezes existe uma certa competitividade ou mesmo rivalidade entre os professores do Ensino Articulado e os de Educação Musical” (inquérito 27) que na opinião de mais de um terço dos participantes tem origem no receio em que o Ensino Articulado da Música origine redução de alunos a frequentar a disciplina de Educação Musical no ensino básico.

A realidade pode depender de agrupamento para agrupamento, existindo relatos, por um lado, de docentes de Educação Musical que se vêm privados de lecionar a sua disciplina na sala de aula destinada para o efeito, porque nesse mesmo horário está a ser utilizada pelo Ensino Articulado da Música. Por sua vez, há alegadas crispações que tem origem no “cúmulo de esconder o carregador do teclado para o professor do ensino articulado não o poder usar” (inquérito 27).

Foi também referido que existem bons exemplos de boas articulações, reconhecimento por ser uma mais valia para “os alunos que gostam e demonstram aptidões musicais,” (inquérito 5) chegando por vezes os docentes da Educação Musical a “aconselhar alunos a frequentar o Ensino Articulado.” (inquérito 23)

Análise aos inquéritos por questionário

Por fim, e após a apresentação dos resultados obtidos e do tratamento dos mesmos, apresentamos a análise e reflexão, sobre a opinião dos participantes do inquérito por questionário, acerca da implementação destas diferentes modalidades de ensino.

Após a leitura e análise dos dados que nos são fornecidos pelas respostas dos participantes, verificamos que o relacionamento entre os docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical no ensino básico e os docentes do Ensino Articulado da Música apresenta alguns constrangimentos.

“A recetividade deve ser total, na medida em que deve existir uma aposta mais forte e abrangente do ensino da música, em geral, em Portugal, logo deverá haver uma boa recetividade por parte, não só dos docentes, mas de toda a sociedade” (inquérito 34), no entanto, são elencados

problemas ao nível do relacionamento dos docentes, ao nível da organização de atividades e ao nível dos espaços físicos.

São apresentadas pelos docentes participantes receios de pela via do crescimento do Ensino Articulado da Música, o número de alunos a frequentar a disciplina de Educação Musical no ensino básico tenda a diminuir, ao ponto de gerar insuficiência da componente letiva o que leva que os docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical, possam a ser forçados a concorrer para outras escolas ou até mesmo ficarem com o seu lugar de quadro em risco.

“Muitas das vezes existe uma certa competitividade ou mesmo rivalidade entre os professores do Ensino Articulado e os de Educação Musical” (inquérito 27). Certos que a competitividade saudável pode gerar qualidade ou melhorias nos processos de ensino ou nas atividades, no entanto, em alguns dos agrupamentos são apresentados problemas por falta de cooperação e/ou articulação mal feita no que concerne às atividades e espaços físicos.

Também são apresentadas boas práticas, onde os docentes que lecionam a disciplina de Educação Musical incentivam os alunos com aptidões musicais a enveredar pelo Ensino Articulado da Música, onde são programadas e articuladas as atividades a desenvolver ao longo do ano.

As atividades são entendidas pelos participantes como um elemento fundamental para um ambiente escolar saudável, sendo da opinião de mais de 90% dos participantes, que é importante a participação de todos, também dos docentes do Ensino Articulado da Música, na construção do Plano Anual de Atividades, para que seja possível levar a cabo mais e melhores atividades com os alunos dos dois regimes.

36 dos 38 participantes concordam em que é importante refletir e construir um plano que albergue atividades conjuntas com os alunos que frequentam a disciplina de Educação Musical no ensino básico e os alunos que frequentam o Ensino Articulado da Música, embora 52,6% (20) dos participantes revele não ter participado em atividades escolares em articulação entre o Ensino Articulado da Música e os alunos do ensino regular.

As atividades desenvolvidas são na sua maioria, participações em atividades desenvolvidas na celebração de datas significativas (dia mundial da Poesia, dia Mundial da Música, Festas de Natal, Janeiras, Páscoa, final de ano, Arraial no final do ano, Saraus, 25 de abril, dia mundial da paz).

Por outro lado, os docentes participantes são de opinião divergente quando falamos do Projeto Educativo das unidades onde desenvolvem atividades.

No que concerne ao conhecimento do Projeto Educativo, quer seja da academia/conservatório, quer seja do agrupamento de escolas, os resultados indicam que têm conhecimento sobre o mesmo e as suas diretrizes.

Quando nos debruçamos sobre o que os participantes nos indicam sobre a importância de o Projeto Educativo ser comum, verificamos que, por um lado 89,4% (34) dos participantes indicam concordar, por outro lado, as justificações indicam um sentido diferente.

Sendo o objetivo final o ensinamento da música, para os participantes é fundamental o diálogo, a articulação, de forma a tornar todo o processo cada vez mais dinâmico e capaz de elevar o ensino da música seja em que regime de frequência os alunos estejam inscritos. No entanto, há participantes que defendem que os dois regimes são distintos, têm objetivos diferentes, sendo movidos por propósitos opostos. Enquanto no ensino regular a disciplina de Educação Musical tem uma vertente mais genérica, no Ensino Articulado da Música, os alunos procuram uma especialização.

Um fator que pode condicionar a construção de Projetos Educativos comuns prende-se com a possibilidade de uma academia/conservatório poder estabelecer parcerias com vários agrupamentos de escolas, o que transformaria as academias/conservatórios em camaleões sem identidade uma vez que não é possível servir os vários projetos.

No fundo, os participantes, sentem que o importante em todos os Projetos Educativos deve ser “Valorizar mais as artes”. (inquérito 17)

“A música como meio de comunicação e criadora de pontes na interdisciplinaridade pedagógica” (inquérito 9), tem a possibilidade de contribuir para que existam estratégias de melhoria. A fusão das disciplinas de Educação Musical e Formação Musical no 2.º ciclo, a articulação de atividades e a criação de grupos de trabalho com docentes dos dois regimes são apontadas como soluções, no entanto, a melhoria da participação nos órgãos intermédios e a comunicação e elaboração de uma programação atempada poderiam também ser um contributo muito útil.

Sumário

O quarto capítulo, foi destinado à descrição e análise dos dados relativos à investigação. Numa primeira parte foi apresentada a caracterização da amostra e a apresentação dos dados recolhidos através do instrumento de recolha de dados – entrevista, aplicado aos diretores de agrupamentos de escola concluída com uma análise final. Numa segunda parte, apresentamos os dados recolhidos e respetivo tratamento, obtidos através do instrumento de recolha de dados - inquérito por questionário, concluída com uma análise final.

Capítulo V

O quinto capítulo, trará a discussão das conclusões obtidos, relacionando-os com a revisão bibliográfica, questões e finalidades do estudo. De acordo com os resultados do estudo, com a literatura em que se alicerçou, a pesquisa e, a reflexão pessoal em torno desses dados, apresentamos a conclusão e linhas para investigações futuras, recomendações que derivam diretamente do estudo, implicações educativas, implicações pessoais/profissionais e novas linhas de investigação.

Conclusões

Este estudo contribui para um melhor entendimento dos desafios e oportunidades no campo da Educação Musical, oferecendo sugestões práticas para melhorar a articulação entre o ensino regular e o Ensino Articulado da Música. Esperamos que as conclusões aqui apresentadas possam servir de base para futuras investigações e práticas educativas que visem enriquecer a experiência educativa dos alunos e docentes envolvidos.

Nesta dissertação, aprofundámos a relação entre o ensino da Educação Musical no ensino básico e o Ensino Articulado da Música no distrito de Viana do Castelo, identificando os principais constrangimentos na gestão dos Projetos Educativos e Planos Anuais de Atividades dos agrupamentos com Ensino Articulado da Música, e propondo estratégias para melhorar essa relação.

Ao longo deste estudo, verificámos que a integração das diferentes modalidades de ensino musical apresenta tanto oportunidades quanto desafios significativos. A análise dos dados recolhidos através de entrevistas e inquéritos por questionário revelou uma complexidade inerente à articulação entre o ensino da Educação Musical no ensino básico e o Ensino Articulado da Música.

A relação entre estas duas modalidades de ensino musical é, em termos gerais, positiva. No entanto, foram identificados vários constrangimentos que afetam a sua implementação eficaz. Entre os principais desafios destacam-se a necessidade de uma melhor organização e gestão dos horários, a utilização dos espaços físicos e a articulação das atividades previstas e não previstas no Plano Anual de Atividades. A falta de recursos adequados como salas de aulas adequadas, foi também um dos fatores apontado.

Portanto, apostar no diálogo parece ser o ponto de partida para que a mudança que se preconiza necessária ocorra. É urgente melhorar a organização de processos, promover a cooperação e a

articulação entre os dois universos, programar em conjunto as atividades para melhoria do Plano Anual de Atividades, estabelecer parcerias com vista a aproximar os Projetos Educativos, elaborar horários e turmas em conjunto entre os parceiros.

A análise das entrevistas revelou que as realidades dos agrupamentos variam significativamente. Em alguns casos, as aulas de instrumento, quando lecionadas nas instalações do agrupamento, interferem no quotidiano escolar, causando desconforto e distração nas aulas vizinhas. Além disso, há preocupações quanto à diminuição do número de alunos na disciplina de Educação Musical no ensino básico, devido ao aumento de alunos no Ensino Articulado da Música, o que afeta os horários dos docentes e a sua estabilidade profissional.

Os inquéritos por questionário revelaram que o relacionamento entre os docentes de Educação Musical no ensino básico e os do Ensino Articulado da Música apresenta desafios. Apesar de algumas boas práticas de cooperação, ainda existem problemas de organização de atividades e gestão dos espaços físicos. A competitividade entre os docentes pode ser saudável, mas em alguns casos resulta em falta de cooperação e articulação inadequada. Receios quanto à redução do número de alunos na Educação Musical no ensino básico e as possíveis implicações para os docentes também foram mencionados.

Para melhorar a articulação entre o ensino regular e o Ensino Articulado da Música, é essencial promover a colaboração e o diálogo entre todos os atores envolvidos. Sugerem-se como estratégias, a criação de espaços de formação e reflexão conjunta; promoção da formação contínua dos docentes e criar momentos de reflexão conjunta para partilha de boas práticas e resolução de problemas; incentivo à partilha de boas práticas para estabelecer mecanismos de partilha de experiências e práticas pedagógicas bem-sucedidas entre os docentes das duas modalidades de ensino; implementação de políticas educativas integradoras de forma a adotar políticas que valorizem a Educação Musical e promovam a integração harmoniosa das artes no currículo escolar; a valorização das artes na matriz curricular no sentido de promover uma abordagem semelhante ao "Desporto Escolar", criando uma "escola cultural" onde as artes sejam acessíveis a todos os alunos; a inclusão de representantes do Ensino Articulado da Música nos órgãos de gestão pedagógica visando garantir que os docentes do Ensino Articulado da Música tenham voz nos conselhos pedagógicos e em outros órgãos de decisão escolar.

Este estudo contribui para um melhor entendimento dos desafios e oportunidades no campo da Educação Musical, oferecendo sugestões práticas para melhorar a articulação entre o ensino regular e o Ensino Articulado da Música. As conclusões apresentadas destacam a importância de

uma abordagem colaborativa e integradora para superar os constrangimentos identificados e promover uma educação musical de qualidade.

Esperamos que as reflexões e propostas aqui apresentadas possam servir de base para futuras investigações e práticas educativas que visem enriquecer a experiência educativa dos alunos e docentes envolvidos. A valorização das artes e a criação de um ambiente escolar que promova a interdisciplinaridade pedagógica são essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos e para o sucesso das diferentes modalidades de ensino musical.

A massificação do acesso ao Ensino Articulado da Música, o financiamento da disciplina de Educação Musical e o financiamento do Ensino Articulado da Música, o diferente nível de exigência e a pressão colocada aos alunos que frequentam as duas modalidades de ensino e a desvalorização das artes no ensino em Portugal, podem vir a ser novos desafios para futuras investigações.

Implicações educativas

Os resultados da investigação revelam importantes implicações educativas que podem enriquecer a experiência de ensino e aprendizagem tanto no ensino regular quanto no Ensino Articulado da Música. Assim melhorar a articulação entre as duas modalidades de ensino, associada a uma melhor gestão de recursos pode garantir uma educação musical mais integrada e eficaz.

As implicações podem também originar novas linhas de orientação na formação contínua dos professores criando espaços de reflexão conjunta para partilha de boas práticas e contribuir para uma maior cooperação e eficácia no processo educativo e integrar a Educação Musical e o Ensino Articulado da Música de forma mais harmoniosa no currículo escolar.

As políticas educativas podem incentivar a colaboração entre os diferentes modos de ensino e incluir representantes do Ensino Articulado da Música nos órgãos de gestão pedagógica numa abordagem mais colaborativa e integradora.

A implementação destas estratégias pode melhorar significativamente a experiência educativa dos alunos e docentes, promovendo uma educação musical de qualidade que responda aos desafios e oportunidades identificados.

Implicações pessoais/profissionais

A realização deste projeto de investigação no âmbito da Educação Artística, proporcionou-me um revitalizar do meu percurso académico. Uma reciclagem, visitar bibliografia, estabelecer novos limites e acima de tudo, contribuir para a melhoria do sistema educativo com o meu humilde contributo para a comunidade científica.

Ao nível profissional, no imediato, vai permitir um acelerar da progressão na carreira, no entanto, a implicação de maior valor é a de me tornar um docente com outra visão, com outra capacidade de olhar para os problemas e quem sabe, no futuro abrir outras portas.

Novas linhas de investigação

A proposta de novas linhas de investigação é um desafio e uma responsabilidade de relevo, nesse sentido, desenvolver um projeto de investigação num agrupamento de escolas com sucesso comprovado na relação entre o ensino da Educação Musical no ensino básico e o Ensino Articulado da Música, pode trazer com as conclusões que se venham a retirar, ser um enorme contributo para uma nova visão e melhorias na implementação destes dois regimes.

Referências bibliográfica

- Alves, A. T., Nascimento, A., Ulhôa, A., Batista, B., Capela, C., Venturine, C., . . . Silva, P. C. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados* (Vol. 2). Aveiro: UA Aveiro.
- Abelheira, Agrupamento de Escolas da. (2017). https://www.escolasabelheira.com/images/Regulamento/PE_2019_21-compactado.pdf. Obtido de www.escolasabelheira.com/.
- Amado, A. I. (2017). *Breve Evolução Histórica do Sistema Educativo. Sistema Educativo Nacional de Portugal*. Ministério da Educação.
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3.ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Arcozelo, Agrupamento de Escolas de. (Julho de 2024). https://profarcozelo-my.sharepoint.com/personal/paginaweb_aearcozelo_pt/. Obtido de <https://agrupamento-escolas-arcozelo.webnode.pt>.
- Barca, Agrupamento de Escolas de Ponte da. (Julho de 2021). https://www.avepb.pt/portal/phocadownload/documentos_orientadores/2122_aepb_projeto%20educativo_2021_2024.pdf. Obtido de <https://www.avepb.pt>.
- Barroselas, Agrupamento de Escolas de. (2025). https://aeb.edu.pt/wp-content/uploads/2024/02/PE_AEB-aproavadoCG_23-25.pdf. Obtido de <https://aeb.edu.pt/>.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar Um Projeto de Investigação* (5.ª ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.
- Bogdan, R. &. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brito, Agrupamento de Escolas Pintor José de. (Julho de 2023). https://www.apjbrito.com/images/PROJETO_EDUCATIVO-_2022-2025-_FINAL_compressed.pdf. Obtido de <https://www.apjbrito.com>.
- Bruner, J. (1998). *O Processo da Educação*. Lisboa: Edições 70.
- Caminha, Agrupamento de Escolas de. (2020). <https://www.aecm.edu.pt/>. Obtido de <https://www.aecm.edu.pt/>.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia de Investigação, guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castelo, Academia de Música de Viana do. (2025). <https://www.amv.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=57&newsID=182>. Obtido de <https://www.amv.pt/>.

- Cerveira, Agrupamento de Escolas de Vila Nova de. (Dezembro de 2023). *ebsvncer/index.php/documentos/send/9-projeto-educativo/692-projeto-educativo-2023-26*. Obtido de <http://ebsvncer/index.php>.
- Coura, Agrupamento de Escolas de Paredes de. (2024). *<https://aepc.unicard.pt/aepcsite/assets/files/Projeto-Educativo2022.pdf>*. Obtido de <https://www.agrupamentodeescolasdeparedesdecoura.pt/>.
- Educação, M. d. (2001). Currículo Nacional de Ensino Básico – Competências Essenciais. . Lisboa: Departamento da Educação Básica.
- Educação, M. d. (2018). *Educação Artística - Música* (Vol. APRENDIZAGENS ESSENCIAIS | ARTICULAÇÃO COM O PERFIL DOS ALUNOS). Lisboa: República Portuguesa.
- Europeia, C. (21 de 11 de 2023). *Desenvolvimento histórico - Eurydice - European Union*. Obtido de [eurydice.eacea.ec.europa.eu](https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/desenvolvimento-historico): <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/pt-pt/national-education-systems/portugal/desenvolvimento-historico>
- Fão, Academia de Música Fernandes. (2018). *<https://academiafernandesfao.pt/site/public/paginas/pedagogicos-pt-1.pdf>*. Obtido de <https://academiafernandesfao.pt/>: <https://academiafernandesfao.pt/site/public/paginas/pedagogicos-pt-1.pdf>
- Feijó, Agrupamento de Escolas de António. (2025). *<https://agvaf.edu.pt/caraterizacao/>*. Obtido de <https://agvaf.edu.pt/>.
- Ferreira, H. d. (2003). *A evolução da Escola Preparatória - Conceito e componentes curriculares*. Bragança: EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA.
- Figueiredo, I. M. (2015). *Desenvolvimento de Competências Musicais no 2.º Ciclo do Ensino Básico: Práticas Pedagógicas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Freixo, Agrupamento de Escolas de. (2025). *<https://aefreixo.pt/sobre-nos/>*. Obtido de <https://aefreixo.pt/>.
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas (4.ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gordon, E. E. (2015). *Teoria de Aprendizagem Musical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grout, D. J., & Palisca, C. V. (1994). *História da Música Ocidental*. Lisboa: Gradiva.
- Iria, A. V. (2011). *O Ensino da Música em Portugal – desde 25 de Abril*. Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Lei n.º 46/86. (14 de Outubro de 1986). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lisboa: Diário da República.
- Lima, Agrupamento de Escolas de Arga e. (Maio de 2021). *https://agescolasargaelima.pt/attachments/article/761/PE_21-25_maio_V3_3.pdf*. Obtido de <http://agescolasargaelima.pt/>.

- Lima, Agrupamento de Escolas de Ponte de. (Outubro de 2022).
<https://www.aeplima.pt/aeplima/documentos/projeto-educativo/>. Obtido de <https://www.aeplima.pt>.
- Maior, Agrupamento de Escolas de Santa Maria. (Junho de 2023).
https://www.esmaior.pt/esmaior/images/pdf/PROJETO_EDUCATIVO_FINAL_-2022-2026__com_metas_PASEO.pdf. Obtido de <https://www.esmaior.pt>.
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). *O estudo de caso como estratégia de investigação em educação*, 2, p. 49/65. Obtido de www.eduser.ipb.pt
- Minho, Agrupamento de Escolas de Muralhas do. (Setembro de 2023).
<https://muralhasdominho.com/agrupamento/documentos/projeto-educativo/>. Obtido de <https://muralhasdominho.com>.
- Minho, Colégio do. (Fevereiro de 2023). <https://www.colegiodominho.com/assets/projeto-educativo-2023-2026.pdf>. Obtido de <https://www.colegiodominho.com>.
- Molina, S., Jordão, G., Allucci, R. R., & Terahata, A. M. (2012). *A música na escola*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações.
- Monção, Agrupamento Escolas de. (2020). Projeto Educativo 2020 / 2023. (A. d. Monção, Ed.) Monção. Obtido de <https://aemoncao.com/>
- Monção, Banda de Música de. (s.d.). <https://bandamusicaldemoncao.com>. Obtido em 2023, de <https://bandamusicaldemoncao.com>
- Monsserrate, Agrupamento de Escolas de. (2023).
[/http://portal.esmonsserrate.org/publica/Publica_2122/Projeto_EducativoAEM_%20revi%20sao2021.pdf](http://portal.esmonsserrate.org/publica/Publica_2122/Projeto_EducativoAEM_%20revi%20sao2021.pdf). Obtido de <https://www.esmonsserrate.org/public/comunidade/>: www.esmonsserrate.org
- Mota, G. (2007). Revista de Educação Musical V. 128-129. (A. P. Musical, Ed.) *A Música no 1º ciclo do Ensino Básico – contributo para uma reflexão acerca do conceito*, p. 16 a 21.
- Ola, Agrupamento de Escolas de Monte da. (2023).
https://arquivo.oxygeniu.eu/ficheiros/Projeto%20Educativo_1702509360.9900825.pdf. Obtido de <https://www.escolasmontedaola.pt/>.
- Pratas, L. M. (2013). *Quinta das Flores / Conservatório: Estudo acerca da integração num único campus escolar de uma escola básica e secundária e de um conservatório de música*. Porto: Universidade Fernando Pessoa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Reigado, J. P. (2018). Revista Portuguesa de Educação Musical n.º 144. *Novos referenciais curriculares e implicações na Educação Musical*, pp. 12–22.
- Ribeiro, A. J. (Janeiro de 2013). *O Ensino da Música em Regime Articulado. Projeto de Investigação-Ação no Conservatório do Vale do Sousa*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação.
- Ribeiro, A. J. (28 de Fevereiro de 2023). Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9 n. 2. *O papel do regime de frequência articulado no ensino da música*

português desde 2008. *O caso do conservatório de Vale do Sousa*, pp. 1–15.
doi:<https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8432>

- Ribeiro, A. J. (2024). O ensino da música em regime articulado em Portugal: possibilidade pedagógica para a aprendizagem de um instrumento musical. *17*(9), pp. 01 - 22.
- Ribeiro, A. J., & Vieira, M. H. (2016). OPUS v. 22, n. 1. *A articulação entre o ensino especializado da música e o sistema geral de ensino em Portugal: impacto actual da reestruturação de 2009*, pp. 237-254.
- Ribeiro, A. J., & Vieira, M. H. (Janeiro - Abril de 2019). *Educação* v. 42, n. 1. *A frequência do ensino da música em regime articulado em Portugal: resultados de um projeto de investigação-ação no Conservatório do Vale do Sousa*, pp. 23-34.
- Romão, A. M., Oliveira, A., Espain, A., Cravo, C., Moura, E., Reses, G., . . . Li, Y. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados* (Vol. 3). Aveiro: UA Editora.
- Stake, R. E. (2016). *A arte da investigação com estudos de caso (4a ed.)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Torres, R. M. (1998). *As Canções Tradicionais Portuguesas no Ensino da Música. Contribuição da Metodologia de Zoltán Kodály*. Lisboa: Caminho.
- Traqueia, A., Taveira, E., Euzébio, C., Pacheco, E., Soares, D., Rios, I., . . . Soares, T. (2021). *Reflexões em torno de metodologias de investigação: Métodos* (Vol. 1). (UA, Ed.)
- Valdevez, Agrupamento de Escolas de. (2024). <https://aev.edu.pt/wp-content/uploads/2025/01/Projeto-Educativo-AEV-2024-27.pdf>. Obtido de <https://aev.edu.pt>.
- Valdevez, Conservatório de Música e Dança de Arcos de. (2021). <https://cmdav.pt/>. Obtido de <https://cmdav.pt/>
- Valença, Academia de Música da Fortaleza de. (2025). <https://amfv.pt/sobre/>. Obtido de <https://amfv.pt/>.
- Vasconcelos, A. (2011). *Educação artístico-musical: cenas, actores e políticas*. Instituto de Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Verde, Academia de Música de Vila. (2023). <https://acmvv.pt/historial/>. Obtido de <https://acmvv.pt/>.
- Vieira, M. H. (Julho a Dezembro de 2002). *Revista de Educação Musical*, 113-114. *O Conservatório de Música - Professores, organização e políticas de António Vasconcelos*, pp. 23-27.

Anexos

Anexo I – Consentimento informado

Consentimento Informado

A Educação Musical e Ensino Articulado no distrito de Viana do Castelo

Esta investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Educação Artística, ministrado na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo - IPVC.

A problemática que se pretende investigar com este estudo de caso, está diretamente ligada com a relação entre o ensino da educação musical e o ensino articulado da música no ensino básico.

Os dados serão recolhidos com o recurso à gravação áudio da entrevista, que será posteriormente analisada para expressar a perceção e opinião dos entrevistados.

Nesta entrevista, não existem respostas certas ou erradas, apenas a recolha de impressões, dados e opiniões.

Todos os dados recolhidos são confidenciais.

Todas as respostas recolhidas serão destruídas após o término do estudo. Os mesmos, serão guardados em suporte digital protegido por palavra-passe em unidade de suporte também protegida por palavra-passe a qual, após o término do estudo, será formatada de forma a eliminar qualquer tipo de registo da informação.

A sua colaboração é fundamental na elaboração desta investigação.

Disponibilidade: Caso exista alguma dúvida, coloque-a em qualquer momento. Se desejar obter outros esclarecimentos acerca da investigação, estou contactável através do número de telemóvel +351 96 [REDACTED] ou através do email: [REDACTED]@ipvc.pt .

Agradecido.

Nome: Álvaro Filipe Loureiro e Silva

Declaro ter compreendido as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que me está a entrevistar. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo, concordando com a gravação da entrevista e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando que serão utilizados apenas para fins científicos e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

Nome:

Assinatura: _____ Data: ____ / ____ / ____

Consentimento Informado

(Entrevistado)

A Educação Musical e Ensino Articulado no distrito de Viana do Castelo

Esta investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Educação Artística, ministrado na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo - IPVC.

A problemática que se pretende investigar com este estudo de caso, está diretamente ligada com a relação entre o ensino da educação musical e o ensino articulado da música no ensino básico.

Os dados serão recolhidos com o recurso à gravação áudio da entrevista, que será posteriormente analisada para expressar a perceção e opinião dos entrevistados.

Nesta entrevista, não existem respostas certas ou erradas, apenas a recolha de impressões, dados e opiniões.

Todos os dados recolhidos são confidenciais.

Todas as respostas recolhidas serão destruídas após o término do estudo. Os mesmos, serão guardados em suporte digital protegido por palavra-passe em unidade de suporte também protegida por palavra-passe a qual, após o término do estudo, será formatada de forma a eliminar qualquer tipo de registo da informação.

A sua colaboração é fundamental na elaboração desta investigação.

Disponibilidade: Caso exista alguma dúvida, coloque-a em qualquer momento. Se desejar obter outros esclarecimentos acerca da investigação, estou contactável através do número de telemóvel +351 96 [REDACTED] ou através do email: [REDACTED]@ipvc.pt .

Agradecido.

Nome: Álvaro Filipe Loureiro e Silva

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Declaro ter compreendido as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que me está a entrevistar. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo, concordando com a gravação da entrevista e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando que serão utilizados apenas para fins científicos e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.

Nome:

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Anexo II – Entrevista

Enquadramento

Há quantos anos exerce a função de diretor do agrupamento?

Há quantos anos é professor?

Qual é o seu grupo disciplinar?

Quais são as suas habilitações?

Qual a sua idade?

Há quantos tempo está implementado o ensino articulado da música no agrupamento?

1- As Escolas do Ensino Básico e Secundário

1.1 – Qual a sua opinião sobre o ensino articulado da música?

1.2 - Como classifica o empenho das escolas para proporcionar uma melhor oferta do ensino articulado da música?

2- A Educação Musical e Ensino Articulado

2.1- De uma forma geral, que problemas afetam o funcionamento do ensino articulado da música, na atual modalidade de frequência no seu agrupamento?

2.2- No seu entender, quais são as principais perspetivas dos alunos que os levam a frequentar o ensino articulado da música?

2.3- Na sua opinião, como classifica a interação/partilha e desenvolvimento de projetos em parceria entre os professores da disciplina de educação musical com os professores do ensino articulado da música?

2.4 – Pode assinalar os motivos, que levam os encarregados de educação a procurar inscrever os seus educandos no regime do ensino articulado da música?

3- A Articulação entre os dois modelos

3.1 - Como é feita a articulação do ensino articulado da música com o ensino regular no que concerne a horários, momentos de avaliação, espaço físico?

3.2 - Qual ou quais os principais constrangimentos que evidencia nessa articulação?

3.3- Que estratégias de articulação poderiam ser adotadas como objetivo de melhorar a gestão do agrupamento tendo em vista um bom ambiente escolar e o sucesso escolar dos alunos?

3.4- Fazendo uma retrospectiva destes anos que melhorias pode elencar em termos de articulação entre os dois modelos?

3.5 – Como é feita a articulação no que concerne ao Plano Anual de Atividades? Como são incluídas as atividades do ensino articulado?

3.6 – Que tipo de atividades são realizadas em conjunto?

4- Projeto Educativo

4.1 – Como considera a envolvimento do ensino articulado da música na construção do Projeto Educativo? Porquê?

4.2 – Quais as vantagens de o Projeto Educativo ser construído em conjunto?

4.3 – O que pensa sobre a importância do no Conselho Geral possuir representantes do ensino articulado da música?

4.4 – Em sua opinião, qual seria o melhor modelo para ser implementado no ensino da música nas escolas do ensino básico?

Anexo III - Inquérito por questionário

Inquérito por questionário

* Indica uma pergunta obrigatória

A Educação Musical e Ensino Articulado no distrito de Viana do Castelo

Esta investigação insere-se no

âmbito do Mestrado em Educação Artística, ministrado na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo - IPVC.

A problemática que se pretende investigar com este estudo de caso, está diretamente ligada com a relação entre o ensino da educação musical e o ensino articulado da música no ensino básico.

Os dados recolhidos serão objeto de análise quantitativa, expressando a perceção e opinião de docentes dos dois grupos intervenientes.

Neste questionário não existem respostas certas ou erradas, apenas a recolha de impressões, dados e opiniões.

Todos os dados recolhidos são confidenciais.

Todas as respostas recolhidas serão destruídas após o término do estudo.

O inquérito é composto por 8 secções e requer apenas alguns minutos da sua atenção.

A sua colaboração é fundamental na elaboração desta investigação.

Agradecido.

Álvaro Silva, novembro de 2023

1. Declaro que aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando que serão utilizados apenas para fins científicos e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador. *

Marcar apenas uma oval.

SIM ☐

NÃO ☐

IDENTIFICAÇÃO/EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2. Nome (facultativo)

3. Idade *

4. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

5. Habilitações *

Marcar tudo o que for aplicável.

☐ Licenciatura (pré Bolonha)

☐ Licenciatura (pós Bolonha)

☐ Mestrado (pré Bolonha)

☐ Mestrado (pós Bolonha)

☐ Doutoramento

☐ Outra:

Experiência Profissional

6. É docente: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Quadro de Agrupamento/Quadro Escola não Agrupada

☐ Quadro de Zona Pedagógica

☐ Contratado

☐ Outra:

7. Há quanto tempo (anos) exerce a docência? *

8. Disciplina(s) que leciona: *

9. Disciplina(s) que lecionou: *

CONHECIMENTO DOS DOCENTES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MUSICAL E ENSINO ARTICULADO DA MÚSICA

10. Classifique de 1 a 5 (sendo 1 o menor valor e 5 o maior) o seu conhecimento sobre as disciplinas lecionadas no ensino articulado. *

Marcar apenas uma oval.

☐ 1

☐ 2

☐ 3

☐ 4

☐ 5

11. Indique as vantagens da educação musical no ensino regular: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Estimulação da criatividade
 - ☐ Desenvolvimento da concentração
 - ☐ Desenvolvimento da motricidade
 - ☐ Aumento da responsabilidade
 - ☐ Outra:
-

12. Indique as desvantagens da educação musical no ensino regular: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ É generalizado
 - ☐ Não tem continuidade
 - ☐ Tempo letivo muito reduzido
 - ☐ Não ser considerada uma disciplina nuclear
 - ☐ Outra:
-

13. Assinale as vantagens do ensino articulado da música: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Aprendizagem de um instrumento específico
 - ☐ Ensino mais específico
 - ☐ Aumento da responsabilidade
 - ☐ Desenvolvimento mais aprofundado das capacidades artísticas
 - ☐ Outra:
-

14. Assinale as desvantagens do ensino articulado da música: *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Aumento da carga letiva semanal
 - ☐ Trabalho extra curricular
 - ☐ Custos acrescidos na compra de instrumento próprio
 - ☐ Obriga a deslocações entre estabelecimentos de ensino
 - ☐ Outra:
-

15. Assinale 3 sugestões que no seu entender, iriam melhorar a relação entre o ensino da educação musical do ensino regular e o ensino articulado da música ensino articulado: *

Marcar tudo o que for aplicável.

Fusão das disciplinas de Educação Musical e Formação Musical no 2.º ciclo

- ☐ Articulação de atividades
 - ☐ Maior facilidade na mudança de regime
 - ☐ Melhorar a participação nos órgãos intermédios
 - ☐ Criação de grupos de trabalho com docentes dos dois regimes
 - ☐ Outra:
-

IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES

16. Concorda que o Plano Anual de Atividades dos agrupamentos deve ser elaborado com o contributo dos docentes do ensino articulado da música? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

17. Considera relevante a promoção de atividades conjuntas entre os alunos que frequentam a disciplina de educação musical do ensino regular e os alunos que frequentam o ensino articulado da música? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

18. Já participou em atividades escolares em articulação entre o ensino articulado da música e o ensino regular? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

19. Se assinalou "Sim", indique quais

20. Os docentes do ensino articulado da música estão integrados na dinâmica escolar do agrupamento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

21. Como classifica a afirmação (sendo 1 o menor valor e 5 o maior): *

"O ensino é mais exigente no regime do ensino articulado da música."

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

22. Como classifica a afirmação (sendo 1 o menor valor e 5 o maior): *

"O ensino da música é mais exigente no ensino regular." *Marcar apenas uma oval.*

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

COMO DEVE SER O PROJETO EDUCATIVO

23. Concorda com a existência de um projeto educativo comum? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

24. Justifique na sua resposta: *

25. Classifique (sendo 1 o menor valor e 5 o maior) qual o seu conhecimento sobre o projeto educativo do agrupamento de escolas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

26. Classifique (sendo 1 o menor valor e 5 o maior) qual o seu conhecimento sobre o projeto educativo da academia/conservatório? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

27. Tendo em consideração o projeto educativo do agrupamento, indique sugestões que poderiam contribuir para a sua melhoria. *

28. Concorda que é indiferente o ingresso dos alunos em qualquer um dos regimes? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

29. Considera que no ensino regular são consideradas disciplinas fundamentais o Português e/ou Matemática? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

QUAL A PERCEÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E DOS ALUNOS

30. Concorda com a substituição da disciplina de educação tecnológica para os alunos do ensino articulado? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

31. Justifique na sua resposta: *

32. Ao optar pelo modelo do ensino articulado da música:

*Marcar apenas uma oval. **

- ☐ Assume o ensino artístico como mero complemento curricular
- ☐ Admite a possibilidade de o educando enveredar profissionalmente na área
- ☐ Permanece aberto ao que o educando possa retirar do mesmo

33. Considera que os alunos do regime do ensino articulado da música, são mais pressionados para obterem melhores resultados académicos do que os alunos do ensino regular.*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

34. Considera que os alunos do regime articulado, têm mais empenho nas suas atividades escolares? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

ENTENDIMENTO DOCENTE SOBRE O ENSINO ARTICULADO

35. Concorda que os professores e os alunos do regime do ensino articulado da música são incentivados para obterem melhores resultados académicos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

36. Concorda que o regime do ensino articulado da música é mais complexo no que concerne aos procedimentos administrativos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

37. Concorda que o acesso ao regime articulado está demasiado massificado possibilitando um acesso menos criterioso? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

38. Concorda que Ministério da Educação atribui mais apoio ao ensino articulado do que à educação musical no ensino regular? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não concordo nada
- ☐ Não concordo
- ☐ Concordo moderadamente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo plenamente

39. Classifique de 1 a 5 (sendo 1 o menor valor e 5 o maior) a receptividade do ensino articulado por parte dos docentes de Educação Musical. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

40. Justifique na sua resposta: *
